FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

HABITAR A RUA

O EFÉMERO.
APROPRIAÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS DO ESQUECIMENTO

Marta Sofia Lopes Regadas

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
orientada por Mário João Freitas Mesquita

Porto, 2021

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

PARTE I - Direitos e deveres fundamentais
Artigo 65. - Habitação e urbanismo

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Decreto de Aprovação da Constituição nº CRP 1976 de 10-04-1976

MITSUI

SAMSUNG

NOTA À EDIÇÃO

1. A presente dissertação não obedece ao novo acordo ortográfico, por opção da autora.

2. Não foram feitas traduções referentes a edições de língua não portuguesa pela autora.

3. As colunas interiores têm como funcionalidade a aprensentação de imagens, referências bibliograficas e pensamentos soltos.

4. O capítulo “04. O caso de estudo” encontra-se em tamanho A5 na versão impressa.

5. Todas as fotografias sem referência de autor, são arquivo pessoal.

AGRADECIMENTOS

Para a minha família, que me ensinou a lutar contra o mundo sem deixar de ver o melhor nele.
À minha mãe, pela força e determinação, e por me ter educado para cuidar dos que me rodeiam. Ao meu pai, pela paciência e pelo carinho. Aos meus irmãos, Sofia e Gonçalo, os meus segundos pais.

Aos meus amigos, companheiros e revisores de texto. À Ana, determinada e incansável, qualquer aparente rasgo de originalidade nesta tese terá o eco das nossas discussões. Ao Rodrigo e à Salazar, pelo companheirismo, e por me obrigarem a um lugar comum: sem eles não teria realmente chegado aqui. Ao Inácio, por toda a afeição que me mostrou, e que parece não caber nestes breves anos de amizade. Ao Nuno e à Letícia, em cuja amizade pouca coisa não coube ainda.

Ao arquiteto, professor e orientador Mário Mesquita, e à sua paixão por esta cidade, bem como à comunidade pedagógica de PTRI.
Ao Chalana, pela sua solidariedade e luta, que é afinal a de todos.
Sem esquecer o Sr. Manuel Fernandes, por me abrir as portas da sua vida.

Mas principalmente a todos os que acreditam no direito à cidade e lutam por atualizá-lo, todos os dias e em todas as cidades, mas especialmente aqui, no Porto.

RESUMO

A presente dissertação propõe-se a investigar um fenómeno urbano: o tipo de apropriação urbanística por grupo de cidadãos na condição de sem-abrigo.

Para o Instituto Nacional de Estatística, uma pessoa na condição de sem-abrigo tem de se encontrar no momento censitário "a viver na rua ou outro espaço público como jardins, estações de metro, paragens de autocarro, pontes e viadutos, arcadas de edifícios, entre outros, ou [é] aquela que, apesar de pernoitar num centro de abrigo nocturno é forçada a passar várias horas do dia num local público."

Na cidade do Porto, encontram-se atualmente 286 pessoas a viver na rua: pessoas em modo de sobrevivência, sem direito à habitação. Numa cidade repleta de vazios e espaços de ninguém, há, contudo, quem se aproprie destes lugares - desde espaços públicos a edifícios – privados. São pessoas sem acesso a um lugar pessoal permanente, a quem se procura aqui dar visibilidade: à sua forma peculiar de habitar a cidade, à experiência do seu dia-a-dia, às suas apropriações efémeras.

A dissertação toma como ponto de partida uma reflexão sobre o papel social do arquiteto nos dias de hoje, no que se pretende uma abordagem em ligação com outros agentes multidisciplinares, postulando o trabalho colaborativo como um meio de consciencializar e intervir. No seu centro, está um questionamento crítico sobre esta esta prática alternativa às políticas habitacionais, que tem vivido um crescimento intensificado na última década. Isto exige uma investigação sobre a invisibilidade associada à condição de sem-abrigo, e sobre como a persistência desta dificuldade instala dúvidas sobre a própria possibilidade de uma solução.

Mais do que tentar consertar o problema, procura-se aqui colocar um holofote sobre ele, concedendo uma voz a quem tão raras vezes é ouvido. Reconhecendo a fragilidade destas comunidades, procurar-se-á desmistificar o estigma associado às pessoas que vivem na rua: desde o julgamento popular, com a errada associação à criminalidade, até à falácia de uma suposta escolha voluntária.

ABSTRACT

This dissertation aims to research an urban phenomenon: a type of urbanistic appropriation carried out by groups of citizens experiencing homelessness.
According to the National Statistical Institute of Portugal (INE), someone is considered to be experiencing homelessness when, in the moment of the census, they are found to be "living in the street or other public space, such as gardens, underground stations, bus stops, bridges, flyovers and arcades, among others, or forced to spend most hours of the day in a public space, despite sleeping at a shelter".

In the city of Porto, there are currently 286 people recorded as experiencing homeless. These are people struggling for survival, deprived of their right to housing. The city is fraught with emptiness, spaces belonging to nobody, from public areas to private buildings, and these have been progressively appropriated by those without access to a permanent personal place. The aim here is then to shine a light on this peculiar form of inhabiting a city, on these people's lives and their ephemeral appropriations.

The dissertation takes as its point of departure a reflection on the present social role of the architect, seeking simultaneously to bridge multidisciplinary knowledge, and posing collaborative work as a means of raising awareness and carrying out direct intervention. At its heart is a critical questioning about this alternative practice to housing policies, which has seen an escalation in the last decade. This demands a research into the invisibility linked with the condition of homelessness, and how this difficulty casts doubt over the possibility of a solution.

More than aiming to solve such a complex issue, a contribution is sought to be offered by amplifying the voices of those who are so seldom heard. This can only be achieved by acknowledging the vulnerability of these communities, and demystifying the stigma around those who live in the street – from the erroneous association with criminality to the fallacy of a "purported choice".

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 8

RESUMO 11

ABSTRACT 13

01.INTRODUÇÃO 17

1.1 Motivação 18

02. ENQUADRAMENTO 21

2.1. Da penalização à despenalização: o caso português 22

2.1.1. Do Setembrismo ao Estado Novo 22

2.1.2. Do 25 de Abril de 1974 até ao novo milénio - da caridade ao assistencialismo. 34

03. A CONTEMPORÂNIEDADE 41

3.1. Sem-abrigo, sem-tecto, sem-espaço: do público e do privado, entre o “local” e o “global” - o “glocal”. 42

3.2. Políticas urbanas: Lisboa e Porto - a diferenciação de intervenção do estado central. 50

3.3. Habitar a rua: rua como casa. 68

04. O CASO DE ESTUDO 78

4.1. Laboratório: Porto - Territórios da invisiblidade. 79

4.2. Cartografia urbana - Espaços de apropriação 85

4.3. Oralidades e espacialidades: Histórias e espaços. 100

05. PÓS TEXTO: PROSPECTIVA PARA UMA ABORDAGEM FUTURA 113

5.1. A perpetuação do problema: concursos de abrigos temporários: 114

5.1.1. Critica e apresentação de diferentes casos.

5.2. Sr. Manuel Fernandes: acompanhamento de um caso singular, entre a rua e a casa. 122

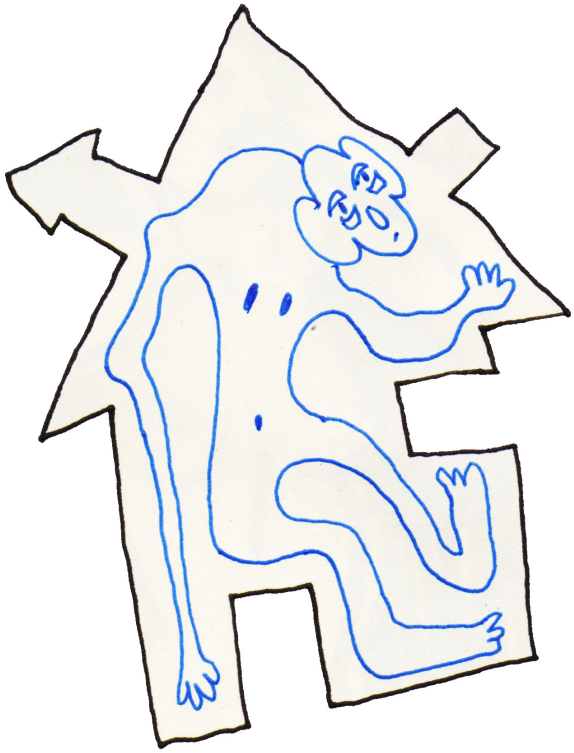
5.3. ZIP (zona de intervenção prioritária): estratégias, plano e projecto para o lugr da Granja, Campanhã 164

06. CONCLUSÃO 184

07. FONTES DE INFORMAÇÃO 193

08. LISTA DE IMAGENS 198

09. APÊNDICE 200



01. INTRODUÇÃO

1.2. MOTIVAÇÃO

Desde a infância a sociedade e a família afasta-nos das várias realidades urbanas, que constituem principalmente um problema que sempre subsistiu globalmente: cidadãos com os mesmos deveres e direitos a viverem em condições precárias e desfavoráveis.

Independentemente da consciência que cada um adquire, não podemos ignorar a verdade cultural que é transversal a todas as gerações. O contexto social e material, inclusive as opiniões e estigmas que influenciam as opções e o olhar de cada um, provocam muitas vezes uma atitude de desdém em relação a estes individuos. Interpretam-os como "o outro", como o culpado, que a sua condição resulta de escolhas individuais e por estas se inserirem na "bolha da marginalidade", justificando-se muitas vezes que mesmo com as tentativas de ajuda, continua a ser uma condição sem resolução.

Foi em 2017, a nível pessoal, após uma mudança de rotina, uma nova faculdade numa nova zona da cidade, que se sucedeu os primeiros cruzamentos diários com estes residentes. Neste primeiro momento, parecia-me impossível ignorar esta situação, como tantas vezes nos ensinaram a fazer.

Os "senhores que vivem debaixo dos viadutos" - é assim que chamam ao Sr. João e ao Sr. Zé - vivem por baixo do viaduto ao lado da Faculdade de Arquitectura da UP. Começaram a apropriação deste espaço hostil em 2016, o domínio total dos dois viadutos do Campo Alegre não durou muito tempo.

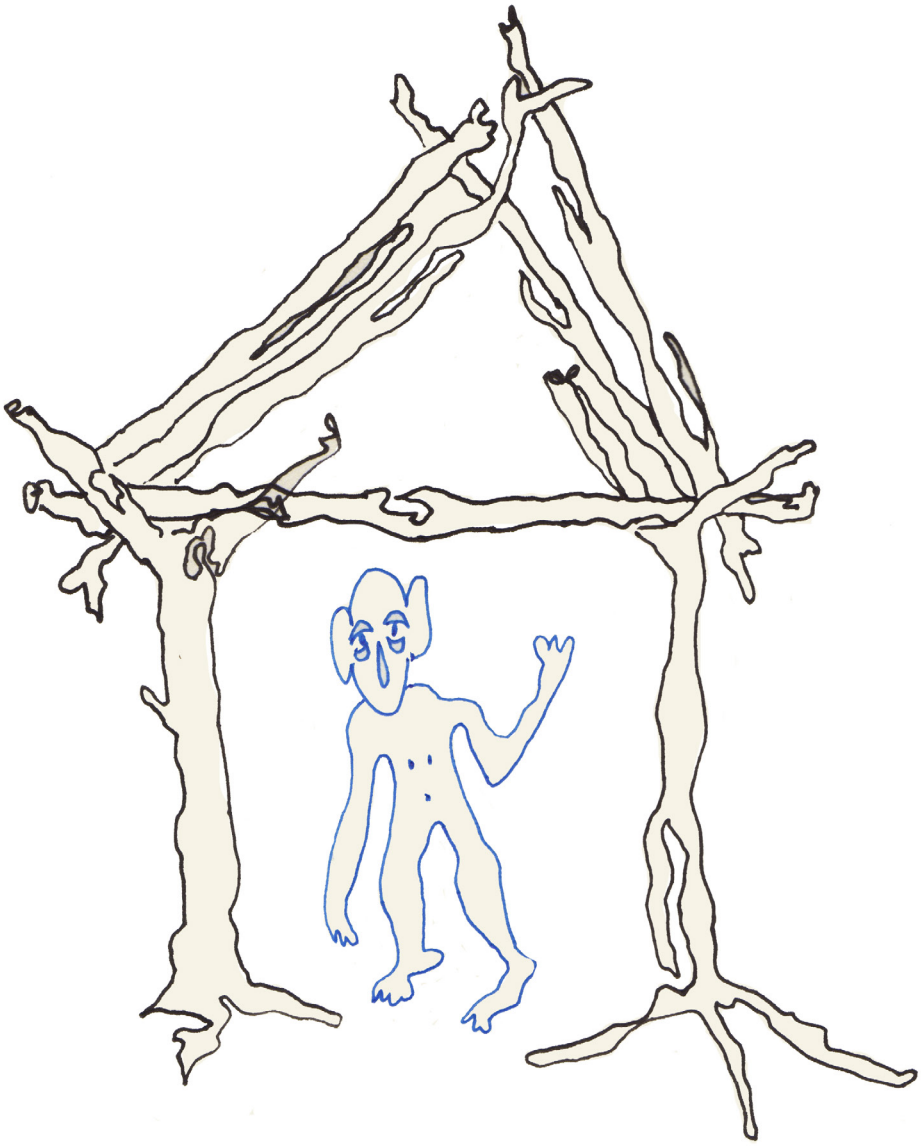
O meu registo iniciou-se em outubro de 2017 quando era apenas um fascínio pela sua arquitectura efémera, espontânea e precária. A curiosidade sobre o pensamento humano em apropriar e criar habitações com nada, juntando peças como um puzzle, estranhamente encaixadas. O registo fotográfico analógico, foi o primeiro a ser aplicado, sem qualquer tipo de propósito, pelo simples deslumbre de encontrar pequenos pormenores de todas as vezes que lá passava: um estendal novo, um tapete que marcava a entrada ou uma cadeira de rodas.

O fascínio rapidamente tornou-se num interesse, inquietação, preocupação e questionamento. De uma genuína vontade de conhecer melhor este espaço, de descobrir mais estruturas deste tipo para compreender as razões que levaram a esta condição de vida. Em torno da imensidão de perguntas que pairavam na minha cabeça, desenvolveram-se conversas com pessoas também interessadas e preocupadas com este tipo de situações, assim como observações e tentativas de consciencialização para quem quisesse ouvir. Estas resultaram numa investigação teórica e de trabalho de campo do caso de estudo protagonista: a cidade do Porto. Desde registos mais conscientes e atentos, ao nível da observação constante das ruas, ao encontro dos pequenos pormenores que marcavam a permanência destes cidadãos invisíveis.

A necessidade de uma análise critica para respostas concretas, alterou e informou o meu conhecimento acerca deste fenómeno urbano.

Num primeiro momento, a relação que estabeleci com esta necessidade começou pela vontade de dar a conhecer estes casos, normalizando-os e debatendo estas realidades. Do mesmo modo, numa tentativa de combater a desinformação e consciencializar as pessoas próximas, resultou um processo de desmistificação da importância destes temas no ensino da arquitectura, das políticas urbanas e condição humana, à materialidade das apropriações e poética inerente.

A investigação dedica-se à necessidade de compreender esta condição, rejeitando desde o início a ideia temporária de abrigos convocando a questão do direito à habitação. Não é suficiente tentar resolver esta condição temporariamente sem compreender como se atingiu o estado de invisibilidade e penalização de um modo de (sobre)viver.



02. ENQUADRAMENTO

2.1. DA PENALIZAÇÃO À DESPENALIZAÇÃO: O CASO PORTUGUÊS

2.2.1. DO SETEMBRISMO AO ESTADO NOVO

> "Se a miséria dos pobres for causada não pelas leis da Natureza mas pelas nossas instituições, grande é o nosso pecado."
>
> Charles Darwin, "The voyage of the Beagle" 1839

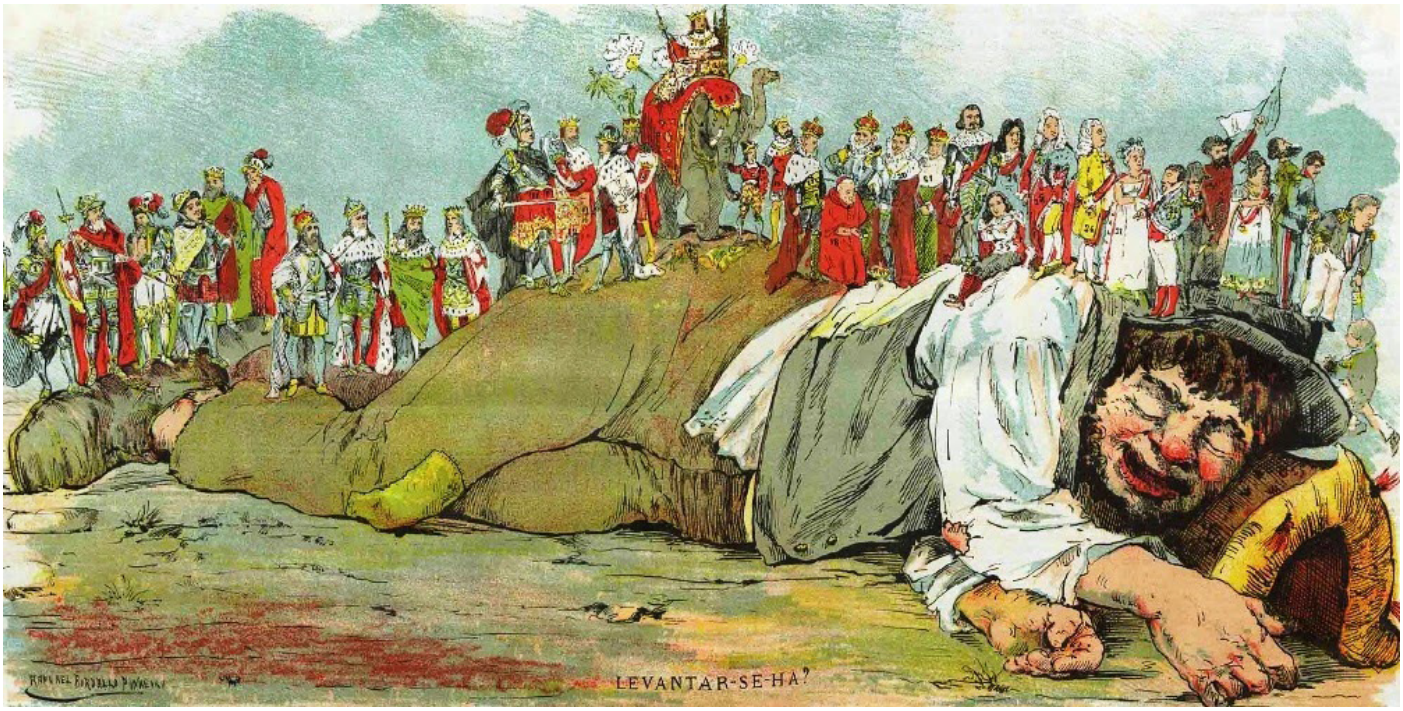
A. Ilustração no Jornal "O António Maria" a 6 de janeiro de 1881
B. Ilustração "Zé Povinho expulsa João Franco do país" séc. XIX

Com a instauração da República em Portugal e sobretudo através da Constituição de 1911, foram estabelecidos os direitos à liberdade, à segurança, à propriedade e à igualdade social. Defendia-se que a mendicidade deveria ser combatida, não através de medidas repressivas, mas por via de uma assistência pública adequada. Assim, no campo da assistência e da previdência social, foi estipulada, em 1911, a reorganização dos serviços de assistência pública. Sendo assim, criou-se o Fundo Nacional de Assistência, destinado a socorrer indigentes e a combater a mendicidade. Estas medidas culminaram, em 1916, com a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e, em 1919, com a fundação do Instituto de Segurança Social (Guibentif, 1997). Porém, o alcance das medidas tomadas nos primeiros tempos da República revelou-se insuficiente e sem efeitos sociais significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica.

Ao longo dos tempos, no nosso país, as percepções sobre a condição de sem-abrigo ou os "cidadãos de rua" foram mudando, consoante o período histórico, as respectivas conjunturas socioeconómicas e os governantes de cada época. As nomenclaturas para este tipo de cidadãos, onde a sua principal forma de subsistência eram donativos pecuniários, foi evoluindo ao longo dos séculos desde pedintes, indigentes, mendigos, ociosos ou vagabundos, começando assim um ciclo de estigma social. Em Portugal, desde o século XIII assistimos a uma evolução social, política e económica da condição, podemos retroceder até ao domínio de D. Afonso II (1211) o primeiro rei a reconhecer o estatuto de fragilidade, ao cidadão em condição de mendicidade. No entanto, D. Afonso II tal como muitos outros reis, acreditava na categorização de mendicidade, a diferenciação entre os que mereciam esmolas e os que eram acusados de teatralidade, uma ideologia que continua até ao estado novo.

Apenas no início do século XIX, mais precisamente 1835, o Governo português lança políticas de assistência pública aos mais desfavorecidos, criando assim o "Conselho Geral de Beneficência". A sua finalidade era básica, socorrer os mais frágeis, encontrar trabalho para quem necessitava e acesso à educação aos desfavorecidos. Neste conselho, como noutras tentativas que iremos verificar nesta dissertação, nada saiu do papel.

Em meados do século XIX a questão é feita - "a quem compete cuidar dos mais pobres?". Até esse momento as únicas e principais assistências de caridade eram as misericórdias, igrejas ou mosteiros, a estes competia como serviço a Deus.



A.

B.

A mendicidade era uma prática tolerada tanto pelo cristianismo como pela sociedade, mas por duas razões diferentes: a igreja ajudava os mais frágeis "porque os pobres eram de Cristo" [1] ; a nível social, contudo já era um pouco diferente. O rico dava a esmola como uma dádiva a Deus, acreditavam que este gesto o salvaria dos seus pecados, mas essencialmente para continuar a hierarquização de estatutos sociais. A mendicidade não era escondida pois ajudava à estratificação social e a manter um distanciamento entre o senhor e o pobre.

A primeira instituição de refeições económicas foi apenas pensada em 1890 por duas mulheres da alta sociedade, Maria Isabel de Lemos Saint-Léger e Maria Luísa de Sousa Holsein. Estas instituições eram cantinas a preços baixos onde a maior parte dos custos eram suportados por donativos. Fundou-se em Lisboa a "sociedade promotora das cozinhas económicas" e inaugurada a primeira cozinha económica em 1893, eram servidas cerca de 500 refeições por dia, cada refeição chegando aos 90 réis.

A presença do Estado neste sector foi, de facto, insignificante até ao princípio do século XX. Em 1919, para colmatar a ausência de uma protecção social efectiva, o Estado português criou os seguros sociais obrigatórios na doença, nos acidentes de trabalho, nas pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. Estes deveriam abranger a população activa entre os 15 e os 75 anos, sendo a prestação devida no caso de o vencimento anual não exceder um limite fixado.

O financiamento do sistema era assegurado, numa lógica de capitalização, pelas quotizações dos beneficiários activos e pelas contribuições das entidades patronais, sendo o Estado o garante do bom funcionamento do sistema. O primeiro grande sistema de pensões em Portugal foi estabelecido em 1929, com a criação da Caixa Geral de Aposentações, contudo, assegurava apenas a protecção dos funcionários públicos. Para o sector privado, foi criado em 1933 e concretizado em 1935, um esquema de seguros sociais obrigatórios. Baseado em caixas e instituições de previdência e financiado por um modelo de capitalização. Estes seguros cobriam as eventualidades de velhice, invalidez e doença, mas apenas para os trabalhadores da indústria, comércio e serviços. A Constituição de 1933 assegurou a instituição de um novo seguro social obrigatório de inspiração alemã.

Com a consagração do Estado Novo, Portugal vive um período em que predomina o autoritarismo do Governo, ligado ao sistema económico e social corporativo. Assim, de 1935 a 1974, a protecção assegurada através dos seguros sociais obrigatórios foi ganhando terreno.

Os seguros sociais constituíram-se como o instrumento mais generalizado de protecção social em Portugal, sem que se extinguisse o mutualismo de assistência pública (Guibentif, 1997), com uma componente mais compensatória face às debilidades estruturais da protecção pública.

No final do século percebemos uma notória alteração a nível de compreensão. Um país afectado por uma grande crise de mão de obra, começa a perceber que estes cidadãos em condição de mendicidade seriam possíveis trabalhadores. Desta forma, quem não trabalhasse seria visto como alguém que carrega um "vício de malandragem", preservando a ideia social de que estes indivíduos enriqueciam à custa da bondade dos mais ricos. O seu estatuto de "ajudante divino" é retirado e substituído por "criatura inoportuna" [2] . Há a penalização de um problema social, a perda da imagem tradicional e os novos adjectivos vão desde "agressivos" a "preguiçosos".

1. 2. 3. - MÓNICA, Maria Filomena. "Os Pobres" 2016

A prática de mendigar começa a ser repreendida em 1852 pelo código penal, este mais uma vez acentua a necessidade de uma distinção entre a mendicidade por necessidade, no caso de pessoas em estado de fragilidade, doença ou idade, e repreende a vadiagem. Quem fosse apanhado a praticar uma falsa mendicidade teria uma pena de 6 meses de prisão e condenado a trabalho obrigatório pelo governo. Como uma espécie de caça à falsa mendicidade, em 1900 o novo código penal reforça o papel da polícia, numa tentativa de limpar as ruas e livrar-se da vadiagem. Os mendigos eram obrigados a provar a sua mendicidade, apenas os que mostrassem que não existia qualquer tipo de teatralidade eram aprovados à matriculação. Esta matrícula era realizada na divisão da inspecção administrativa da polícia civil, o mendigo teria de preencher uma caderneta que comprovava a sua condição, apenas assim era autorizado pedir esmola.

A mendicidade torna-se um problema a reprimir, o que antes era visto como uma virtude converte-se num obstáculo à progressão da sociedade. Um problema que passou a ser inspecionado e policiado cada vez mais. Em 1905 sai o "Regulamento Policial de Mendigos na Cidade de Lisboa", neste estava implementado rusgas na cidade à procura de pessoas em condição de mendicidade falsa, que seriam apresentados a tribunal e obrigados a trabalhar.

> "o novo regime revelou-se incapaz de substituir os esquemas que a Igreja montara. Sem ricos caridosos, sem um estado eficaz, sem uma Igreja com capacidade de intervenção, os pobres foram deixados à sua sorte"[3]

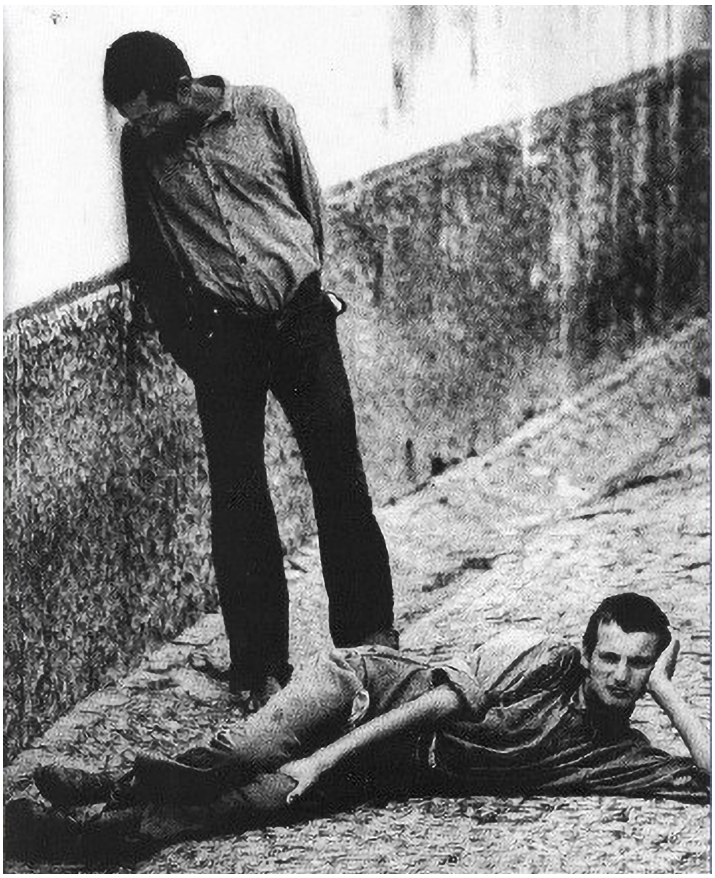
No ano de 1910 encontramos em Portugal uma sociedade saturada das despesas monárquicas, do poder da Igreja e da instabilidade política e social do país, dá-se a revolução republicana e é implantada a primeira república portuguesa. É criado um Governo Provisório, este toma uma série de medidas radicais, sendo uma delas a separação do Estado e da Igreja católica. O movimento republicano associava a Igreja à monarquia, encerrou-se estabelecimentos ligados ao catolicismo e foi expulsa a companhia de jesus. Com a igreja afastada do poder e sem meios financeiros, a mendicidade que dependia de ajudas católicas ficava sem qualquer tipo de apoio.

Pouco fez o governo provisório para ajudar a mendicidade, aliás até a perpetuou-a ainda mais. Com uma variação de leis contra a mendicidade e um sistema de caridade em falência, sai em 1911 uma lei onde refere que todas as pessoas em condição de mendicidade "falsa" apanhadas, seriam enviadas para as suas aldeias natal.

Evidentemente, esta lei fracassou pois quem era enviado "de volta" acabava por regressar. Em 1912 é publicada a "Lei da Vadiagem", onde torna a mendicidade autorizada caso o pedinte apresente uma licença de mendigagem, tal como anteriormente visto no início do século XX. É criado espaços de correcção ao vadio, como as Colónias Penais Agrícolas e as Casas Correcionais de trabalho. Destinavam-se aos criminosos habituais e aos vadios que se encontravam à disposição do Governo. Eram instalações correcionais ou "prisões-depósito" onde as suas péssimas condições de habitabilidade eram temidas, para além dos seus pesados castigos (Bento&Barreto, 2002:42).

4. SALAZAR, António de Oliveira. “Salazar: estudo biográfico” 1977

5. 6. 7. - BASTOS, Susana Pereira. “O estado novo e os seus Vadios” 1997



C.

D.

C.“A Mitra” foto de Ana Esquível.
D. Albergue da Mitra, Lisboa, maio de 1946

A 28 de Maio de 1926 temos uma revolução nacional, seguido de uma revolta militar, devido ao descontentamento social da má governança do estado. Inicia-se assim a ditadura militar no ano de 1928, com a eleição de António de Oliveira Salazar como ministro das finanças. Um político radical com uma nova linguagem e pensamento, este rejeitava a tradição liberal que anteriormente governava Portugal, nasce daqui um regime nacionalista, autoritário e corporativo. A ideia do afastamento entre o Estado e a Igreja, feito pelos republicanos, é agora completamente desvirtuada por Salazar, que reaviva a velha ideia de hierarquia social, “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos família e a sua moral;” [4]

O Estado Novo terá provavelmente na história portuguesa o papel mais punitivo em relação à mendicidade. Pretendia erradicar o problema, mas essencialmente escondê-lo, através de leis, albergues e a criação da polícia de segurança pública.

Iniciando pelos albergues que eram instituições não estatais, não sobreviviam através de dinheiro do estado mas eram altamente policiadas e supervisionadas pela P.S.P. Sendo impostas regularmente medidas de fiscalização policial nestas instituições e mais tarde criados albergues distritais, por exemplo a Casa dos Pobres no Porto ou a Mitra em Lisboa.

-Hoje em dia ainda conseguimos ouvir a palavra *mitra*, muitas vezes associado ao cidadão de rua, a palavra tem um peso negativo associado.
Mitra é um indivíduo que a sociedade identifica como alguém que vive à custa dos outros - ou seja um estigma social que perdura há quase 100 anos.

A Mitra era um dos casos conhecidos, um antigo palácio transformado em instituição para indivíduos que demonstravam “perigo moral” à sociedade. Esta instituição albergava todos os indivíduos suspeitos de vadiagem: desde o pedinte, ao velho, à criança delinquente, o proxeneta desobediente, mas também o homossexual, considerado um vadio e um criminoso moral. Na falta de estabelecimentos psiquiátricos o albergue chega também a funcionar como asilo, no entanto sem qualquer tipo de vigilância psiquiátrica por profissionais de saúde mental.

Em 1941 torna-se oficialmente um albergue estatal, e transforma-o numa instituição de correcção de delinquentes. Pessoas em condição de mendicidade extrema, apelidados como incorrigíveis, albergando até 1700 pessoas. Eram instalações cheias de grandes problemas internos, como a constante superpopulação e a elevada taxa de mortalidade, devido à falta de condições de habitabilidade, falta de comida e cuidados higiénicos. Para além da epidemia da tuberculose que se instaurou dentro do edifício.

O processo regenerativo tinham por base princípios educativos da moral cristã, acreditavam que conseguiam “retorná-los do reino da animalidade e recuperá-los para a humanidade” [5]. Os “regeneradores” para além das práticas católicas como missas e pregação do catolicismo, trabalho forçado, também aplicavam castigos, muitas vezes até físicos. A dramatização dos ideais, acreditavam que era possível acabar com os “maus rebentos da sociedade” e fazer renascer os “filhos pródigos, devotos ao Portugal-mátria renovados e regenerados.” [6]. Isto era conseguido através do esquecimento do passado, o vadio-mendigo era submetido à sua “limpeza” tanto física como espiritual. O seu aspecto físico era limpo, perdiam acesso aos seus bens pessoais e as suas roupas eram queimadas, sendo oferecidos uma farda e obrigados a perder contacto total com as suas famílias. Apenas assim era possível transformar o perigoso “mau-português” num cidadão exemplar, “passivo, submisso, infantilizado, assexual, em condições de ser moldado pelo internador e de, subsequentemente, renascer das suas artes renovadoras.” [7]

E.

E. “Sophia Loren em Portugal” Póvoa de Varzim em 1956, Fotografia de Agnès Varda. (Fotografia tirada 29 anos depois da implementação da “Campanha contra o pé descalço”)

F. Cartaz - “Campanha contra o pé descalço” lançada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS) 1927-1965

F.

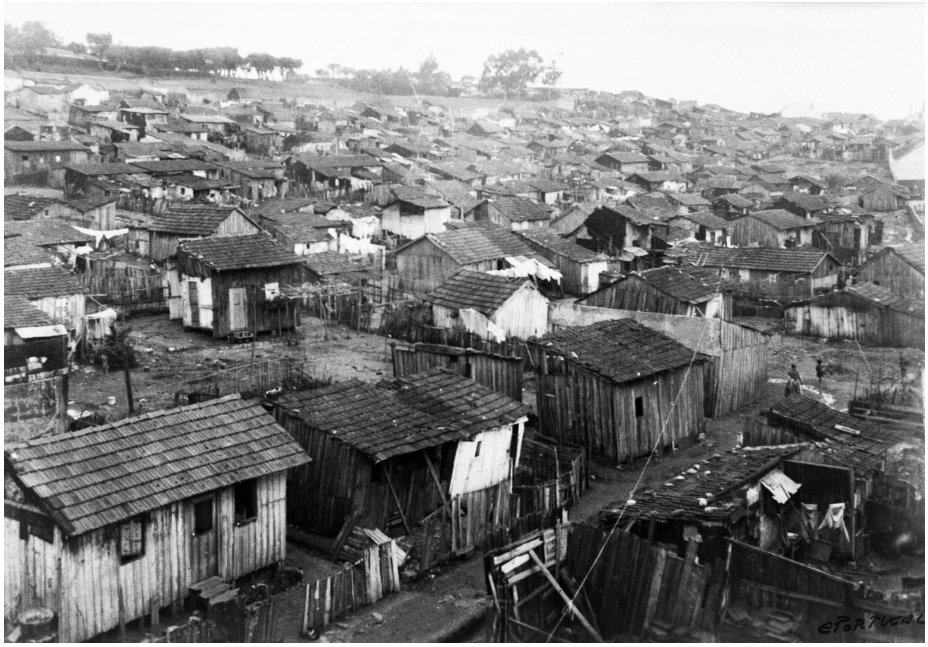
8. MÓNICA, Maria Filomena. “Os Pobres” 2016

Várias campanhas foram lançadas ao longo dos anos como uma maneira de esconder ou erradicar o problema. A “Campanha contra o pé descalço” lançada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS), durou desde 1927 até 1965, sendo a primeira instalada no Porto. Punia o hábito português do pé descalço, a ideia principal da campanha era combater doenças relacionadas com o tétano, um problema contraído devido à falta de utilização do calçado no quotidiano. No entanto, não foi uma ideia bem aceite pela sociedade, com um estado económico bastante frágil, os cidadãos não tinham nem dinheiro para alimentar a sua família, não era possível conseguir calçar uma família inteira. Apesar da negação do Estado Novo em relação à sua posição na campanha, esta lei teria sido imposta como meio de ocultar o estado de mendicidade português que era transmitido para fora do país. Mesmo que Salazar se orgulhasse do seu “pobre” povo, as suas ideias sobre pobreza extrema ou mendicidade eram bastante severas, resumindo a condição a um acto teatral.

Mas paradoxalmente, o Estado Novo promovia uma visão de caridade, mesmo com as suas severas punições. Tendo como exemplo a “Campanha de auxílio aos pobres no inverno”, esta apelava às boas almas cristãs e aos mais ricos a dádiva da esmola. Em muitos casos as casas ricas tinham os seus pobres, estes eram, a seu ver, cidadãos honestos e subservientes, pessoas que mereciam as suas dádivas. Ofereciam comida e roupas velhas, sendo que recebiam o que estava entre o usado e o pronto para o lixo. Contudo há que sublinhar que a mentalidade deste gesto se vinculava sempre com a ideia de não “habituar” demasiado, pois estes [os pobres] eram indivíduos gananciosos. Estas dádivas eram em troca de uma boa consciência, da mesma forma que anteriormente se fazia este gesto.

O escritor António Alçada Baptista escreve em “Peregrinação interior” sobre o pensamento em relação à caridade que os ricos lisboetas decidiam empregar - “A caridosa burguesia tradicional cultivou por tudo isto a pobreza dos outros com um carinho enternecedor. Nunca lhe passou pela cabeça que talvez fosse possível acabar com ela ou, pelo menos, tratar muito seriamente disso”. [8]

G.



H.

I.

G. Bairros da Boa Vista e da Quinta da Calçada em 1960

H. Bairro das Minhocas em 1938. Fotografia de Eduardo Portugal

I. Entrada para o Bairro das Minhocas, junto ao apeadeiro do Rego, em 1938. Fotografia de Eduardo Portugal

9. 10. - MÓNICA, Maria Filomena. "Os Pobres" 2016

Por último, qual era a opinião de António de Oliveira Salazar em relação ao estado de mendicidade e pobreza extrema em Portugal?

> "Salazar sempre pensou que um país que tivesse a coragem de ser libre seria "um pais invencível"
>
> Maria Filomena Mónica,"Os Pobres" 2016

Um dos objectivos deste Presidente do Conselho era preservar a imagem de um povo pobre mas orgulhoso da sua condição para o estrangeiro, apagando de todas as formas a extrema mendicidade do país. Uma das suas primeiras medidas é a criação do "Secretariado de propaganda nacional" em 1933, com o propósito de canalizar toda a informação do país. No livro "Os pobres" da escritora Maria Filomena Mónica descreve o pós criação do secretariado "Até então, os jornais ainda publicaram reportagens sobre a miséria nacional. Depois, é o silêncio".[9]

No mesmo ano, Salazar dá uma entrevista onde explicava as suas percepções em relação aos mais desfavorecidos, afirma que o ser humano não reconhece os ganhos quando não provêem de trabalho e esforço, semeando assim a ideia da mendicidade ser um problema da vadiagem. Afirma que "resta resolver o problema da mendicidade, o mais angustioso, talvez, por ser o mais teatral" [10]. Esta construção do "mau-português", o cidadão em condição de mendicidade era para o estado salazarista o melhor trunfo para mostrar ao povo o que poderia acontecer a qualquer cidadão em caso de ocidade. A afirmação salazarista que estes cidadãos pediam sem necessidade, que não existia gravidade para tal preocupação, que era tudo um caso de teatralidade e que seria facilmente erradicado se estes cidadãos tivessem boa vontade de deus. O mendigo representava o vício, a preguiça e o perigo moral, o objectivo era a sua correcção, através de castigos, fechando em asilos ou enviados para as suas terras natal. Salazar afirmava, "o pauperismo não tinha causas económicas, mas morais; não constituía um estado de carência, mas um vício", pois acreditava que o nível elevado de mendicidade do país nada tinha haver com algum tipo de pobreza que a nação poderia estar a passar, como se fossem duas economias paralelas.

Numa das suas campanhas contra a mendicidade, cerca de 1000 pessoas em condição de mendicidade extrema foram presas. Porém Lisboa não tinha espaço nas suas prisões para conseguir recolher todos os cidadãos de rua, mais tarde foram feitas várias campanhas publicitárias pela proibição da dádiva da esmola. Muitos destes indivíduos após a proibição da esmola acabaram os seus dias no albergue da Mitra, mas a quem ele sobrevivia apenas poucas ajudas restavam, ou quase nenhuma. Para além dos fétidos albergues só existia apenas algumas instituições particulares ou a sopa dos pobres nos postos da Misericórdia.

O medo da imagem portuguesa, as analogias entre a mendicidade extrema e um Portugal velho e moribundo, no estrangeiro. Uma das razões para o apagamento destes cidadãos era a preocupação daquilo que eles faziam o povo português parecer, "uma nação «decadente», «em ruínas materiais e morais», «sem alegria de viver», «pessimista» e que «parecia a muitos não ter mesmo já possibilidade de salvar-se».

No entanto, o estado salazarista apoiava certa pobreza do seu povo, a taxa de alfabetização em 1930 era de 70%. Era tão alta que a maior parte do país não tinha nem sequer acesso às informações dos jornais, fechando assim os horizontes dos portugueses para uma possibilidades de um melhor futuro e de informação. Em 1938 ouvia-se a expressão "O povo, pela sua riqueza intuitiva, não necessitava de saber ler" [11] no parlamento, perpetuando a analfabetização e a ignorância do povo português.

Na viragem da década de 60 dá-se uma alteração no estado económico de Portugal, entre 1960 e 1974 nasce uma classe média farta de viver na autoridade imposta pelo estado novo. Os protestos começam e a necessidade de uma nova mentalidade no país cresce. As notícias que os imigrantes traziam do estrangeiro e o canal RTP cria uma libertação e uma necessidade no conhecimento, acabando com os ideais salazaristas de "palas à frente dos olhos" dos portugueses.

> "Quando, em 1968, Salazar caiu da cadeira, os valores que ele encarnara caíram com ele." [12]

Com o governo de Marcelo Caetano, no final da década de 60, começa a organização de um processo de assistencialismo social, com a criação da tão esperada Segurança Social Portuguesa. Após 40 anos de ditadura e de um Estado sem qualquer tipo de apoio estatal, tanto a nível de precariedade como de mendicidade, aquela mendicidade que tanto criticava e punia. A introdução de um Estado Assistencialista e caritativo, com os seus pontos positivos e negativos. Da criação de políticas habitacionais e sociais até à criação de dependência ao nível de ajudas. Um Estado focado em remediar o mal em vez de prevenir problemas futuros. Mais tarde na viragem do século, do assistencialismo ao Estado Social, a obrigação estatal de cuidar.

Não de forma caritativa, como anteriormente, mas através de organizações e instituições de sociedade civil - a directa ligação com um aparelho do Estado, bem organizado e a uma tentativa de economia saudável.

11. 12. - MÓNICA, Maria Filomena. "Os Pobres" 2016

2.2.2. DO 25 DE ABRIL DE 1974 ATÉ AO NOVO MILÉNIO - DA CARIDADE AO ASSISTENCIALISMO

> "A Constituição da República Portuguesa de 1976 aponta para a universalização dos direitos e para um alargamento dos direitos sociais, culturais, políticos e cívicos, próprios de uma democracia mais avançada: direito ao trabalho, ao (pleno) emprego, à assistência material no desemprego, ao salário mínimo, à Segurança Social, à protecção na saúde, à habitação, à educação e à cultura." [13]

Um Portugal ruralizado, o Estado pós-revolução e a fraqueza política e financeira que comprometeria os mecanismos de acção social. A urgência deste novo estado em tratar da protecção social a nível de segurança social, saúde e educação, que até à altura não existia.

A inexistência de um Estado Providência como no resto da Europa, comprometeu este modelo e o seu conjunto de especificidades, acabando assim por se desenvolver de certa maneira diferente dos outros Estados Providência europeus, "as políticas sociais em Portugal são descontínuas, fragmentadas e sectoriais" [14]. Actualmente ainda conseguimos sentir que somos um dos países da Europa mais atrasados a este nível de ajudas sociais.

No entanto a grande transformação na providência social deu-se graças às tão esperadas, políticas de assistência social, originado o serviço de Segurança Social. O alargamento dos serviços sociais implementando assim o primeiro modelo de protecção social, a prestação de serviços e a implementação de políticas sociais foram os primeiros passos para o que viria a ser um Estado de Providência. A implementação de um Estado Providência como decisão governamental para o crescimento das ajudas sociais e reanimação económica. Com isto dá-se um aumento das condições de vida, a nível económico e um sistema de segurança social que incluiria a protecção de todos os indivíduos da sociedade civil.

Os objectivos eram simples, ao Estado competia "organizar, coordenar e subsidiar o sistema de Segurança Social e, ao mesmo tempo, reconhecer o direito de participação das associações sindicais na definição de uma política de acção social." [15]

O reforço das prestações sociais, a criação de uma pensão social desde o beneficiário do regime contributivo até ao não-contributivo, a criação de medidas a nível de Rendimento Social de Inserção, primeiramente chamado Rendimento Mínimo Garantido, e por fim garantir cuidados com o complemento Solidário para Idosos. Sem esquecer a assistência ao desemprego, através da atribuição do subsídio de desemprego, a pensão social para os não-contribuintes, a criação do salário mínimo nacional e o aumento da pensão mínima, tudo ajudas estatais que antes de Abril de 74 teria sido totalmente impossível devido às políticas salazaristas contra os "malandros e não trabalhadores".

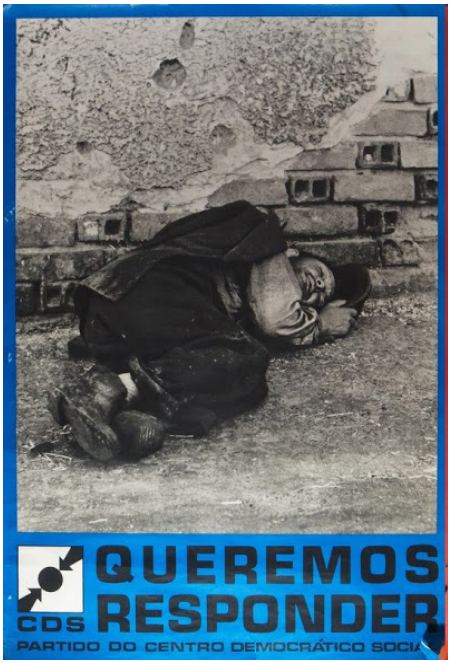
J. Cartazes Promocionais do CDS para as eleições para a Assmbleia constituinte (1975)

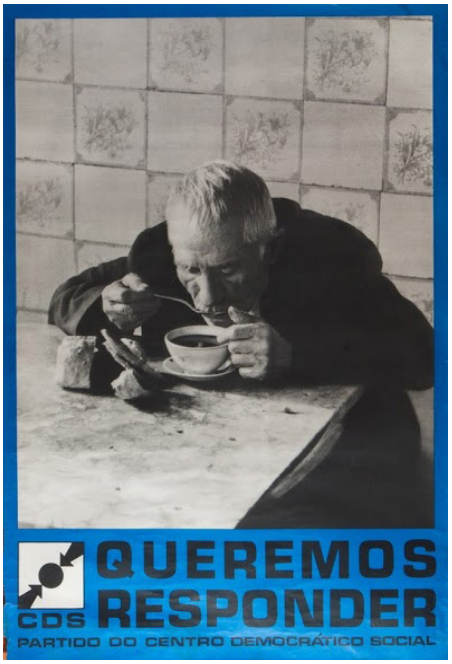
13. RODRIGUES, Eduardo Vitor. “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, pág. 15
14. RODRIGUES, Eduardo Vitor. “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, pág. 13
15. RODRIGUES, Eduardo Vitor. “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, pág. 15
16. RODRIGUES, Eduardo Vitor. “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, pág. 17

Outro elemento importante foi o reconhecimento das instituições, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo finalmente sujeitas a uma regulamentação legal, e a criação de protocolos com ajuda do estado nível de financiamento e fiscalização. A criação de uma autoridade distrital de Segurança Social, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, necessário para a promoção de um serviços de saúde universal, livre e nacional.

Resumindo as alterações após a implementação do Estado-Providência em Portugal foram as seguintes:

- Aumento das despesas com a protecção social por parte do Estado;
- Aumento do montante das prestações sociais e respectivo alargamento a toda a sociedade civil;
- Criação da pensão social, abrangendo os beneficiários do regime contributivo e do regime não-contributivo;
- A implementação de transferências monetárias complementares ao salário do trabalhador (como, por exemplo, o subsídio de férias);
- A criação do Sistema Nacional de Saúde, com o objectivo de garantir a assistência médica a todos os trabalhadores e à população em geral. O SNS é universal, tendencialmente gratuito e financiado pelo Estado, mas deixa também algum espaço para a intervenção do sector privado;
- Uma maior preocupação com a necessidade de diminuir a categoria dos desempregados;
- Realização de transferências do Orçamento de Estado para a Segurança Social, com o objectivo de cobrir os riscos sociais da população activa face a riscos sociais como a doença, a maternidade, a invalidez, a velhice, as doenças profissionais, o desemprego, os encargos familiares e a morte; -
- Financiamento directo do Orçamento de Estado nacional do regime não-contributivo e da acção social pública;
- Mais recentemente, a emergência de medidas como o Rendimento Social de Inserção (inicialmente Rendimento Mínimo Garantido) e o Complemento Solidário para Idosos[16]





J.

Finalmente, a protecção social acontecia desde o desemprego, debilitado e de vulnerável, à maternidade, a velhice, a invalidez, a viuvez, a orfandade até aos desalojados das ex-colónias.

A carência de políticas habitacionais, as décadas de 70, 80 e 90 foram marcadas por uma grave crise habitacional, principalmente devido ao curso migratório rural e ao regresso de meio milhão de “retornados” das ex-colónias. A pressão habitacional crescia cada vez mais, a ausência da oferta de habitações públicas, equipamentos sociais e de infra-estruturas urbanas.

Nas décadas de 70 e 80 vemos um fenómeno nas grandes regiões metropolitanas, a auto-construção como resposta à precariedade habitacional. Os “bairros de lata” e a precariedade habitacional. Os elevados preços do mercado e a falta de oferta de habitação pública, deu asas ao fenómeno da construção de bairros clandestinos, e a auto-construção das barracas (Lisboa e sul) e as ilhas (Porto).

Quem nestes bairros habitava era na sua maioria população autóctone, de baixos rendimentos e "retornados", "descolonização fez crescer exponencialmente esse tipo de habitat dando-lhe um colorido étnico e mesmo características urbanísticas de "bairros africanos" de ruelas estreitas e de grande densificação. A situação de Lisboa e Porto divergem nas formas de resolução precária das populações recém vindas. Em Lisboa há maior impacto dos bairros de barracas enquanto no Porto a sobrelotação, os pátios e vilas, coexistem de forma menos visível, apresentando as mesmas condições de falta de conforto e de intimidade." [17] Estimasse que chegaram a ser cerca de 50 mil habitações precárias (barracas) onde viveram mais de 150 mil pessoas, a auto-construção torna-se então numa forma "comum" de habitar e o crescimento destas estruturas efémeras chegaram um ponto critico, "40% da construção em Portugal era não licenciada"[18]
A frágilidade no sector habitacional privado e a inexistência de habitações a nível público. A falta de oferta de habitações acessíveis, "acentuou práticas de coabitação e deu lugar à emergência e ao desenvolvimento de um mercado ilegal de produção de alojamentos de responsabilidade das famílias, cujos reflexos negativos ainda hoje se fazem sentir." [19]

Com o problema da precariedade habitacional cada vez mais visível e a forte democracia instaurada pós Abril de 74, a pressão no "novo estado" para a existência de iniciativas de acesso à habitação aumentava, o pedido era acesso ao mercado privado de arrendamento mas sobretudo em regime de propriedade. O I Governo Constitucional de 1976 organiza então um dos elementos mais importantes para a descentralização do sector, a implementação e estruturação de serviços municipais de habitação. Deste modo a habitação social ficava a cargo dos serviços municipais, estes agora seriam capazes de absorver os poderes da administração em termos de gestão, conservação e distribuição dos fogos de habitação pública. Na primeira parte dos anos 80 a intervenção a nível de construção do sector público e social dispara, no "ano de 80, com 5.509 fogos" e mais tarde "7.207 fogos em 1984".
A meio da década o construção habitacional pública começa a abrandar dando lugar à construção cooperativista. Os programas habitacionais como, "as Cooperativas de Habitação Económica, que relançariam o movimento cooperativo e também aumentariam gradualmente as competências do poder local; o novo regime de Contratos de Desenvolvimento de Habitação, financiando a promoção privada de habitação de custos controlados; o Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.), que tinha como objectivo apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas das populações mal alojadas que viviam em situações degradadas, no sentido da transformação das suas condições de habitação;" [20]

No entanto, entre 1985/1986, devido à desarticulação entre as várias Entidades Públicas, acontece uma diminuição na intervenção Estatal e no número de fogos construídos em seu nome. A construção Social dá lugar a um aumento de fogos construídos pelo sector Privado. Piorando a situação, a promoção e o aumento do números de créditos autorizados pela banca para a aquisição de casa própria dá dado origem a uma crise económica. "Uma elevada inflação (embora em decréscimo), uma política de pendor mais liberalizante e a "crise" Institucional, em 1982, criada pela extinção do INH, faz decrescer o esforço do período passado.

K. Bairros da Boa Vista e da Quinta da Calçada em 1960

L. Ilha da Travessa das Antas -1960 -Fotografia de Agostinho Rebelo da Cossta

M. Amadora -1972 -Fotografia de Alfredo Cunha

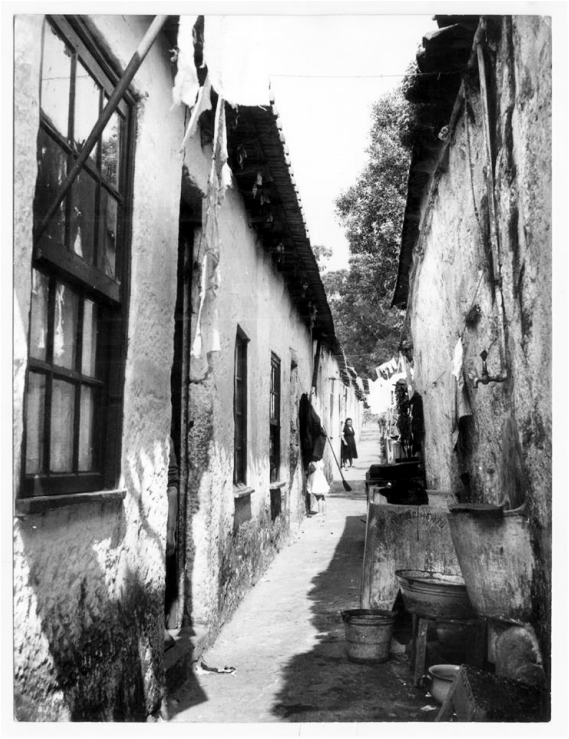
17. 18. e 19. - GUERRA, Isabel. "As políticas de habita ção em Portugal: à procura de novos caminhos ", pág. 3

20. - GUERRA, Isabel. "As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos ", pág. 16

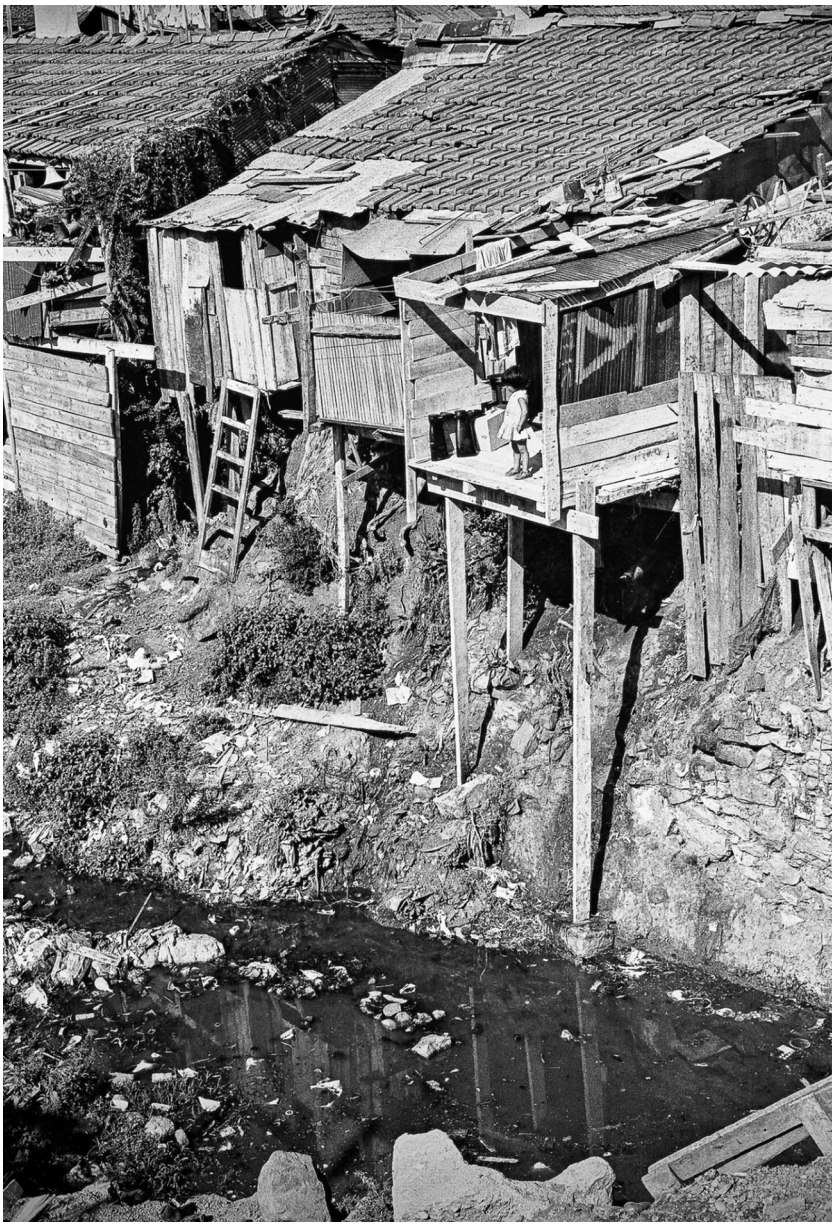
A CAPITAL
EDIÇÃO ESPECIAL
ESGOTA-SE EM LISBOA
CONSTITUIÇÃO
LIBERDADE E PROGRESSO
Editorial de FRANCISCO DE SOUSA TAVARES
BOMBA MATA PADRE CANDIDATO DA U.D.P. E ESTUDANTE

K.

A coexistência entre o legal e o clandestino



L.



M.

Neste período, foram construídos 37.668 fogos numa média anual de 4.185 fogos ao ano, valor este inferior ao do período anterior. Os Contratos de Desenvolvimento perdem o vigor anterior, construindo apenas 1.830 fogos sendo, no entanto, o período áureo das cooperativas de habitação, que constroem 21.860 fogos em comparação com 13.978 fogos de habitação social." [21]

Contudo, fora a quebra na construção social, acontece a criação de dois novos regimes de arrendamento público, estes designados para as comunidades de habitação precária que ainda residia nas "barracas", "um de financiamento a longo prazo e um outro com reforço do papel do Estado com uma comparticipação de 50% a fundo perdido, os denominados Acordos de Colaboração." [22]

Mais tarde devido ao crescimento migratório das comunidades PALOP da década de 90, acontece mais uma vez uma crise habitacional a nível urbano. Em 1993 surge o "Programa Especial de Realojamento", este significaria um esforço a nível de investimento público na habitação social e como objectivo "a concessão de apoios financeiros para construção, aquisição, ou arrendamento de fogos destinados ao realojamento de agregados familiares residentes em barracas e habitações similares."

Nestas três décadas que observamos anteriormente, entendemos os altos e baixos de um sistema de assistencialismo num Estado de Providência. Começando pela implementação à concretização de políticas habitacionais, vemos as infra-estruturas "originantes" destas politicas de nível habitação social como cooperativistas, e acabamos por entender as crises económicas criadas pela banca e como estas irão afectar o novo milénio.

Existe um certo nível critico neste sistema de assistência permanente, o que começou por ser um elemento pontual, paliativo e meramente assistencial, acaba como uma certa forma de domínio estatal sobre as comunidades em exclusão e as suas sobre vulnerabilidades. "O principal objectivo deste modelo de intervenção baseado no assistencialismo é controlar os grupos sociais vistos como mais perigosos, reagrupando-os todos numa mesma categoria e colocando-os em bairros, asilos, hospitais, etc., espaços destinados a receber e a controlar grupos sociais passíveis de ameaçar a ordem social." [23] Um modelo que à primeira vista pode parecer positivo pelo ser lado de "dar mais do que recebe", acabamos por entender que "este modelo repressivo apresenta uma lógica de actuação finalista, ou seja, não procura prevenir novas situações de pobreza, mas apenas actua a posteriori e numa base assistencialista." [24]

Um antagonismo, "esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (mantendo uma postura de submissão e de dependência) e que refaçam o seu quotidiano em função desse estigma (recorrendo ao assistencialismo), por outro, para serem bem sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e para posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projectos (de vida)." O que acaba por acontecer é uma dependência progressiva da necessidade assistência, acabando assim por nunca existir um sentimento de independência e existindo um controlo invisível a nível estatal ou municipal (Frétigné, 1999:118).

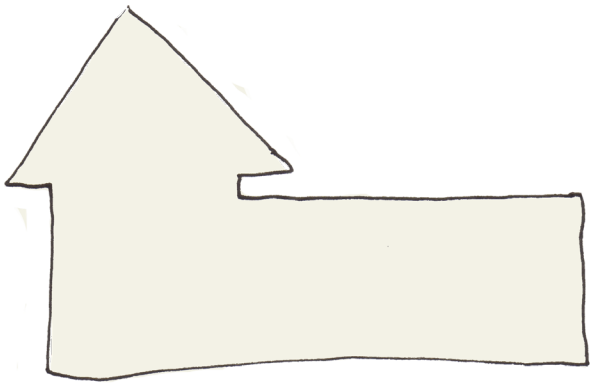
N. Frames do documentário "Índios da Meia-Praia" de António Cunhal Telles

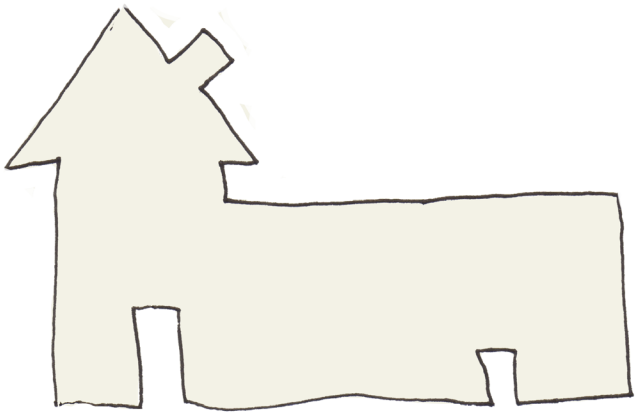
N.

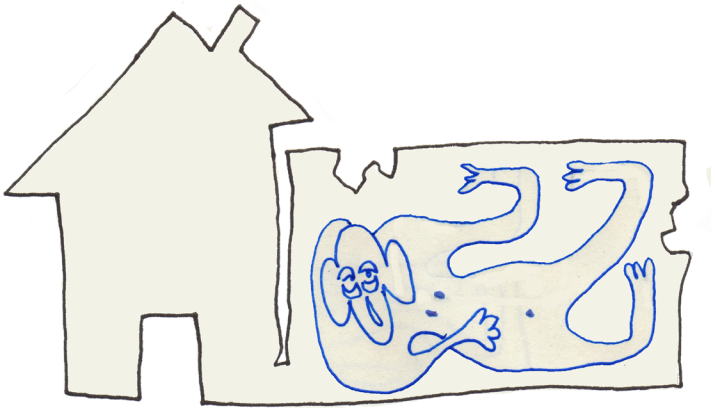
21. CAETANO, Rita João. 'REFLEXÃO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL', pág 14

22. 23. 24. - RODRIGUES, Eduardo Vitor. "O Estado e as Políticas Sociais em Portugal", pág. 6

Finalizamos este capitulo explicando que o assistencialismo tem as suas lacunas, "o assistencialismo serve sobretudo à reprodução da pobreza, uma vez que as instituições assistenciais mobilizam basicamente recursos económicos e desvalorizam a mobilização dos fundamentais mecanismos de poder: "as instituições assistenciais, através de práticas de despolitização, servem normalmente de válvula de escape ao funcionamento da sociedade, colocando sob tutela os indesejáveis e actuando como agências de normalização. Criadas para promover a erradicação da pobreza, acabam por reforçá-la" (Fernandes, 1991:60).







03. A CONTEMPORÂNIEDADE

3.1. SEM-ABRIGO, SEM-TECTO. SEM-ESPAÇO:

DO PÚBLICO E DO PRIVADO, ENTRE O "LOCAL" E O "GLOBAL" - O "GLOCAL"

O. Seth Tobocman "he war against the poor"

25. MORGADO, Celestino Antunes. "A essência da cidade do conhecimento glocal" pág. 10, 2014

> "Objetivamente, glocal é um conceito agregador e convergente resultante de local e global. O seu significado é observável à luz dos propósitos vocábulos estruturantes, isto é, a raiz etimológica da palavra "global" significa "mundial" ou "universal"; enquanto "local", é proveniente da expressão latim medieval localis (pertença a um lugar físico), originária da palavra locus (lugar) (Online Etymology dictionary 2012b)." [25]

Não podemos deixar de pensar na condição de sem-abrigo sem reflectir as circunstâncias numa escala *local* e *global*, introduzindo assim, a escala glocal como ponto de interferência. De uma escala micro até à macro, da cidade ao fenómeno.
O *local* trata-se da cidade, como espaço social e urbano. O espaço urbano é então associado ao modelo institucional e interventivo de cada cidade. A cidade, como um conjunto de processos e conceitos governamentais, onde a debilidade política afeta constantemente os serviços de intervenção social e consequentemente o tipo de respostas institucionais. Estas instituições tentam intervir no indivíduo nas primeiras fases da passagem para condição de sem-abrigo são as mais descomplicadas e possíveis de reverter. No entanto, quando a situação da pessoa já se encontra na fase crónica, as instituições públicas não têm poder de intervenção suficiente devido à debilidade política, fazendo com que os mecanismos de acção social sejam realizados pelas organizações não governamentais (ONG).

A cidade e a exclusão social é um fenómeno verificado em todo o mundo, das cidades europeias aos slums, dos bairros periféricos às grandes metrópoles americanas. O livro "Arquitectura y Política: Ensayos para mundos alternativos" lançado em 2011, de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, inclui textos de reflexão crítica, abordando a condição da arquitectura contemporânea na era da globalização, e a respectiva responsabilização do papel social dos arquitectos e urbanistas. No capítulo "Vulnerabilidades", inclui o texto "Geografía de los 'sin techo'" que aborda o problema dos sem-abrigo nos diferentes contextos urbanos, dos processos da sua perpetuação às políticas sociais associadas.

Na Catalunha o número de pessoas em condição de sem-abrigo em 2005 era cerca de 8.000, cerca de 52,6% dos fundos económicos para a condição de sem-abrigo era gerido por poderes privatizados e o restante por poderes municipais de assistência social. Em Barcelona em 2008 existia cerca de 3.400 pessoas em condição de sem-abrigo, quase 1000 dormiam nas ruas da cidade e outras 1000 em centros de acolhimento municipais ou de organizações não governamentais, o seu primeiro plano de inclusão social foi apenas implementado e aplicado em Março de 2005. Já nos Estados Unidos existia cerca de três milhões de pessoas em condição de sem-abrigo em 2009. Sendo Los Angeles o pais com o maior número de casos com cerca de 100 mil pessoas. , um número em ascensão devido ao desemprego e à crise económica das hipotecas subprime.

O.

CROWDED TOGETHER IN THE INNER CITY
POOR PEOPLE COULD
COMMUNICATE
AND
ORGANIZE.

AND
CREATE
RESISTANCE

Já em Manila, uma cidade turística onde centenas de milhares de indivíduos e famílias vivem em condição de sem-abrigo, dormindo perto dos seus trabalhos precários em tendas ou "barracas", chegando ao ponto dos condutores de riquixás viverem no seu veículo. [26]

Compreende-se a partir do levantamento destes exemplos a globalização do problema. Do contexto europeu representado pela Catalunha, como uma amostra que se aproxima a outras cidades do Sul da Europa, ao problema americano em Los Angeles provocado pela procura de emprego e do "sonho americano" por parte dos jovens, à capital das filipinas absorvida pelo "turismo selvagem".

A condição de sem-abrigo é então uma vulnerabilidade urbana das cidades, mesmo que os poderes públicos e privados tentem esconder o problema, este continua em ascensão, expandido o perfil destes indivíduos de homem solteiro de meia idade para os jovens, mães solteiras com os seus filhos e imigrantes que procuram emprego.

> "Walk though any city these days and you are likely to see people living in the streets. No matter how clean, stylish, or well-swept the city, it is likely to have a street population." When we talk about homeless people and urban shanties, we no longer mean only those m cities like Lima or Soweto. We might be talking about any city m post-Reagan America or m Thatcherite England-or, thanks to recent liberalizations, we might be thinking of Budapest or Warsaw. It is an inescapable fact that at the end of the twentieth century many people around the world are forced to live in the streets." [27]

Na sociedade contemporânea, a globalização evidencia-se cada vez mais como a razão promotora da precariedade, da exclusão social e habitacional. Com a ausência de habitação e a perda da privacidade, a vida quotidiana é então exposta, decorrendo principalmente em espaços públicos. A (sobre)vivência num ambiente de constante insegurança, do receio de ser assaltado, agredido, assediado ou expulso são factores que influenciam a degradação psicológica, tornando o indivíduo mais frágil e vulnerável. A esfera privada e a esfera pública dissolvem-se: a relação entre as fronteiras do privado e do público são totalmente desfeitas.[28]

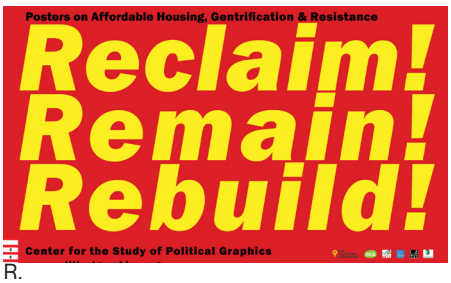
No livro "Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger," Arjun Appadurai descreve a condição das pessoas sem-abrigo como um problema aparente nas cidades, os marginalizados do mundo do consumo e das forças capitalistas da globalização.
Estas crises sucessivas de um sistema económico que promove a desigualdade social, aumentando a riqueza de uns e a precariedade para outros, reflecte-se claramente na caracterização do nosso ambiente urbano, na vida e nas dinâmicas das cidades e na imagem de degradação social que caracteriza os seus espaços públicos, entre a "cidade de dia" e a "cidade da noite", sem filtros, onde nos perguntamos se o privado não invadiu o público e onde se encontram esses limites de conforto das cidades socialmente mais desenvolvidas e inclusivas.

P. Seth Tobocman "he war against the poor"
Q. Seth Tobocman "he war against the poor"
R. Poster "Of affordable Housing, Gentrification & Resistance"
S. Clayron patterson "Fight Back" 1989

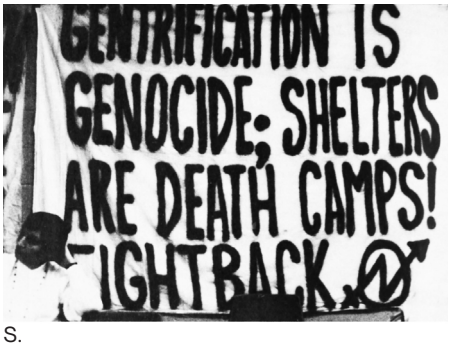
26. MUXÍ, Zaida e MONTANER, Josep Maria. "Arquitectura y Política" pág. 190

27. ROSIER, MARTHA. "IF YOU LIVED HERE- The City in Art, Theory, and Social Activism.

28. MUXÍ, Zaida e MONTANER, Josep Maria. "Arquitectura y Política" pág. 188
29. MUXÍ, Zaida e MONTANER, Josep Maria. "Arquitectura y Política" pág. 189



R.



S.

P.

Q.

"El trazado de la ciudad contemporánea ha sido diseñado mediante derribos, con grandes avenidas y bulevares haussmannianos que eliminan la diversidad y los pliegues, los rincones y las irregularidades que permitirían habitarlos, encontrarse u ocuparse." [29]

A partir de uma reflexão análoga, considera-se a *cidade hostil* como um fenómeno *glocal*, a cidade excludente. A cidade que não cuida dos cidadãos mais vulneráveis. Contrapondo este conceito de cidade com uma arquitectura que se reveste de elementos limitadores à permanência em espaços urbanos - visuais, físicos e até sociais - a arquitectura anti-abrigo. Mas não só, uma arquitectura com base no medo, influenciando a percepção do utilizador através da sensação de insegurança, com o propósito de inibir condutas "suspeitas". Este tipo de arquitectura cria uma disformidade na forma como o corpo experiência a cidade, correspondem a dispositivos por vezes ilegíveis para o "cidadão comum", mas para o indivíduo em condição de sem-abrigo torna a sua capacidade de (sobre)viver na cidade ainda mais questionável. *A cidade deixa então de ser o abrigo, torna-se hostil.*
Este tipo de dispositivos são implementados com a permissão de protecção do espaço, muitas vezes vazio e esquecido.

A sua verdadeira função é proteger o património individual ou municipal, a arquitectura como barreira portadora do sentimento de expulsão. Ressalta assim aspectos sociais, sobre quem está dentro e quem está fora, quem pode e não pode permanecer, o que é público e o espaço que é privado, o que é de dentro e o que é "da rua".

Resumindo a arquitectura anti-abrigo, do medo ou hostil é um conceito que define elementos austeros urbanos criados e implementados em espaços públicos para segregar a permanência.

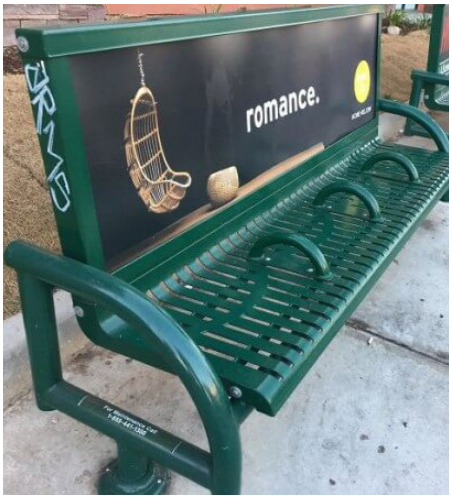
O termo apenas ganhou visibilidade em 2015 quando o jornal The Guardian faz uma reportagem do acontecimento em várias cidades pelo mundo. No entanto este tipo de arquitectura já é utilizada desde os anos 90 principalmente nas grandes cidades como Nova York, Londres ou Paris, como meio de "afastar" os indesejáveis. Elementos austeros instalados em espaços esquecidos ou "waste spaces", "It is this "empty" space, to wich the destituir are relegated, that is increasingly identified with - or as- "the street". The waste space resides where society used to stand" [30]
Espaços estes por norma públicos e inutilizáveis, onde serviços privados ou municipais implementam peças de "design defensivo" como forma de contrariar a permanência ou ocupação.

À semelhança de elementos que encontramos contra a permanência de aves em estações de transportes, por exemplo na estação de São Bento, agora em pleno século XXI verificamos os mesmos elementos a impossibilitar o habitar permanente nos espaços vazios da cidade. Estes elementos de "design defensivo" são pontiagudos, metálicos, incomodativos, mas sobretudo discretos. São elementos quase invisíveis, a sua funcionalidade é uma linha ténue entre o design e a hostilidade, desde bancos de jardim inclinados, com demasiados apoios ou até bancos segmentados; elementos rochosos por debaixo de pontes ou viadutos; os "clássicos" elementos metálicos em espaços abrigados, nas entradas de prédios ou edifícios de galerias comerciais; ou até as aberturas nas coberturas das paragens de autocarros que impossibilitam a permanência de alguém deitado nos bancos em dias de chuva; A lista de elementos é longa e muitas vezes difícil de entender a sua funcionalidade.

T, U, V e X. Elementos de "design defensivo"

30. ROSIER, MARTHA. "IF YOU LIVED HERE- The City in Art, Theory, and Social Activism.

T.



U.

V.

X.

Estes elementos podem variar de cidade para cidade: na cidade de São Paulo é espalhado óleo queimado no chão; em certos jardins os sistemas de rega são propositadamente instalados perto de espaços cobertos e de abrigo; em Nova York, os bancos de jardim com divisórias ou encostos de braços centrais que impossibilitam um corpo deitado; grades ou esferas metálicas à frente das montras de lojas; ou em Valência que após um caso de 300 imigrantes a viver sob uma ponte sem documentos, estes foram expulsos e conjuntos de pedras e pedregulhos foram colocados para não se repetir a ocupação;

Z. “Archisuit” de Sarah Ross, 2005

Um exemplo de uma intervenção com o intuito de criticar a cidade hostil e os seus elementos é o *“Archisuit”* (2005), desenhado pela artista Sarah Ross como resposta aos elementos urbanos espalhados por Los Angeles, a cidade com a maior comunidade de sem-abrigo nos Estados Unidos. A narrativa do projecto e performance consiste numa abordagem espacial, política e activista, um acto de ironização como resposta à arquitectura anti-abrigo. A negociação da artista com os espaços, estrutura e cidade hostil, através da ironia.

O fato assemelha-se a um fato-de-treino, é almofadado e maleável, o seu objectivo é moldar o corpo ao design da estrutura defensiva permitindo a permaneciam no espaço, “The suits include the negative space of the structures and allow a wearer to fit into, or onto, structures designed to deny them.” Como anteriormente mencionado, a existência de bancos com demasiados apoios de braços são concebidos para desencorajar o sono, a pausa, o lazer, ou seja para impedir alguém de pernoitar. A partir desta intervenção que obstrói o uso livre do banco urbano, o projecto de Sarah Ross representa o reatamento dessa acção: o fato azul molda-se ao espaço negativo do banco contrariando assim a função do desenho.

and rewards disinvestment. It supports destruction of housing through disinvestment. It creates economic rewards for that kind of activity, based as it is on the private ownership of housing for profit—opposed to the belief that housing is a right of all.

Z.

A finalidade do fato ultrapassa a ironia e provocação, convocando uma ação crítica aos poderes políticos para confrontar com dignidade o problema que a cidade de Los Angels enfrenta.

As questões persistem: será a arquitectura anti-abrigo resposta para este “obstáculo” da sociedade contemporânea? Quais as consequências da implementação destes elementos hostis na vida dos indivíduos em condição de sem-abrigo? Estarão estes poderes privados e municipais a impulsionar a inconveniência fora da cidade turística, aumentando a precariedade periférica?

Rematando assim, a cidade hostil como o agressor. A cidade globalizda que cria espaços de carência social. A cidade como espaço habitável, mas só para alguns.

3.2. POLÍTICAS URBANA: LISBOA E PORTO – A DIFERENÇA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO CENTRAL

31 , 32 e 33 - Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

Breve resumo a nivel Nacional:

Em Julho de 2017 é aprovado em Conselho de Ministros, mais uma vez, uma nova Estratégia Nacional de Intervenção para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). Como já anteriormente aprofundado, o objectivo da estratégia tem por base "consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevençãoo e intervenção, centrada nas PSSA, para que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas". [31] A carência de um conjunto de políticas e cuidados, a vulnerabilidade social e a proposta de um plano estratégico de intervenção, dividindo a questão em quatro etapas: Sinalização, emergência, transição e inserção, sendo que também existe a questão da prevenção.

Em termos conceptuais é importante referir que a ENIPSSA 2017-2023, considera a pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Município de Lisboa

A nível municipal, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) trabalha em conjunto com entidades, serviços, parceiros e instituições sociais para conseguir diagnosticar, cessar e cuidar da condição. Segundo o seu plano estratégico lançado em 2019, existiram dois momentos decisivos para conseguir consolidar algum tipo de esquema interventivo.

Primeiro em 2015, através da criação do NPISA dando assim origem à "Rede social de Lisboa", o importante nesta rede era a sua tripartição entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Instituto da Segurança Social (ISS). Com esta estrutura foi um dos começos para uma melhor "reorganização e optimização da rede de equipamentos e na implementação do modelo de intervenção integrada de todos os agentes que na cidade trabalham com e para a PSSA." [32] E num segundo momento em 2016, data do 1º Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo (PMPSA) que dura até 2018, através desta "estratégia de cidade a articulação com as entidades e o apoio financeiro para a execução de projectos passaram assim a ser implementados com base num documento municipal que os enquadra numa perspectiva de cidade." [33]

Graças a estas duas datas foi possível criar um Plano Municipal estratégico e de vigência com a duração entre 2019 e 2023. Este plano tem por base "funções e objectivos distintos, embora por vezes partilhados, estes estruturam, planeiam, implementam, desenvolvem,

34, 35 e 36 - Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

avaliam e monitorizam um conjunto de possibilidades para a construção de soluções, cada vez mais diversificadas e adaptadas a esta realidade."[34]

Nos últimos dados, o Município de Lisboa observou em 2018 que ainda existia um número total de 2328 pessoas em condição de sem-abrigo, mais especificamente 1967 na condição de sem casa e 361 como sem tecto.

Dentro destes números podemos encontrar percentagens para compreender melhor o fenómeno, "a maioria do género masculino (89%), seguida de género feminino (10%) e os restantes (1%) do género outro; em relação à idade, em média, as pessoas tinham 47 anos. Os escalões etários com maior relevancia são respectivamente: ≥ a 60 anos (15,2%); 50 – 54 anos (15%); 45-49 (14,4%); 55-59 (12,5%). A grande maioria das pessoas tinha nacionalidade portuguesa (70%); os demais 30% correspondem: Países Europeus - 11,4%; PALOP - 9,3%; Países Asiáticos - 4,7%; Brasil - 2,5%; Outros Países Africanos - 0,4%; outros Países do Continente Americano - 0,3%; nacionalidade desconhecida - 1,4%." [35]

Este estudo no terreno permitiu que na primeira proposta de PMPSA 2016-2018 se viesse a estabelecer uma estratégia de intervenção, o contrário daquilo que tinha sido feito desde 1974 com as abordagens de assistencialismo.

Uma abordagem que permite às instituições, cuidadores e agentes de terreno maior estabilidade e garantia financeira para conseguirem dar continuidade ao seu trabalho junto das comunidades em exclusão. Este plano tem cerca de 32 parceiros, desde instituições, albergues, associações, centros de apoio, até parceiros do sector público e do terceiro sector, financiando assim os mais diversos projectos com certa de 4.500.00,00 euros.

"O programa, para além do já referido anteriormente, resulta a necessidade de reforçar a próxima estratégia municipal com um orçamento compatível com os projectos que se pretendem implementar na cidade bem como garantir a monitorização e avaliação do mesmo. " [36]

O Plano Municipal para PSSA apresentado para 2019-2023 dá continuidade ao anterior Programa Municipal, aprovado através da Deliberação nº. 629/CM/2015 de 29 de outubro de 2015. Continuidade a nível de rentabilização de recursos pré-existentes e a sustentabilidade de novos projectos, sem esquecer de criar respostas adequadas às dinâmicas sociais para cada área específica.
Este novo Plano de intervenção em "aposta na criação de novas respostas, reconhecidas como válidas e essenciais para uma intervenção mais direccionada". A configuração e manutenção de respostas para cada indivíduo e ainda apresentar novas propostas de acção com a ajuda de parcerias e medidas previamente definidas no âmbito do Plano de Acção do NPISA.

Este novo Plano de intervenção em "aposta na criação de novas respostas, reconhecidas como válidas e essenciais para uma intervenção mais direccionada". (*) A configuração e manutenção de respostas para cada indivíduo e ainda apresentar novas propostas de acção com a ajuda de parcerias e medidas previamente definidas no âmbito do Plano de Acção do NPISA.

"Pretende-se, assim, reforçar as respostas de apoio social ao nível local, combatendo a pobreza e a exclusão social desta população, tendo como referência as Grandes Opções do Plano de Lisboa 2018-2021, bem como as orientações resultantes da definição de prioridades no âmbito da Estratégia Integrada para a Erradicação da Pobreza na Cidade de Lisboa, promovendo a integração da PSSA, com base na capacitação e no desenvolvimento individual, e na articulação com os serviços que intervêm junto deste grupo, visando a sua integração social." [37]

37. 38. 39. - Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

Os objectivos principais do plano para as pessoas em situação de sem abrigo centram-se em assegurar uma resposta adequada para cada situação. A estruturação, planeamento, implementação, desenvolvimento, monitorização e a avaliação de um conjunto de possibilidades para a estruturação de soluções, cada vez mais diversificadas e adaptadas a esta realidade.

Uma rede de respostas multidimensionais e interinstitucionais, tais como:

-Promover, adequadamente a cada situação, a inclusão social das PSSA;

-Diminuir o número de Pessoas em situação de sem abrigo;

-Assegurar uma cobertura total de cidade, mantendo no terreno, de forma articulada e coordenada, quatro equipas técnicas de rua, com áreas de intervenção delimitadas;

-Estabelecer protocolos de colaboração com o Centro Hospitalar Lisboa Central com vista a uma maior eficiência e eficácia no encaminhamento de PSSA

-Garantir o acesso à saúde e às respostas orientadas neste domínio, mantendo a cobertura de cidade por parte de uma equipa técnica de rua especializada nesta área.

-Consolidar respostas de acolhimento temporário e de alojamento transitório, progressivamente mais humanizadas com adequação do número de vagas;

-Alargar e reforçar as respostas de alojamento, nomeadamente o alojamento de transição e de continuidade;

-Consolidar as respostas de Ocupação Diurna, garantindo a aquisição de competências sociais e profissionais;

-Criar uma resposta que facilite a integração em mercado de trabalho em articulação com as entidades com competência em matéria de emprego e de formação profissional;

-Alargar os Núcleos de Apoio Local, em pontos estratégicos e onde se verifica maior concentração de PSSA, alargando a resposta da distribuição alimentar a outras valências permitindo uma intervenção holística;

-Promover a participação transversal do público-alvo, nomeadamente através da capacitação de uma equipa municipal estável de pares, tendo em vista a sua implicação na concretização de diversas dimensões do Plano Municipal (com um especial enfoque no eixo 1);

-Promover uma monitorização contínua do plano e por em marcha uma avaliação externa do mesmo. [38]

Os objectivos gerais deste Plano Municipal assentam em eixos de intervenção, divididos em diversos patamares de intervenção:

EIXO A | Sinalização - intervenção de proximidade desenvolvendo trabalho técnico de intervenção psicossocial, com deslocações ao terreno de forma a conceder apoio na área da saúde, social e psicológica às PSSA;

EIXO B | Emergência - intervenção individual, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas e preparação para a integração noutras respostas de intervenção mais reparadora com vista à autonomia e integração social;

EIXO C | Transição - promoção de respostas que permitam assegurar uma intervenção psicossocial de caracter multidimensional (saúde, formação, emprego, habitação) tendo como objectivo central promover condições que permitam o pleno exercício da cidadania, podendo implicar a mobilização de recursos que promovam o processo de inserção social necessário à autonomização profissional e social da PSSA;

EIXO D | Inserção\Autonomização - respostas que asseguram apoio no processo de autonomização das PSSA através do reconhecimento das necessidades, dificuldades e fragilidades de ordem psicossocial com que estas se deparam nomeadamente, nas questões da empregabilidade e na procura de habitação condigna e a valores reduzidos e para um melhor retorno à vida em comunidade, alicerçando assim a sua autonomização e reintegração social;

EIXO E | Prevenção – a prevenção entendida como resposta transversal a todos os eixos, numa lógica de complementaridade aos mecanismos de apoio existentes, e às respostas do Poder Central e do Poder Local, com o objectivo de reduzir o risco daqueles que se encontrem em contexto frequente de vulnerabilidade ficarem na situação de Sem-Abrigo [39]

De acordo com cada eixo proposto no quadro precedente, existe agora a prossecução dos objectivos propostos anteriormente, um quadro de respostas e serviços à situação:

Sinalização

a. Reforço do acompanhamento especializado, através da identificação de um profissional responsável pela sinalização/ articulação com as entidades competentes;
b. Articular com o ISS, IP o melhor acesso aos serviços públicos e às prestações sociais, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção;
c. Reforçar a intervenção na área da saúde (rede de cuidados de saúde primários, saúde mental e medicina dentária) através do estabelecimento de protocolos de colaboração com entidades da Administração Central e IPSS.

Emergência

a. Aumentar os Centros de Acolhimento de Emergência (127 novas vagas para além das 185 existentes);
b. Aumentar as vagas em Unidades Integrativas (75 novas vagas para além das 25 existentes);
c. Aumentar os Núcleos de Apoio Local (100 novas vagas para além das 100 existentes).

Transição

a. Aumentar as vagas em Housing First (320 novas vagas para além das 80 existentes);
b. Criar Apartamentos Partilhados (65 vagas);
c. Criar Residência Social (50 vagas);
d. Criar Respostas Complementares de Inserção (150 novas vagas para além das 60 existentes);
e. Criar Projectos para a Empregabilidade – "É um Restaurante" e "Emprego Primeiro – Porta Aberta";
f. Criar Programa de Saúde Oral e Serviço de Clinica Geral com SCML para garantir a prestação de cuidados de saúde providenciando cerca de 1500 consultas anuais em cuidados médicos de elevada qualidade.

Inserção/Autonomização

a. Criar bolsa de fogos em habitação municipal (200 vagas);
b.Criar Bolsa de Emprego Apoiado em articulação com ISS,IP na CML, Empresas Municipais e IPSS (200 vagas);

Prevenção

a. Articular e colaborar com a Administração Central e Local na implementação de políticas e medidas estruturantes que proporcionem maior estabilidade socioeconómica da população em risco de maior vulnerabilidade.[40]

A estratégia nacional de intervenção para as PSSA 2017/2023, no seu período de vigência, pretende dar uma maior estabilidade temporal de intervenção, dar continuidade às respostas implementadas anteriormente e ainda criar novas respostas. Para conseguir uma perspectiva de articulação regular entre os diferentes atores e cuidadores ambiciosos de tirar das ruas de Lisboa as pessoas sem-tecto até 2021. Mesmo sabendo que existem e existiram pessoas que não aceitarão os cuidados, o importante para a CML é ter disponível propostas para as 361 pessoas.

> "Este plano procura reflectir e dar continuidade à prossecução de políticas públicas locais que privilegiem a transição entre a gestão imediata e com carácter de emergência do fenómeno e a sua erradicação, sustentando tal visão nos Direitos Sociais tendo em vista a autonomia e inclusão social das PSSA. " [41]

40. 41. 42. 43. 44. - Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

E ainda, “Realce também para o investimento efectuado ao nível do processo de autonomização das PSSA com a disponibilização de uma bolsa de fogos de habitação municipal que permita a esta população obter uma habitação condigna e a preços acessíveis, conciliada com o reforço e criação de programas de formação profissional e bolsas de emprego apoiado que contribuem para uma maior estabilidade socio-oeconómica destas pessoas que na sua maioria vivem num contexto em que não trabalham há muito tempo e com um vazio curricular que deixa as entidades empregadoras desconfiadas no momento de as contratar.

É necessário por vezes dar espaço e tempo para se ganharem novas rotinas para facilitar a integração profissional destas pessoas. Esta abordagem contribuirá para a estruturação de um projecto de vida mais duradouro e aumenta as suas possibilidades de uma plena inserção social. “ [42]

> “Um dos elementos mais importantes a salientar nesta política de intervenção é a perda do estigma até então de “a pessoa tinha que “merecer” para passar para o estágio seguinte.” (*), mas sim uma política completamente contrária “partimos da casa e depois é trabalhado um projecto de vida que é construído com as pessoas, respeitando-as, respeitando a sua individualidade, e acima de tudo percebendo que cada pessoa é uma pessoa e cada pessoa reage de forma diferente.” [43]

Previsões para 2023

Estima-se que até 2023 irá existir um aumento de investimento financeiro, aquele que até então era de 4M euros irá subir para valores superior a 14,6M euros. Valores que excluem investimentos obras publicas de construção ou reabilitação, tal como a subvenção ao Instituto da Segurança Social.

Segundo o plano o maior investimento será feito para conseguir operar o Eixo C de Transição com cerca de 69% do orçamento, seguido do Eixo D de Inserção\Autonomia. A aposta clara da CML em reforçar medidas que promovam autossuficiência, "desde soluções de alojamento, a soluções de capacitação, educação, formação profissional e inserção profissional." [44]

Para concluir esta análise iremo-nos focar nos elementos objectivos do plano a nível de futilidade como: a sinalização, saúde, alojamento de emergência, apoio local, alojamento de transição, formação e emprego, inserção a nível de habitação e concluído com um planejamento de prevenção.

Sinalização – Intervenção em Rua

-A área da Intervenção vai continuar a apostar fortemente na cobertura territorial da cidade por Equipas Técnicas de Rua, passível de alguns ajustamentos a efectuar ao nível da intervenção a desenvolver.

Objectivos:

-Reforço do acompanhamento especializado, através da identificação de um profissional responsável pela sinalização/ articulação com as entidades competentes;
-Manter a resposta de intervenção de proximidade desenvolvendo trabalho técnico de intervenção psicossocial, com deslocações ao terreno de forma a conceder apoio social e psicológico às PSSA;
-Apoiar quatro equipas de rua por forma a cobrir a totalidade do território da cidade de Lisboa;
-Garantir a monitorização do fenómeno em rua, a resposta a sinalizações e a diminuição do número de PSSA.

Saúde

-A área da Saúde desenvolve-se complementarmente à área da Intervenção, sustentandose numa intervenção espacializada de uma Equipa Técnica de Rua com valências de saúde, nomeadamente médica e de enfermagem.
-A equipa de rua abrange toda a cidade em unidade móvel. Articula com todas as outras ETR'S, assegurando uma intervenção célere de serviços médicos e de enfermagem.
-Manter a cobertura de toda a cidade pela Equipa Técnica da Saúde, alargando o horário ao período de fim-de-semana;
-Manter e reforçar a colaboração com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL) e estabelecer novos protocolos de colaboração com entidades no âmbito do encaminhamento de PSSA na área da Saúde em geral, Saúde Mental e Doença Psiquiátrica;

44. Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

-Promover respostas de cuidados de saúde primários com recurso ao quiosque de saúde.

Alojamento de Emergência

-A área do Alojamento de Emergência garante uma intervenção individual, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas, por um lado, e promovem, por outro lado, a preparação para a integração noutras respostas que desencadeiam os mecanismos rumo à autonomia.

Objectivos:

-Aumentar e restruturar as respostas existentes, considerando a continuidade da avaliação, de forma a redimensionar os equipamentos e a criar novas soluções ajustadas às realidades.

Apoio Local

-Ainda no âmbito da intervenção em contexto de rua e no que tange à distribuição alimentar, que ocorria exclusivamente em rua, introduziu-se uma alteração na forma como esta é efectuada. Esta alteração de paradigma assenta na convicção de que esta deverá ser prestada em condições de dignidade e qualidade para os utentes.

-Para prossecução deste objectivo, foram criados os Núcleos de Apoio Local – NAL, o primeiro em 2013, na freguesia de Arroios, enquanto projecto -piloto e o segundo em 2017, na freguesia de São Vicente, durante a vigência do anterior Programa Municipal. Constituem espaços com características que assegurem boas condições de higiene e segurança e onde as equipas que disponibilizam esse serviço em rua, possam realiza-la nestes espaços.

Objectivos:

-Ampliar o conceito de Núcleo de Apoio Local, conferindo-lhe outras valências para além do apoio alimentar, nomeadamente nos planos da saúde, higiene e acompanhamento psicossocial;
-Criar mais dois Núcleos de Apoio Local – NAL, em outras zonas da cidade, aumentando a cobertura territorial, numa perspectiva de apoio integrado;
-Continuar a transição e diminuição da distribuição alimentar em rua para locais condignos contribuindo para a promoção do exercício da cidadania.

Alojamento de Transição

-A área do Alojamento de Transição enquadra os projectos que seguem o modelo “Housing First” e outros projectos de habitação de transição.
-Privilegia uma intervenção individualizada, centrada na pessoa e que possibilita o acesso a uma casa com acompanhamento de equipas especializadas que garantem um apoio

efectivo a essas pessoas no sentido de iniciar o seu processo de reinserção social e promovendo o seu potencial de autonomia.

45. Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

Objectivos:

-Criar novas respostas de alojamento através da implementação de projectos de habitação de transição, no âmbito do programa "habitação para a inclusão", tendo em especial atenção as Pessoas que se encontram na rua há muitos anos, e ainda as que não acedem a novas respostas;
-Aumentar as respostas de alojamento de transição/continuidade, já existentes através do modelo housing first exclusivamente para PSSA com problemas de doença mental, dependências e recriar o modelo aplicado a outras problemáticas.

Formação

-Esta área desenvolve respostas direccionadas para a formação e para o conceito de ocupação diurna para as PSSA.
-Pretende-se fomentar condições que permitam o pleno exercício da cidadania, as quais implicam a mobilização de recursos que facilitem o percurso de inserção necessário à sua autonomização social e profissional.
-Na sua maioria as PSSA vivem num contexto em que não trabalham há muito tempo sendo necessário adquirir novas rotinas promover a sociabilização e a autonomia pessoal para facilitar a integração profissional destas pessoas.

Objectivos:

-Manter e reforçar as respostas de inserção como complemento das respostas de alojamento, nomeadamente os Centros Ocupacionais de Inserção Diurna (COIDS);
-Implementar os projectos que promovam a inserção social e profissional, como complemento aos COIDS;
-Implementar os projectos para a empregabilidade, "É um Restaurante" e "Emprego Primeiro - Porta Aberta, Casa dos Presidentes".

Inserção a nível de habitação

-Apoio no processo de autonomização das PSSA através de respostas que se traduzem no reconhecimento das necessidades, dificuldades e fragilidades de ordem social e económica com que estas se deparam nomeadamente, nas questões da procura de habitação condigna e a valores reduzidos e para um melhor retorno à vida em comunidade, alicerçando assim a sua autonomização e reintegração social.

Objectivos:

-Apoio no processo de autonomização das PSSA através do acesso a respostas de habitação permanente e condigna a valores reduzidos.

Emprego Apoiado

-Finalidade de promover a inclusão, destas pessoas que, por se encontrarem em contexto pessoal, familiar, profissional menos estruturado, se encontram em situação de desvantagem em relação ao acesso ao mercado de trabalho.

Objectivos:

-Apoio no processo de autonomização das PSSA através do acesso ao emprego; Articulação com ISS, IP no âmbito da contratação de PSSA através da celebração de Contractos de Inserção Social.

(E concluindo com) Prevenção

-O Eixo da prevenção assume especial importância por estar a montante e assumir um carácter transversal a qualquer um dos eixos anteriores. O seu modelo de actuação assenta em minimizar o risco na sua origem.
-O sucesso de um Plano desta natureza não pode depender da resposta para combater os efeitos do risco, mas de combater o factor que origina o próprio risco de um cidadão poder ficar em situação de Sem-Abrigo.

Objectivos:

-Desenvolver em articulação com a Administração Central políticas e medidas estruturantes que consolidem maior estabilidade socioeconómica da população em risco de maior vulnerabilidade;
-Articular com a SCML as respostas existentes ao nível da acção social;
-Articular com outros serviços da CML e Juntas de Freguesia medidas complementares às existentes no PMPSA que permitam actuar em casos de especial vulnerabilidade;
-Estudar e conhecer de uma forma contínua o fenómeno por forma a aumentar a capacidade de antecipação aos factores que conduzem às pessoas ficarem em situação de sem-abrigo – criação de um modelo de “alerta social” entre entidades. [45]

“A busca de soluções para as pessoas em situação de sem abrigo não pode ser simplista.Passará por diversificar respostas e ter uma visão integrada das causas e consequências do “cair na rua”, ouvindo os vários agentes sociais envolvidos, e sobretudo as pessoas em situação de sem abrigo.” [46]

46. Plano Municipal para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

Apropriações de esquecidos espaços,
Paviilhão de Portugal, 2020

Antigo bairro do Aleixo, 2019

Município do Porto

> "A promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, configurando um conjunto de medidas que visam o conhecimento permanente do fenómeno a vários níveis, permitindo a troca de informação, a planificação e a tomada de decisões políticas." [47]

No dia 21 de Fevereiro de 2018, sete meses depois da primeira Estratégia Nacional de Intervenção para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), temos a fundação do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo do Porto (NPISA) constituído na 28ª sessão plenária do Conselho Local de Ação Social da Rede Social do Porto, sendo a sua coordenação assumida pela Câmara Municipal do Porto.

Este plano estratégico funciona como reforço de intervenção promotora na (re)inserção de indivíduos na condição de sem abrigo. Com base na garantia de qualidade e eficácia nos dois objectivos essenciais: a intervenção técnica, através da formação de agentes e dirigentes de acção social; serviços de atendimento públicos, com base na adopção de metodologias de intervenção integrada a partir de um modelo específico;

A nível dos objectivos observamos no plano os três principais foques:

1. Contribuir para a prevenção das situações de sem-abrigo, para a melhoria das respostas existentes e para a definição de novas respostas;

2. Intervir junto de pessoas em situação de sem-abrigo e acompanhar o processo de inclusão;

3. Adotar conceitos e metodologias preconizadas na ENIPSSA 2017-2023 para a intervenção no âmbito da problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, assegurando os mecanismos que permitam dar continuidade e sustentabilidade aos resultados e impactos, em estreita articulação com o Conselho Local de Ação Social do Município do Porto, doravante designado por CLASP, da Rede Social.

Ambos os planos de estratégia tocam em pontos similares, tal como em Lisboa o NPISA do Porto também tem uma organização dividida em diferentes sectores, neste caso em 6 eixos principais:

48. Plano de ação 2018/2019, NPISA PORTO

EIXO 1 | Acompanhamento Social (Coordenado pelo Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, IP);
EIXO 2 | Emprego e Formação (Coordenado pelo IEFP, IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto);
EIXO 3 | Habitação (Coordenado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto);

EIXO 4 | Participação e Cidadania (Coordenado pelo Núcleo Distrital do Porto da EAPN Portugal);

EIXO 5 | Saúde (Coordenado pela ARS Norte, IP - Administração Regional de Saúde Norte);

EIXO 6 | Voluntariado (Coordenado pela UDIPSS - União Distrital das Instituições de Solidariedade Social);

A nível de estrutura e funcionamento, a coordenação é assegurada pela Câmara Municipal do Porto, e entidades ou organismos do setor público, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas: do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça e administração interna.

Parceiros como o Instituto da Segurança Social IP, o IEFP IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, a ARS Norte IP, o Núcleo Distrital do Porto da EAPN Portugal, a UDIPSS - União Distrital das Instituições de Solidariedade Social, a Associação dos Albergues Noturnos do Porto, o GAS Porto - Grupo de Ação Social do Porto, a Médicos do Mundo - Delegação Norte, e a Norte Vida - Associação para a Promoção da Saúde;

Ao todo a estratégia da zona norte reúne cerca de 60 integrantes de entidades públicas e privadas de acção cuidadora e interventiva.

Com base em estudos e dados do Sistema de Informação da Segurança Social, até fevereiro de 2019, existiam cerca de 696 pessoas em condição de sem abrigo na cidade do Porto. Sendo que 174 são indivíduos em condição de sem teto, ou seja a viver na rua, em espaços públicos ou locais precários. É neste contexto social que se apresenta o Plano de Ação NPISA Porto 2018-2019.

Estruturado tendo como base Eixos de intervenção e objetivos estratégicos da ENIPSSA, o plano de ação operacional atividades que assentam na lógica de intervenção do NPISA Porto. Pretende-se, desta forma, garantir a integração da ação local com a Estratégia Nacional, através de uma forte componente de especialização garantida pelas entidades que compõem cada um dos 6 eixos do NPISA Porto. Nessa medida, o Plano de Ação do NPISA Porto resulta, devido a um forte envolvimento das entidades cuidadoras e ao compromisso coletivo e ambicioso de combater este fenómeno de exclusão social extremo que tem vindo cada vez mais a crescer.

Ao NPISA compete ainda, em função dos diferentes níveis de intervenção:

1. Ao nível do Planeamento:
   A.Promover a utilização do conceito de pessoa em situação de semabrigo previsto na ENIPSSA 2017-2023;
   B.Elaborar o diagnóstico local sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, como contributo para o diagnóstico da rede social e base de planificação da sua atividade;
   C.Identificar e mobilizar os recursos necessários à resolução do problema – sistematização de um guia de recursos local;
   D.Planificar as atividades nesta área, através da construção de um Plano de Ação, para conjugação de esforços e rentabilização de recursos na resolução do problema;
   E.Identificar as necessidades de formação das equipas e programação da mesma;
   F.Elaborar relatórios de atividades anuais.

2. Ao nível da Intervenção:
   I. Coordenar os encontros para análise e atribuição de casos de acordo com os diagnósticos e necessidades apresentadas, sendo competência do Eixo de intervenção respetivo
   II. Promover a articulação entre as entidades públicas e privadas visando a conjugação e rentabilização de recursos;
   III. Monitorizar os processos (controlo da execução dos planos de inserção, identificação e gestão de obstáculos), sendo competência do Eixo de intervenção respetivo;
   IV. Assegurar a articulação com equipas de supervisão e avaliação externa;
   V. Promover ações de Sensibilização/Educação da comunidade para as questões da inserção relativamente à população em situação de sem-abrigo

"Este compromisso, pela sua centralidade na estratégia para o contínuo desenvolvimento social da cidade é reiterado e vinculado em sede da Rede Social do Porto, designadamente no seu recente Plano de Desenvolvimento Social constituindo-se como domínio prioritário de intervenção. O Plano de Ação do NPISA Porto verte-se diretamente para um conjunto de objetivos estratégicos concertados entre os dois instrumentos." [48]

Conclusão:

Com base nos planos de intervenção de ambos municípios e estudos empíricos sobre o assunto podemos concluir a relação da diferença de políticas municipais entre o Porto e Lisboa. Começando por um tipo de "retrato robot" do indivíduo em condição de sem-abrigo, masculino, solteiro, entre os 30 e os 59 anos e 75% de nacionalidade portuguesa. Sendo que em Lisboa a faixa etária ronda os indivíduos com mais de 50 anos, e no Porto a maioria teria menos de 39 anos. Encontramos um conjunto de factores comuns entre as cidades conducentes à vida de rua, como a ruptura familiar; desemprego; perda de habitação; saúde precária; toxicodependência; alcoolismo; isolamento social.

Numa análise mais pormenorizada podemos arriscar, neste sentido, num perfil do indivíduo sem-abrigo do Porto, " raça caucasiana, nacionalidade portuguesa, entre os 36 e os 50 anos, oriundo do Porto, solteiro, que se encontra sozinho por ruptura conjugal, com baixas qualificações académicas e profissionais, desempregado, sem suporte familiar, com problemas de saúde física e mental, prevalecendo o consumo de álcool nos mais velhos e o consumo de drogas nos mais jovens, com passado de institucionalização psiquiátrica e/ou penal, sem nenhum recurso financeiro." [49]

Já em Lisboa encontramos uma nova geração de excluídos por assim dizendo, proveniente da crise económica, mutações no mercado de trabalho, crise na habitação, crise na segurança social, mas sobretudo toxicodependência, contrapondo com a ideia clássica dos marginalizados, mendigos e vagabundos, mais idosos, com problemas de alcoolismo. (Pimenta 1992) Numa outra análise podemos considerar "causas raiz" dos sem-abrigo de Lisboa como, "a situação da escassez de casas para habitação de baixa renda e a inadequação de rendimentos dos mais pobres, sinal claro da falência da habitação social". (Rio 1997)

No Porto (Borges 1995), salientamos os apoios de cariz assistencialista, caritativa e remediativa, inserida em modelos tradicionais de assistência social. Como consequência, a pontual desarticulação de serviços, prejudicando a reabilitação dos utentes, pois as instituições só conseguem dar resposta a uma parte das necessidades materiais como alojamento e alimentação. Estes factores resultam na desconsideração das necessidades não materiais como os laços afectivos e sociais; participação comunitária, identificação e avaliação de necessidades; assistência médica; informação e protecção de direitos; obtenção de emprego.

Dando assim respostas insatisfatórias e desfasadas às necessidades. Como anteriormente estudado, sistemas com base no assistencialismo podem ter consequências negativas, neste caso pela dificuldade da reabilitação de utentes, criando dependência nos serviços, perpetuando a condição e a vivência na rua.

No entanto podemos destacar o concelho do Porto a nível de panorama nacional na relação do indivíduo e apoios psicossociais, "com um peso percentual de 60% a 73% da população abrangida". [50]

Sobre as políticas municipais e sociais, atendendo à maior dimensão do fenómeno, podemos dizer que o Município de Lisboa detém um maior interesse político e investimento público na tentativa de minorar esta realidade. Disponibilizando apoio de instituições com as seguin-

-Sobre o alcoolismo, apesar de muito presente e transversal na vida destes indivíduos, a consequência comum do mesmo ser a razão pela qual estas pessoas foram "empurradas" para a rua já foi desmentida em vários estudos. Muitas das vezes trata-se do desmantelamento familiar e a perda de emprego que exclui estas pessoas para a rua, na maioria dos casos o factor torna-se num anestésico de baixo custo e fácil acesso para a dor de uma solidão profunda sem fim à vista.

49. QUINTAS, Silvia Maria. "A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS "SEM-ABRIGO": Histórias ocultas de uma realidade no Porto" pág. 54, 2010

50. QUINTAS, Silvia Maria. "A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS "SEM-ABRIGO": Histórias ocultas de uma realidade no Porto" pág. 23, 2010

51. QUINTAS, Silvia Maria. "A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS "SEM-ABRIGO": Histórias ocultas de uma realidade no Porto" pág. 29, 2010

tes valências, distribuição alimentar e refeições; alojamento nocturno; actividade laboral; formação técnico-profissional; actividade ocupacional e vida comunitária.[51] A promoção de políticas de reinserção social no município do Porto deveria ser um objectivo futuro para tentar colmatar a falha de décadas.

A principal diferença entre os municípios encontra-se nos seus planos de intervenção e estratégicos, enquanto no Município do Porto existe um sistema de assistencialismo já o município de Lisboa dispõe de um foco preventivo e promove políticas de reinserção social no sentido de colmatar a falha. Em Lisboa percebemos um claro interesse municipal em encontrar solução ou diminuir a condição, através do seu detalhado Plano Estratégico e do grande número de estudos desenvolvidos junto desta população, comparativamente com o Município do Porto, visto que este ainda se encontra com um Plano Intervertivo bastante elementar.

Neste capítulo, muitas questões obtiveram resposta e foi possível um melhor conhecimento das políticas sociais nacionais e municipais, no entanto outras inquietações ficaram por apaziguar, nomeadamente a efectividade ao nível dos resultados destes planos de intervenção e na possível (re)inserção destes indivíduos na sociedade ao abrigos das políticas.

3.3. RUA COMO CASA: HABITAR A RUA

> "The Streets Belong to the People." Today, the street has been rendered an imaginary domain."
>
> Martha Rosler, "If you lived here- The City in Art, Theory, and Social Activism."1991

Efectivamente, a noção da condição "sem-abrigo" parte de uma ténue definição sobre a ausência. A condição aborda o indivíduo desprovido de qualquer tipo de abrigo físico e destituído de bens essenciais como: comida, cuidados de saúde, educação ou inserção em sociedade.

Na sociedade contemporânea a condição de exclusão não corresponde apenas à carência de recursos económicos, mas também à ausência de um estatuto social e subsequente algum tipo de "poder" como cidadão. A falta da mesma, torna o indivíduo aos olhos da sociedade inferior e desvalorizado, o sentimento de inutilidade e impotência que submerge o indivíduo recalca profundamente a sua identidade, a sociabilidade e a perda de identidade. A alienação e exílio de si próprio, conduz à total insensibilidade emocional e ao desaparecimento do ser, como membro da sociedade (Thelen, 2006).

O seguinte excerto explica entre analogias e olhares exteriores como a perda de identidade pode à posteriori chegar ao grau de exclusão, "... não serão os sem-abrigo os inevitáveis vencidos desta corrida quotidiana tantas vezes desleal? Os que desistiram de jogar de acordo com as regras mais ou menos definidas social e culturalmente, pela sua escassez de recursos aos mais variados níveis? Os que se cansaram de disfarçar essa imensa angústia e de contrariar persistentemente a sua vontade, num contínuo esforço de adequação normativa? Aqueles que encontraram no desvio e na transgressão mecanismos de 5 defesa e de libertação face a um conjunto de fontes de stress geradoras de conflito interno? Aqueles que se abandonaram às contingências de uma condição de vida, mais inevitável do que escolhida e, muitas vezes, expressa como o último reduto de uma trajectória já longa de múltiplas rupturas nas mais variadas esferas da existência humana?" [52]

Podemos então compreender quais os elementos psicológicos, como a vulnerabilidade e a fragilidade emocional quando comprometidos com ambientes abrasivos, como a ausência de um ambiente físico que permita a segurança e privacidade, explica certos aspectos de certos indivíduos atingirem a situação de extrema exclusão.

A perda de vínculos sociais e comunitários, tal como a auto-estima, dependem da condição material de cada individuo, sendo os principais factores associados a problemas como desemprego, violência, perdas familiares, alcoolismo, toxicodependência, doenças mentais, entre outros, que "empurram" certos indivíduos numa situação de vulnerabilidade para a sua última "saída", para a rua como (sobre)vivência.

52. QUINTAS, Silvia Maria. "A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS "SEM-ABRIGO": Histórias ocultas de uma realidade no Porto" 2010

Avenida Rodrigues de Freitas, 2020

Entre o estar e o ser sem-abrigo

Uma das questões fundamentais para a consciencialização da condição de sem-abrigo é entender a relação do indivíduo com o tempo. Esta remete para diferenciação entre houseless e homeless, entre a vivência em habitações sem as condições mínimas de habitabilidade e o estar home less.

Compreende-se então, que relação entre o estar e o ser sem-abrigo, trata-se de um processo gradual. O estar trata das sensações iniciais de desamparo, da experiência traumática ao choque psicológico da realização de estar sem-abrigo e o novo tipo de realidade que esta implica na sua vida. O ser sem-abrigo, uma condição em progressão lenta onde se identifica a normalização do trauma. A repercussão traumática, o acumular de insucessos e a degradação do psicológico do indivíduo, tudo o segue até à vivência na rua, onde acaba por criar rotinas num diário de sobrevivência. A perda de esperança, principalmente de uma melhor vida faz com que o indivíduo acabe por se habituar à ideia de que pouco merece, empurrando-o assim para os espaços públicos da cidade.

Ao percorrer a cidade notamos os mais variados paradigmas de apropriação, desde espaços ou estruturas públicas/municipais até logradouros domésticos. A permanência em ambientes como: jardins; espaços de transportes públicos, como paragens de autocarros ou estações de serviço; pontes ou viadutos; espaços precários como edifícios abandonados; espaços de rua protegidos por marquises ou toldos, lugares para pernoitar em segurança; até praças e edifícios públicos, os recursos públicos que cidade oferece sem intenção, como os bancos de jardim ou arcadas de museus abrigadas; e outras estruturas efémeras.

Trata-se da apropriação dos "não lugares" (apud. Augé, Marc) da cidade, espaços esquecidos ou inusitados pelo cidadão "comum". A permanência em espaços sem privacidade, desumanizados e destituídos de significado, acentuando a exclusão social e a exposição sistemática aos perigos e olhares desconfiados da urbe. São os espaços que ninguém quer, onde o sentimento quando neles permanecemos é de (des)realização e despersonalização.

Segundo o artigo "Moradores de Rua: Arranjos Espaciais" apresentado no Congresso Mundial de Sociologia em São Paulo 1994, existe quatro tipos de indivíduos em condição de sem-abrigo associados a quatro formas de apropriação e habitar:

1) os nómadas ou "nômades": as suas estruturas habitacionais encontram-se geralmente sob pontes ou viadutos. No entanto, o uso do espaço é frágil e os seus materiais efémeros, como pedaços de cartão e outros tipos de objectos encontrados em pontos de despejos, espaços instáveis e em constante transformação.

2) Os clandestinos: apropriam-se de estruturas, como fábricas, casas precárias ou estruturas semi-públicas.

3) Os momentâneos: indivíduos em constante mudança. O espaço apropriado é momentâneo, a procura de abrigos breves. A ausência de bens e objectos, são a definição de "carregar a casa às costas".

53. COUSIN, Jean. "L'espace Vivant: Introduction à L'espace Architectural Premier" pág. 30, 1980

4) Os sedentários: a apropriação de espaços com a intenção de edificar algum tipo de estrutura habitacional. Apesar de efémera, estas assemelham-se às típicas organizações espaciais de casas contemporâneas. Utilizam materiais resistentes e com alguma durabilidade, possuem bens domésticos como, eletrodomésticos; cama; rádio; móveis; etc...

Este final de capítulo centrar-se-á no pensamento do "quarto ponto", os indivíduos sedentários e sua apropriação de espaços esquecidos da cidade através de estruturas efémeras ou estruturas frágeis, como forma de (sobre)vivência e de habitar.

A geografia de apropriação e dos espaços dormitório, delineados pelo recôndito de cada cidade. A procura de lugares específicos, próximos de postos de saúde, distribuição alimentar, ou redes de transporte urbanos, a necessidade ao fácil acesso de apoio alimentar ou ajuda, mas longe de espaços movimentados para e evitar algum tipo de violência verbal ou física, o medo. A morfologia compacta de espaços intermédios da cidade, as fendas e recantos.

Os espaços apropriados podem ser os mais variados, no entanto, cada apropriação tem o seu propósito segundo as necessidades ou instintos do indivíduo. Os motivos dependem da condição material de cada pessoa, desde a disponibilidade de recursos, proximidade com instituições associativas, albergues, casas de banho públicas, cantinas sociais ou igrejas; acessos a água, como fontes ou tanques públicos; zonas de recursos colectáveis como mercados e feiras de alimentos ao ar livre; perto de ambientes familiares ou com conhecidos que os ajudam;

Estes indivíduos e cidadãos encontram no instinto de sobrevivência a força para procurar o seu espaço na cidade, mesmo que esta batalhe contra a sua permanência. O abrigo proporciona a possibilidade de um porto seguro, mesmo que seja apenas uma sensação. A necessidade do espaço íntimo, do ambiente seguro, privado e propício ao pernoitar longe das ameaças do urbano.

Segundo o artista Jean Cousin "A noção de território designa assim uma possessão espacial exclusiva" [53] , esta ideia de possessão e controlo sobre o espaço escolhido oferece ao indivíduo uma sensação de privacidade e segurança, mesmo que ilusória, pois o espaço não é legalmente seu, apenas esquecido. A persistência geográfica, com este sentimento de segurança e posse sobre o espaço adquirido, o indivíduo ganha confiança na sua permanência, alguns chegam a ficar anos no mesmo espaço. O domínio de um espaço público como a rua para a reprodução de um espaço pessoal, "habitacional", e familiar.

No entanto, estas "habitações" são territoriais antes de funcionais.

Em muitos espaços de apropriações crescem esporádicas, frágeis e efémeras estruturas. O fenómeno recorrente nestas estruturas, reflete-se na tentativa de replicar "o espaço da casa", assim o sujeito cresce num espaço com uma espécie de ordem doméstica e funcional. A estrutura é então pensada conforme o modelo contemporâneo da "casa". Desta forma, a estrutura habitacional não simboliza apenas a construção de um abrigo mas também como uma forma de réplica do habitar "comum". Estas estruturas tentam recriar e organizar os espaços dedicados às funções domésticas mesmo no seu estado de fragilidade, com a intenção de atribuir a ideia de lar e de utilidade à estrutura.

No entanto não podemos falar destas estruturas como espaços habitáveis, mas como uma reprodução abstrata do modelo da casa contemporânea. Considerar estas estruturas efémeras como casa, seria perpetuar o fenómeno romantizando-o.

As apropriações não são mais que estruturas para pernoitar e financiar uma ideia de segurança momentânea. Estes indivíduos habitam os espaços envolventes pois não existe um espaço único condensador de funcionalidades, a ausência de uma unidade de lugar. Encontram respostas na envolvente à estrutura, que podem partir de questões básicas como a higiene em lavadouros ou casas de banho públicas; as refeições vêm de instituições; o ”estar em” casa é substituído por “estar em” jardins públicos. Os indivíduos em condição de sem abrigo, antes de tudo, é um ser sem lugar, ou um ser sem um lugar encontrado.

“o homem tem necessidade não só de uma toca ou de um ninho, mas de uma casa, de um lugar onde “habitar”, onde construir, conhecer e exercitar intensamente os seus “hábitos”

“Habitar e construir” Giorgio Agamben, 2019

Rua Passos Manuel, 2019

Anteriormente, quando referido o retrato robot de um indivíduo sem-abrigo, este é automaticamente associado ao sexo masculino, mas e a mulher?

A um nível global, deparamo-nos nos anos 80 com um crescimento esporádico de uma nova minoria de excluídos, indivíduos de descendência africana, seropositivos, famílias e mulheres/mães solteiras. Em 1989 as mulheres e mães solteiras constituíam 86% das famílias sem-abrigo na cidade de Nova York.[54] Em Portugal cerca de 20% [55] dos indivíduos em condição de sem-abrigo são mulheres, mães solteiras e forçadas para a austeridade da rua, resultado de crises económicas, aumento de rendas, divórcios, gravidez adolescente, perda de emprego ou mal remunerado e sobretudo vítimas de discriminação salarial.

Se tivéssemos de fazer um retrato robot da mulher em condição de sem-abrigo encontraríamos mulheres fragilizadas emocionalmente, vítimas de perturbações mentais, em estados depressivos com tentativas de suicídio, vítimas de violência doméstica, em rupturas social ou familiar, muitas acabam por recorrer à prostituição antes e durante a condição de sem-abrigo. A recorrência à prática da prostituição em muitos casos pode ser o último patamar antes de caírem na condição de sem-abrigo.

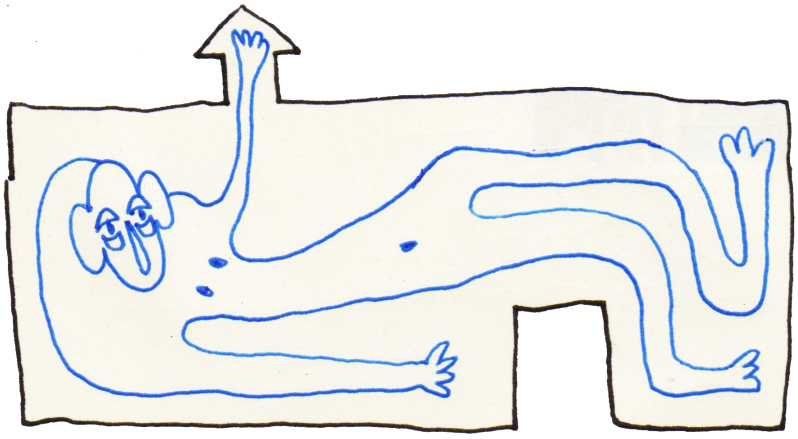
Diante a constante ameaça à mulher sem-abrigo, muitas acabam por desenvolver estratégias de defesa, no livro "Discrimination by Design" a arquitecta Leslie Kanes Weisman descreve várias técnicas por parte destas mulheres, desde provocar um aspecto desmazelado e sujo, sabendo assim que poucas pessoas as irão incomodar ou violentar; convocam também a ideia que se encontram alteradas psicologicamente; algumas mulheres dormem em conjunto como meio de segurança; ou acompanhadas por indivíduos do sexo masculino;

A vida de rua está cheia de enfermidades, desnutrição, violência, incoerência psicológica, temperaturas oscilantes entre o frio e o calor extremo. No caso das mulheres, por serem mulheres, o medo constante de agressões, roubos e violações. São as mulheres os utilizadores que mais recorrem aos abrigos nocturnos, o medo faz com que estas tentem permanecer o mínimo tempo possível na rua. Porém abrigos não são sinónimo de segurança para estas mulheres. Condições como a falta de privacidade, de camas, as condições precárias, a escassez de produtos higiénicos e a impossibilidade de estar com a família ou companheiros são suficientes para estas mulheres e indivíduos experienciarem abandono e falta de dignidade nestes espaços. Os alojamentos são designados de "abrigos" em vez de "casa" ou espaço habitável por serem espaços de recolha.

54. ROSLER, MARTHA. "IF YOU LIVED HERE- The City in Art, Theory, and Social Activism.

55. 20% - https://expresso.pt/sociedade/2017-04-01-A-maior-parte-das-mulheres-sem-abrigo-tem-filhos-e-sofreu-violencia-domestica)

Largo Amor de Perdição, 2020



04. O PORTO COMO CASO DE ESTUDO

PORTO - TERRITÓRIO DA INVISIBILIDADE

4.1. LABORATÓRIO:
PORTO - TERRITÓRIO DA INVISIBILIDADE

Utilizando o método de investigação-acção como base para um diagnóstico urbano da cidade e dos seus espaços de invisibilidade, analisa-se a comunidade em exclusão e consequentemente o objecto de estudo: o apropriamento da cidade e dos seus espaços vazios, resultando nas estruturas efémeras espalhadas pela cidade.

O aumento do número de pessoas em condição de sem-abrigo deu-se a partir da década de 60, mas foi na década de 80, marcada pelas crises económicas e consequentemente por grandes transformações no contexto político que se iniciou também um novo contexto de pobreza, afectando notoriamente a cidade do Porto.

Assistimos a um movimento de comunidades com a automação do processo industrial e o encerramento de fábricas, pessoas que viviam principalmente em bairros camarários, como o Aleixo, Pasteleira, Pinheiro Torres, entre outros, foram despedidas e o aumento do desemprego de longa duração assombrou a cidade.

Com esta crise industrial verificou-se um agravamento nas condições de vida nas cinturas da cidade que provocaram a estigmatização e a criminalização da pobreza, o início dos territórios de exclusão. Surge também nos anos 1980 o problema sério da toxicopendência, que levou a uma descriminação e a uma tendência recriminatória ainda maior, permitiu assim na seguinte década a concretização das primeiras milícias populares nos bairros críticos da cidade. O crescimento de indivíduos em condição de sem-abrigo está então compreendido num contexto de sucessivas crises económicas, habitacionais e sociais que a cidade enfrenta ao longo das últimas décadas.

Na década de 90 as políticas asistencialistas, caritativas e remediarias foram inseridas nos modelos tradicionais de assistência social na cidade, como forma de cuidar e atenuar o fenómeno, a criação de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e ONG (Organizações Não Governamentais) ou a criação de apoios do estado como o RSI (Rendimento Social de Inserção).

Já em 2007 o grande boom da crise económica vinda dos Estados Unidos, fez com que muitas pessoas em condição de precariedade acabassem na rua. Desde então, a condição no Porto aumentara para 40%, e ajudas como o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar no Porto evidenciam como as ajudas alimentares triplicaram desde então. Espaços como quartos de pensões subsidiados pelo estado, albergues, instituições de solidariedade, ou abrigos precários entram em sobrelotação, segundo o Presidente da Associação de Albergues Nocturnos do Porto, desde 2007 recebem por dia cerca de quatro novos casos a "bater à porta". [55]

Como "complemento" aos anos de austeridade das últimas décadas, surge a pandemia Covid-19 que intensificou a precariedade dos cidadãos. Muitos indivíduos e famílias nestas condições financeiras foram despejadas das suas casas.

55. QUINTAS, Silvia Maria. "A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS "SEM-ABRIGO": Histórias ocultas de uma realidade no Porto" 2010

Albergues, casas de acolhimento e espaços de (re)inserção social que já se encontravam sobrelotados ficaram sem possibilidades de auxílio, afastando muitos para as ruas. A redução dos fluxos da cidade visibilizou muitos casos que antes eram ocultos durante as horas diurnas, muitos tornaram-se a imagem da urbanidade, enquanto os restantes habitantes confinavam em suas casas. O agravamento do fenómeno da condição tornou a sua fragilidade aparente, deixando então de ser invisível para muitos, a iminência da instabilidade associativa e caritativa também veio ao de cima.

Com a pandemia, a incerteza, a desconfiança e a ansiedade levou a que muitos voluntários renunciassem a assistência nos primeiros tempos, deixando assim muitas pessoas sem qualquer tipo de ajuda e cuidados.

Em Novembro de 2020, oito meses depois do primeiro confinamento em Portugal, surge a oportunidade de entrevistar um assistente social e um agente no terreno, o Dr. José António Pinto, mais conhecido por Chalana, começando por questões sobre a situação pandémica no Porto.

Entrevistador : Sobre comunidade em condição de sem-abrigo, a mais "invisível" ou ignorada pela sociedade. Com a pandemia COVID-19 foram estes os indivíduos mais expostos à situação. As ordens de confinamento obrigatório, completamente impossíveis para estes indivíduos e a permanência na rua completamente à mercê do vírus. Como funcionaram as ajudas no início e durante o primeiro confinamento?

Chalana. : Pessimamente.

E. : Um exemplo do meu confinamento foi lidar diariamente, da janela do meu quarto, com um indivíduo em condição de sem-abrigo. Aprendi as suas rotinas e os seus horários, até ao dia em que desapareceu.
A pergunta automática foi "estará vivo? estará bem? Onde andará ele?", uma preocupação por alguém que nem sequer sabia o seu nome. Percebi mais tarde que se tinha mudado para a zona oeste da rua Gonçalo Cristóvão, precisamente no novo ponto de ajuda alimentar. A "inauguração" deste novo ponto provocou um novo fluxo de pessoas para a zona, no entanto foi criado apenas algumas semanas após o início do primeiro confinamento. Daí a questão, como é que funcionaram estes apoios? Estiveram parados durante quanto tempo? Cresceram ou foram inaugurados novos pontos de ajuda?

C. : Sobre o covid, a intervenção social deste pais é muito difícil, muito dura. Antes da pandemia com a ajuda da "geringonça" existia uma ideia que o pais estava a "ficar bem". Pensávamos que tudo estava a melhorar pós-troika, e uma ideia de que a economia estava a crescer, mas na verdade poucos têm noção que aquilo que estava mau ficou péssimo.
Com isto o funcionamento dos serviços públicos pioraram, o serviço ao público fechou e apenas era possível contactar via telefónica ou informática, utensílios fora de posse em situação de sem-abrigo.
Depois a resposta do estado, "vamos garantir emprego e criar mais condições", o que aconteceu? Zero.

Os recursos que tínhamos não mudaram nem foram reforçados, se antes demorava horas a ser atendido num atendimento ao público agora provavelmente são dias. A proposta do apoio alimentar foi recordado mas e o resto? A habitação, falta de emprego e condições de vida?

Sem esquecer a questão do esgotamento dos técnicos, tanto de saúde como os de apoio social, pois foram estes que durante uma pandemia andaram de porta em porta à procura de refeições e dormidas para pessoas em condição de sem-abrigo poderem permanecer em segurança. Mas o esgotamento técnico foi real, o medo de ficar doente e a pressão dos utentes foi um momento pesado. As atitudes dos utentes mudaram, a agressividade do desespero, o pensamento "já não tenho nada a perder". Um ambiente pesado que caiu em cima de muitos assistentes sociais, o complicado problema de não conseguir explicar de quem era a culpa.

A cultura da pobreza é complicada, precisamos de aprender a lidar com ela, saber ouvir o seu "e eu?" mesmo quando já não tens mais recursos ou forças para ajudar.

FIM.

Agora em 2021 percebemos que o estereótipo da pessoa em condição de sem-abrigo na cidade do Porto já não é o mesmo de há 20 ou 30 anos atrás. Cada vez mais encontramos cidadãos com uma vida anterior confortável, mas por tropeços e azares da vida ou até problemas psicológicos, agora encontram-se na rua.

O empobrecimento repentino é cada vez mais uma característica comum e visível nas histórias destes indivíduos, as dívidas financeiras, os despedimentos constantes e subsequentemente as rupturas com as famílias. Mas não se pode colocar de parte a nova vaga de indivíduos sem-abrigo ou em estado de precariedade, as minorias dos excluídos, o crescimento avassalador de mulheres vítimas de violência doméstica, famílias monoparentais e imigrantes em situação de ilegalidade. Estas minorias são agora representativas da cidade, esta que ainda tenta esconder os seus habitantes, sendo que a condição de sem-abrigo é a mais notória.

Os enclaves de edifícios, vãos esquecidos, viadutos ou pontes, são mais uma vez, os espaços vazios da cidade e os mais escolhidos para ocupação: locais permanentes de pernoitar, processos de apropriações, a transformação e personalização de não-lugares. A marcação e o sentimento de posse de um espaço, através do posicionamento de objectos, cartão; mantas; móveis encontrados; colchões, etc... Todos os objectos encontrados são materiais de construção, são reciclados e podem ser usados para futuras apropriações, a acumulação de objectos é uma consequência normal nestas estruturas.

A relação do indivíduo com o local e subsequentemente a auto-construção, mesmo que não seja viável para habitar, é uma característica do instinto de sobrevivência do ser humano.

C
F
E
G
RIO DOURO
EDIFICADO
ESTRUTURAS E APROPRIAÇÕES EFÉMERA
ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA

4.2. CARTOGRAFIA URBANA

ESPAÇOS DE APROPRIAÇÃO

Território ocupado

Abrigo, sombra conveniência e um ambiente aprazível, são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais.

O facto de se assinalarem esses locais com elementos de carácter permanente pode contribuir para indicar os tipos de ocupação que existem na cidade e criar um meio-ambiente que não seja fluído e monótono, mas sim estático e equipado. [1]

291

ZONA B RUA GONÇALO CRISTÓVÃO

Apropriação do espaço

Num mundo de conceitos bem definido, as estradas destinar-se-iam ao trânsito de pessoas e coisas e de trabalho. Mas como a maioria das pessoas faz exatamente o que lhe convém e quando lhe convém, verifica-se que também o exterior se encontra ocupado [2]

O enclave, *ou espaço interior aberto para o exterior, e que permita acesso livre e directo entre ambos, apresenta-se na figura de cima como um recinto ou compartimento que pode ser alcançado com facilidade, embora se encontre desviado do movimento principal.*

Local tranquilo, onde os passos ressoam e a luminosidade é atenuada, onde se fica apartado do burburinho da rua e se desfruta, simultaneamente, o exterior, de um ponto de observação bem situado e seguro. [3]

ZONA D RUA MOUZINHO DA SILVEIRA

63
ROMINA
boutique
ROMINA
boutique
65
45
casa

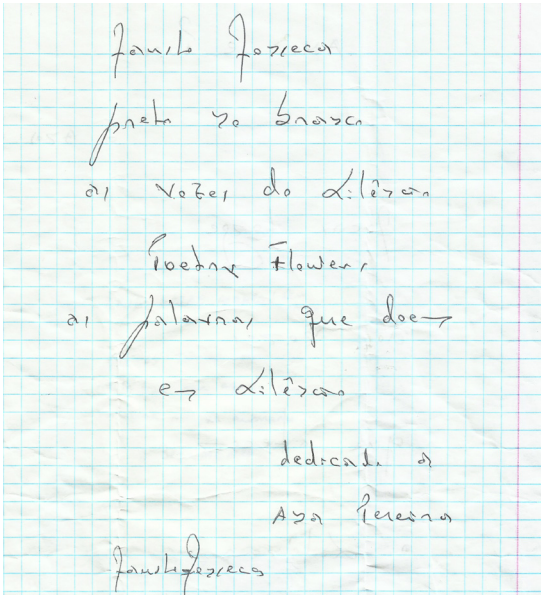
ZONA E RUA DE CEDOFEITA

1. Pág 25; 2. pag 23; 3. Pag 27 - Citações retiradas do livro "Paisagem Urbana" de Gordon Cullen, Edições 70, 1961.

4.3. ORALIDADES E ESPACIALIDADES: HISTÓRIAS E ESPAÇOS

Pretendo registar as suas histórias, não tenciono projectar uma solução. Nem tentar criar um habitar mais "digno". Pois estas soluções temporárias são apenas métodos de esconder o verdadeiro problema.
O facto destas pessoas serem cada vez mais invisíveis, como se a culpa fosse totalmente deles, pessoas que se tornaram numa espécie de bibelô, que existem apenas num canto, completamente ignorados.

Procuro dar visibilidade a estas pessoas e expôr as suas habitações efémeras. Habitações que às vezes são apenas estruturas de objectos empilhados, puzzles de pedaços de cartão ou tendas em descampados esquecidos no meio da cidade, mas que para mim, têm algo de especial, um pensamento por de trás, vivências e narrativas.

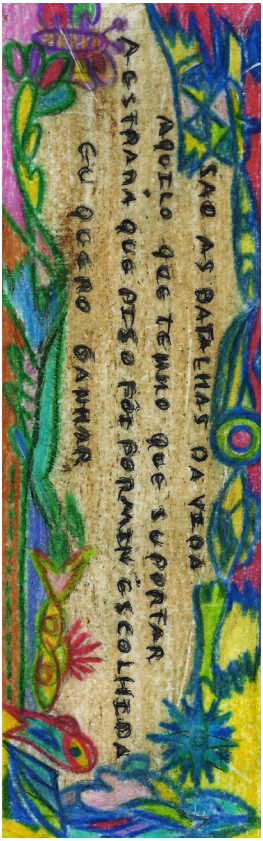


"Preto no branco
As vozes do silêncio
As palavras que doem
Em silêncio"

Paulo Fonseca- Poetry Flower

-Um poema embrulhado numa margarida.
Paulo Fonseca, poeta e apreciador de poemas românticos.

Ofereceu uma flor em troca de palavras, estes poemas é das suas poucas formas de sobrevivência.



-Numa noite de sábado na praça dos Poveiros. Um vendedor e artista, o Sr. Emanuel. Fala dos seus métodos de sobrevivência, sendo um deles os seus separadores de livros. Estes feitos totalmente por si, desde as pinturas às frases retiradas dos seus livros favoritos.

A compra do separador como forma de saber mais sobre si. Ouvi as suas revoltas. De como recebe 230 euros de IRS e 200 vão diretos para a renda do seu quarto. Como toma banho de água fria porque "o dinheiro não estica" e a botija de gás é demasiado cara para si. O que sobra vai para as despesas e medicamentos. O Sr. Emanuel fala da sua saúde débil, da sua condição de seropositivo e dos medicamentos dispendiosos para a sua saúde mental.

No entanto entre conversas o que pareceu verdadeiramente irritar o Sr. Emanuel foi o facto de ter pago 25 euros pelo seu TDT.

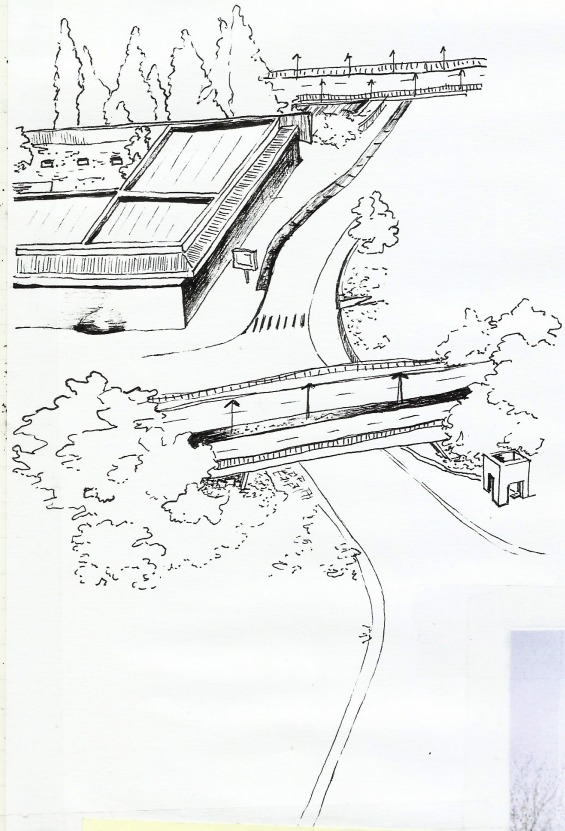
ZONA F RUA DO CAMPO ALEGRE

-Ninguém sabe que aqui vive alguém, pelo menos a olho nu.

É necessário tornar este percurso numa rotina para o descobrir. Uma antiga típica casa do Porto, esquecida, "fechada" por tijolos e cimento, prestes a cair. Vive nos antigos arrumos. Escondido atrás de uma placa de zinco contra os olhares de intrusos. A porta do seu espaço intimo é uma toalha de mesa, um espaço de descanso e pernoitar. Apesar do triste retrato a sua decoração faz-me lembrar um dia alegre na cidade, como se fosse São João permanentemente.

Sei que chega à sua casa por volta das 19 horas da noite. Descobri que a cadeira junto à árvore, é onde ele apanha banhos de banhos de sol. Que utiliza as escadas para simbolizar que está em casa e que as esconde quando não está.

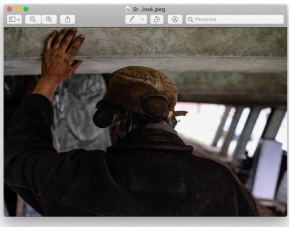
Isto acontece no meio da cidade, numa zona movimentada. Junto a um parque de carros rebocados. Uma zona em evolução imobiliária constante, no entanto este caso já aqui (sobre)vive há 3 anos.



"ALMAS SEM LARES,
AVES SEM NINHOS"

CAMPO ALEGRE

ZONA G VIA PANORÂMICA

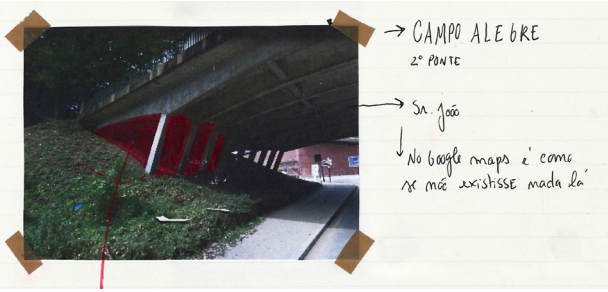


-A cada dia que passa um fascínio que aumenta acompanhando os novos elementos da estrutura. A apropriação de um espaço vazio, a efémera estrutura habitacional próxima da Faculdade de arquitectura do Porto.
Tão próxima que em certas aulas é possível assistir ao quotidiano destes indivíduos.

O Sr. José e o Sr. Júlio, decidiram criar o seu próprio lar sob um dos viadutos do Campo Alegre. Aprendi os seus nomes e histórias. Cada vez mais intrigada, com vontade de registar o processo evolutivo da estrutura, evoquei uma nova percepção daquilo que é viver e criar uma habitação. A memorização de cada alteração ou acrescento, tal como compreender os mesmos. Reflectir sobre a função de cada objecto recolhido em passeios nocturnos.

Mais tarde os nossos quotidianos cruzam e através de registos compreendo as similaridade de rotinas: de como chegam a ***casa***, por volta das sete horas da noite, passeam os cães ou até como jantam com convidados.

Factos observados ao longo de 3 anos.

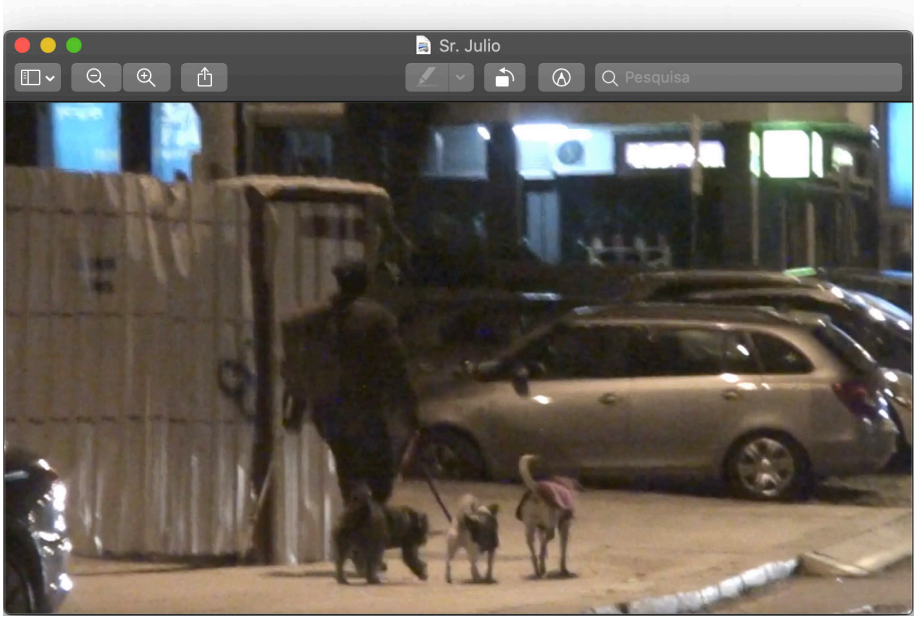


-Bolinhas, Nina e Íris são a razão pela qual o senhor Júlio e o senhor Zé decidiram construir a sua casa debaixo do viaduto.

O senhor Júlio vive no lado esquerdo - tem apenas uma perna e pendura os seus casacos numa árvore perto da faculdade de arquitectura para os secar; tem uma bicicleta com luzes na roda da frente e é assim que se mantém visível dos carros nos seus passeios nocturnos. O senhor Zé vive no lado direito, tem uma cozinha "equipada" e um frigorífico no seu exterior. Vai buscar a água em garrafões à faculdade nas horas de ponta.

Há uma efemeridade que simultaneamente encontra-se numa constante construção por algo estável.

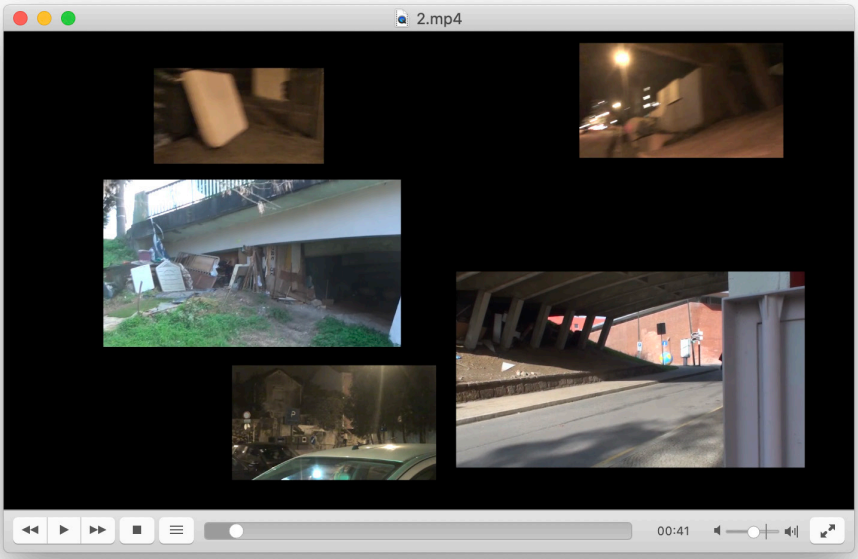
O senhor Júlio e o senhor Zé tinham a oportunidade de poderem viver numa pensão com todas as necessidades básicas, contudo Bolinhas, Nina e Íris não os podiam acompanhar. Por isso, estes senhores preferiram construir de raiz este lar para eles próprios e seus animais.

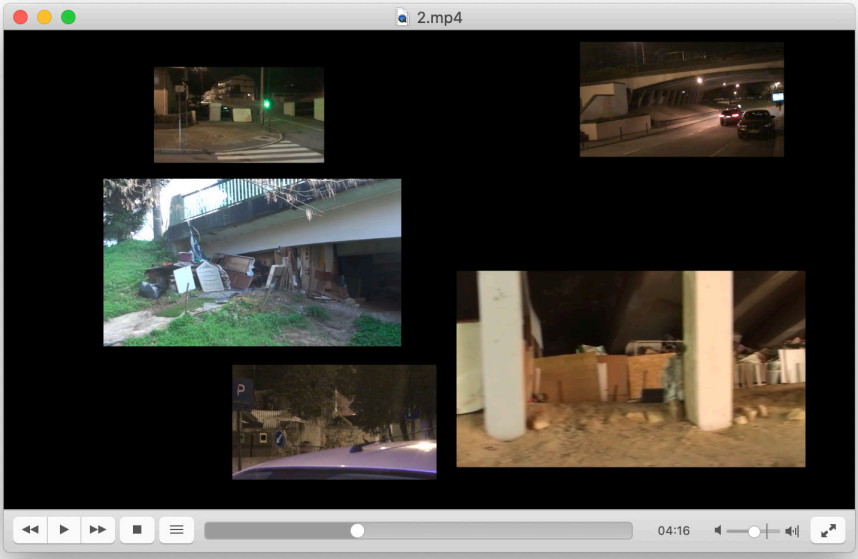


Em aberto,
histórias por contar e encontrar.

Um álbum de retratos em crescente, narrativas cada vez mais pormenorizadas.

Onde a evolução é constante, tal como um arquivo de fotografias e pensamentos adiconados à colecção efémera.





"Video Mapping" (2020) - https://www.youtube.com/watch?v=YuI7Aw18YLo&t=1175

05. PÓS TEXTO

PROSPECTIVA PARA UMA ABORDAGEM FUTURA

5.1. A PERPETUAÇÃO DO PROBLEMA:
CONCURSOS DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS.

5.1.1. CRITICA E APRESENTAÇÃO DE DIFERENTES CASOS.

Em 1948 a ONU escreve na Declaração dos Direitos Humanos (artigo 25), para garantir qualidade de vida é necessário assegurar que todos os seres humanos tenham acesso a bens como saúde, alimentação, habitação, vestuário e serviços de segurança social, estes eram os direitos mínimos.

Contudo a perpetuação do existencialismo mínimo nos indivíduos em condição de sem-abrigo é ainda hoje visível e eternizada pela sociedade. A concepção social da condição, "eles conseguem viver com pouco" ou "qualquer ajuda serve", a ideia da sua subsistência com o mínimo dos mínimos.

Neste capítulo aborda-se a "romantização" da projecção e vivência em estruturas ou espaços de dimensões mínimas através de concursos, estas estruturas não são projectadas para um membro comum da sociedade mas sim para os excluídos dela.

Ao longo da memória arquitectónica a relação do homem com os espaços mínimos foi estudado e projectado, a possibilidade do indivíduo habitar um espaço reduzido sem a perpetuação da sua sobrevivência.

A necessidade de protecção tanto do sol, chuva, animais ou até humanos, a utilização de materiais encontrados na natureza como meio de camuflagem de perigos e a importância da verticalidade no espaço. Mais do que um espaço de pernoitar este foi o primeiro espaço de habitação projectado pelo homem e com as medidas do mesmo, apesar de mínimas estas não forçavam a ideia de sobrevivência, a primeira estrutura que o homem aprendeu a erguer e habitar.

Mais tarde em pleno século XX, na entrada do Moderno, a arquitectura europeia cria uma nova abordagem para o problema da habitação, numa sociedade em mudança a arquitectura passa a ter uma função mais prática e menos artística. Sociedade esta em colapso no pós 1º Guerra Mundial e crise económica americana, o problema habitacional em que a Europa se encontrava era crítico e competia ao movimento moderno tentar encontrar uma solução rápida para todos os que ficaram sem nada. Os governos depositaram nos arquitectos a confiança de ouvir as condições e reivindicações da sociedade, tentando assim projectar estruturas habitacionais de construção rápida e económica.

O conceito das dimensões mínimas entra para uma sociedade em evolução, era necessário projectar novos modos de vivência e não de sobrevivência pós-guerra. O propósito de proporcionar qualidade de vida, atendendo às necessidades vitais, psicológicas e sociais além das económicas.

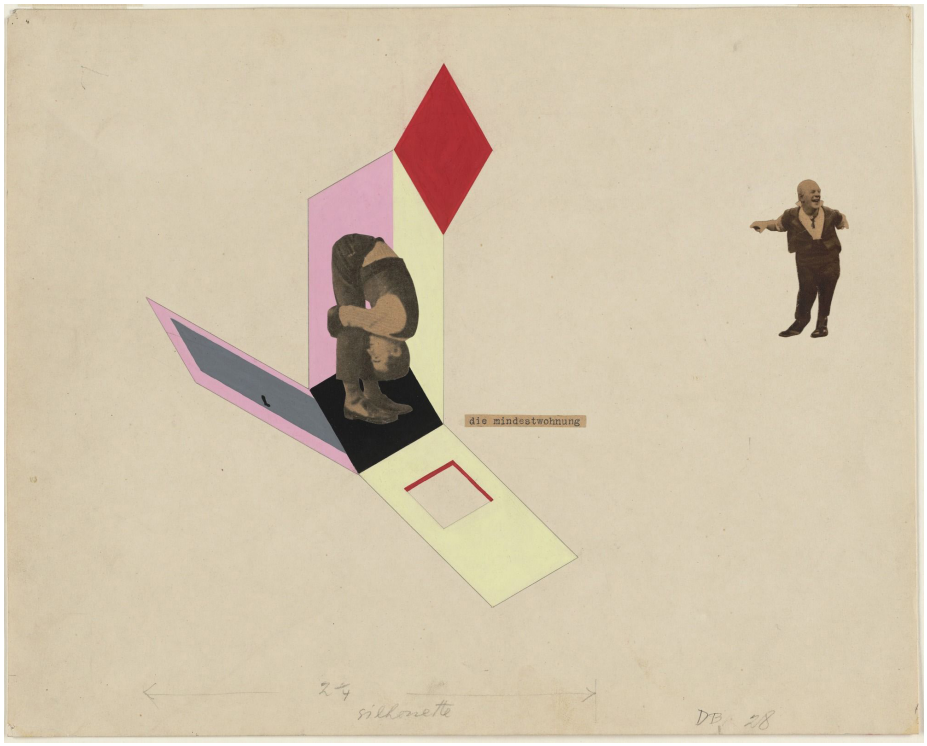
Em 1932 Karel Teige escreve "The minimum dwelling", nele afirma, para se encontrar um padrão mínimo das necessidades habitacionais é necessário intender os factores sócio-históricos da época. Demonstra como um dos erros mais comuns dos arquitectos é a tentativa de reproduzir habitações burguesas reduzindo-as até à sua escala

A1. “Minimal Dwelling” Albrecht Heubner, 1928

mínima. Afirma que se deve ter em consideração tentar responder ao máximo de necessidades de uma comunidade e não apenas diminuir áreas e retirar serviços. A importância de uma reorganização da planta, de acordo com o tipo de habitar e tendo em consideração as reais necessidades do indivíduo e não as suposições do arquitecto. Para Teige uma planta mínima não é uma “mini casa” nem uma construção emergencial, mas antes uma habitação que teve em consideração um estilo de vida e as condição do indivíduo, sem esquecer as necessidades higiénicas, sociais, culturais e até biológicas.

No entanto este conceito de habitação mínima é ainda mais requisitado no pós 2º Guerra Mundial, com a evolução tecnológica que permitiu responder operativamente às necessidades de uma sociedade em massa. Este tipo de habitar ganha maior escala, principalmente na construção em altura e deixa de ser apenas para as comunidades excluídas, aproximando-se à classe média. Foram vários os arquitectos que nesta época estudaram a ruptura com o passado e as necessidades para uma nova sociedade.

A1.



Pode-se dividir este estudo em projectos de pequena e grande escala, desde habitações singulares até centenas de fogos em edifícios verticais, nas datas entre 1900 e 1960. Habitações singulares como a casa de Haus am Horn, construída para uma exposição da Bauhaus (1923) por Georg Muche, Adolf Meyer e Walter Gropius, um projecto importante pela exclusão de corredores, uma cozinha moderna e mobiliário Bauhaus; até ao Cabanon de Vacances (1951) de Le Corbusier, onde todos os espaços tinham um propósito e funcionalidade. No entanto também podemos encontrar projectos de grande escala com centenas de fogos como a cooperativa de habitação Siemensstadt Settlement (1929-1931) em Berlim ou a Unidade de Habitação de Marselha (1947-1953) por Le Corbusier.

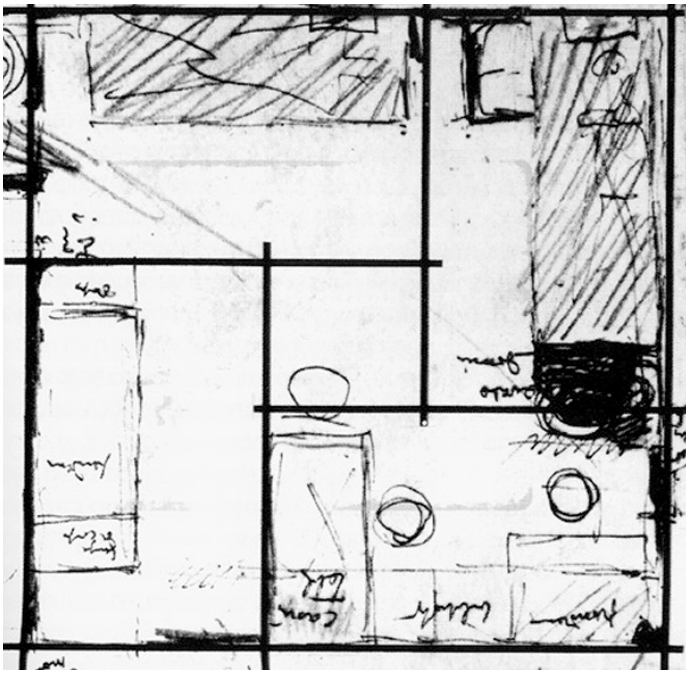
No pós anos 1960 este estudo de habitações mínimas torna-se relativo, pois com uma sociedade em mudança e famílias com mais possibilidades financeiras, os projectos de habitações plurifamiliares tornam-se cada vez mais individuais. Um período marcado pela evolução dos media, onde as barreiras físico-territoriais foram-se perdendo ao longo das décadas, a optimização do espaço através da tecnologia e a necessidade de quebrar com a ideologia da rigidez modernista. Grupos como Archigram e Team 10, estes grupos pensavam em habitações para um indivíduo ou para um casal. No caso dos Archigram a fixação pelas cápsulas espaciais e a estrutura central que permitiria o encaixe das várias cápsulas num edifício vertical. Já com os Team 10, a necessidade de humanizar os espaços e a repulsa pelo funcionalismo proposto pelos CIAM. [56]

O Japão no pós-guerra, apresentou a conjuntura entre o modernismo com os valores estéticos tradicionais que origina os Metabolistas. Arquitectos com ideais muito semelhantes aos Archigram e as suas cápsulas de habitação. Os Metabolistas pretendiam criar células habitacionais, como a Torre Nagakin (1971) em Tóquio, uma junção de cápsulas habitacionais para indivíduos singulares, apenas possível através da evolução tecnológica que o Japão atravessava.

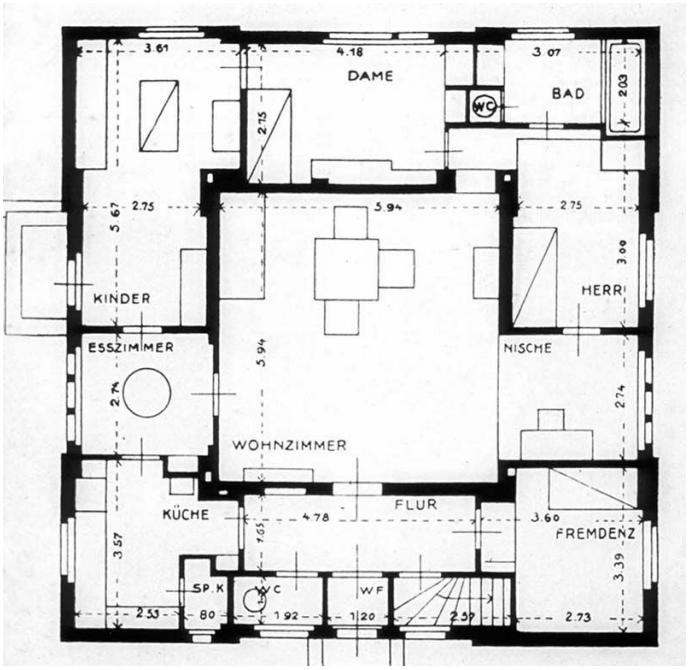
Com o fenómeno da globalização, o crescimento acelerado da população e os conflitos da desigualdades sociais, dá-se a banalização da condição de sem-abrigo e o habitar a rua.

B1. Cabanon de vacances, Le Corbusier - 1951
C1. Haus am Horn, Georg Muche, Adolf Meyer e Walter Gropius - 1923
D1. Torre Nakagin, Metabolistas - 1971
E1. “The plug in city”, Warren Chalk (Archigram) 1964

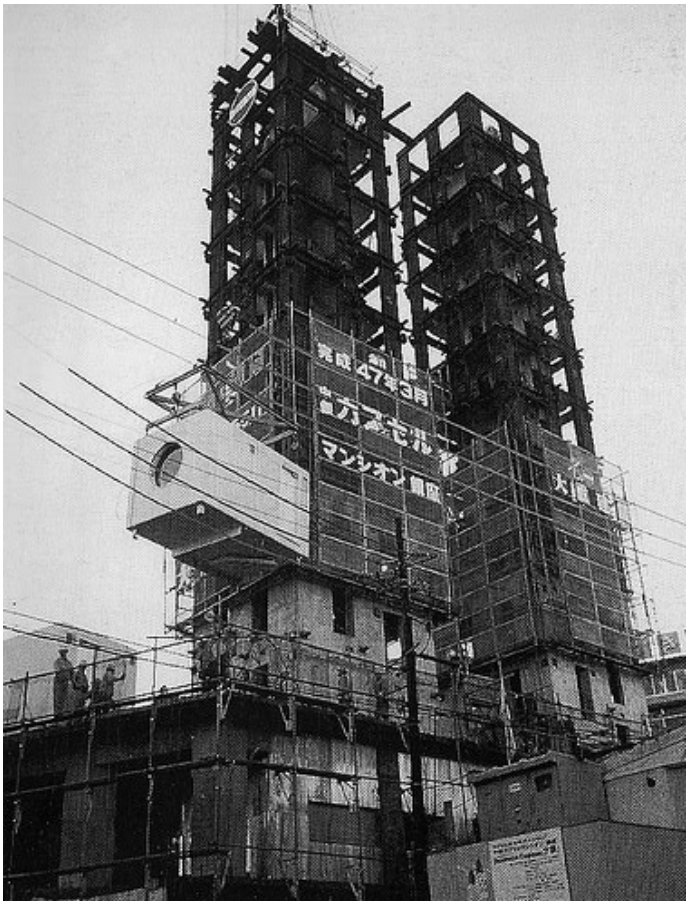
56. CASELLI, Cristina Kanya. “100 anos de habitação mínima” pág. 188, 2007



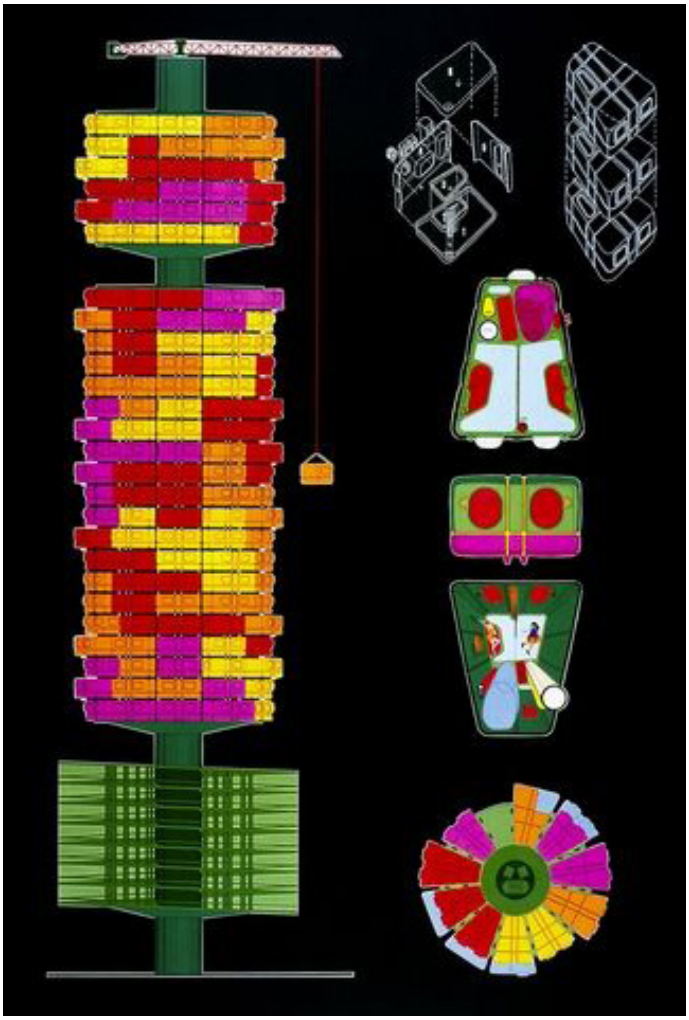
B1.


DAME
BAD
WC
KINDER
ESSZIMMER
WOHNZIMMER
HERR
NISCHE
KÜCHE
FLUR
FREMDENZ
SP.K
WC
WF
3.61
4.18
3.07
2.03
2.75
5.67
5.94
3.00
2.74
3.57
4.78
3.60
3.39
2.53
80
1.92
1.20
2.37
2.73

C1.



D1.



E1.

Os estudos anteriormente feitos sobre as habitações mínimas para quem tudo tinha perdido com a guerra é agora esquecido. A questão da banalização e da invisibilidade perpetuada pela sociedade contemporânea nota-se inicialmente nos anos 80.
Em 1988 Krzysztof Wodiczko cria uma espécie de estrutura móvel, um "carrinho" como alternativa de "tecto" para indivíduos em condição de mendicidade. O artista afirma que a estrutura não é uma solução para a falta de habitação em Nova York, mas sim de trazer dignidade a quem vivia na rua. Este tipo de estruturas são recorrentes, em 2012 encontramos Van Bo Le-Mentzel na Alemanha onde constrói uma estrutura com apenas 1m2, apelida de "Tiny House", um "build yourself" project, que custa 250 euros ou pode ser alugado por um euro por noite.

F1. Capsúla da Torre Nakagin, Metabolistas - 1971
G1. "The Homeless Vehicle Project", Krzysztof Wodiczko - 1988
H1. Planta - "The Homeless Vehicle Project", Krzysztof Wodiczko - 1988
I1. "Tiny House", Van Bo Le-Mentzel 2012

57. e 58. Concurso "24h Shelter for a Homeless" https://www.if-ideasforward.com/a-shelter-for-a-homeless

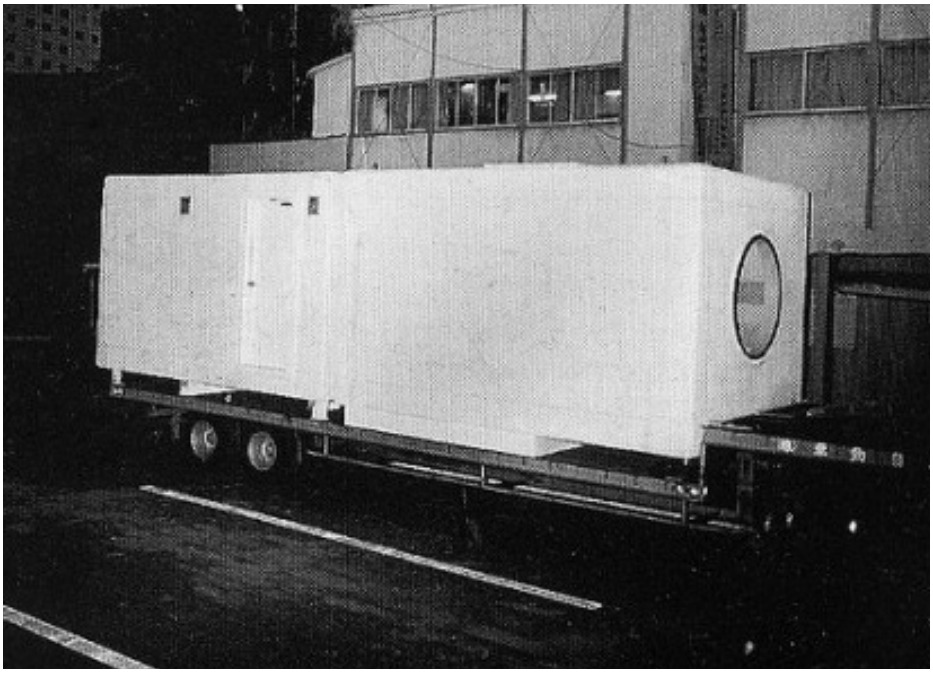
Assim chegamos ao tema central, a análise crítica aos concursos de abrigos temporários com base na perpetuação da condição, através do existencialismo mínimo e estigma de sobrevivência para indivíduos em condição de sem-abrigo. O presente texto começou com uma crítica construtiva fundamentada em décadas de estudos arquitectónicos no que diz respeito à possibilidade de habitar em espaços mínimos. A necessidade de clarificar que os espaços mínimos não correspondem ao viver em espaços que perpetuam o existencialismo mínimo. Estes espaços de habitação com dimensões mínimas não obrigam o indivíduo a prescindir da sua saúde mental, hábitos sociais, tarefas do quotidiano e principalmente dignidade. São estruturas habitacionais pensadas por arquitectos e psicólogos em função de uma estável vivência em espaços de áreas reduzidas. Estas estruturas são radicalmente diferentes de espaços de existencialismo mínimo, pois nelas existe tudo para fazer a máquina do habitat funcionar, enquanto que espaços de existencialismo mínimo muitas das vezes dividem actos quotidiano, muitas não dispõem de um espaço sanitário ou de refeições, obrigando o indivíduo a separar o seu quotidiano por diferentes espaços, nunca tendo um lugar único.

A utilização dos concursos de abrigos temporários como crítica contemporânea à camuflagem do existencialismo mínimo imposto nos indivíduos em condição de sem-abrigo. Afirmam que não existe resolução à questão de mendicidade, pregam discursos como "contribute in the best way we can so as not to let these issues be forgotten and develop into normal situations of societies nowadays." [57], no entanto referem-se a estes indivíduos como "Those strange beings who daily grow on our streets as if they were weeds"[58].

São concursos anuais que ocorrem um pouco por todo o mundo tanto a nível académico como municipal, contam com a participação de jovens arquitectos e arquitectos seniores como júris. A sua premissa é "simples", criar uma estrutura temporária como alternativa à permanência em espaços públicos, partem do princípio que a estrutura trará dignidade e uma melhor vivência a quem a rua habita. Os métodos de avaliação das propostas são simples, a mobilidade da estrutura, a sua localização, os materiais de baixo custo e as medidas reduzidas, são os elementos chave para ter um bom resultado.
Neste segundo momento o foco é as edições passadas do concurso "24H: a shelter for a homeless" lançado pela organização lisboeta "Ideasforward", organização esta criada por três arquitectos.

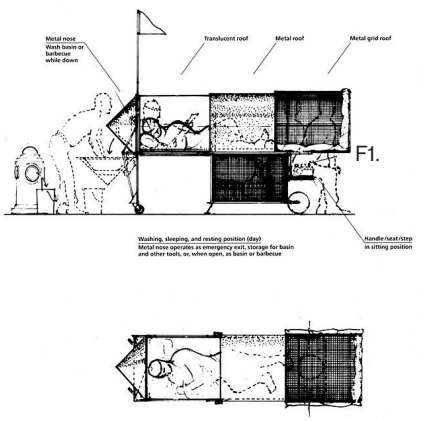
No ano de 2014 o projecto vencedor é uma espécie de estrutura que se assemelha a uma "meia casa", com dimensões entre 91 centímetros de largura por 3 metros de altura, a ideia é a "ocultação" da estrutura através do seu movimento de acordeão, permitindo assim abrir e fechar a estrutura quando o indivíduo desejar.

F1.



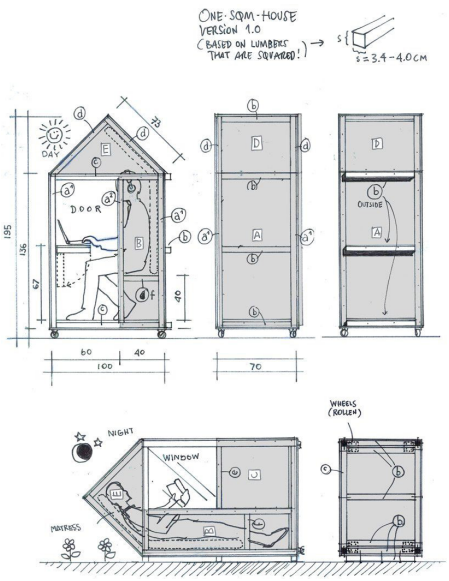
G1.

H1.

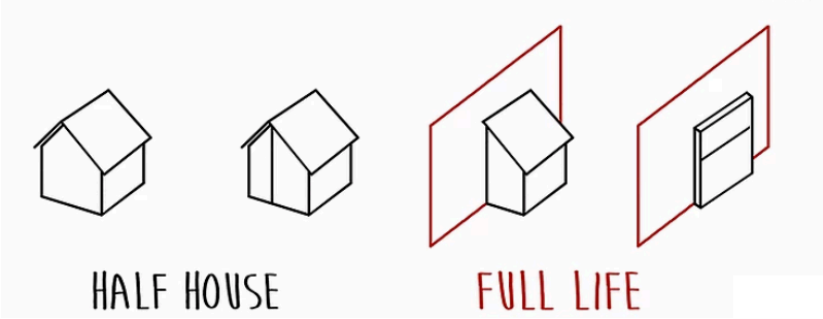

Metal nose
Wash basin or barbecue while down
Translucent roof
Metal roof
Metal grid roof
Handle/seat/step in sitting position
Washing, sleeping, and resting position (day)
Metal nose operates as emergency exit, storage for basin and other tools, or, when open, as basin or barbecue

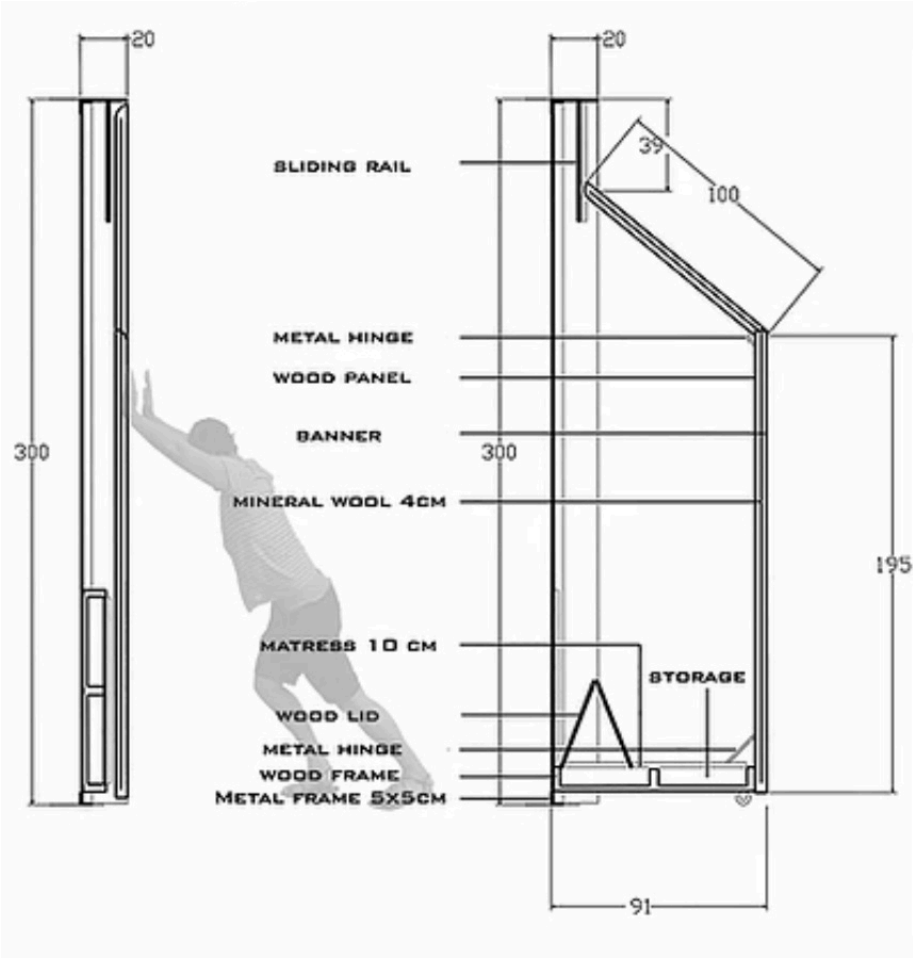
F1.

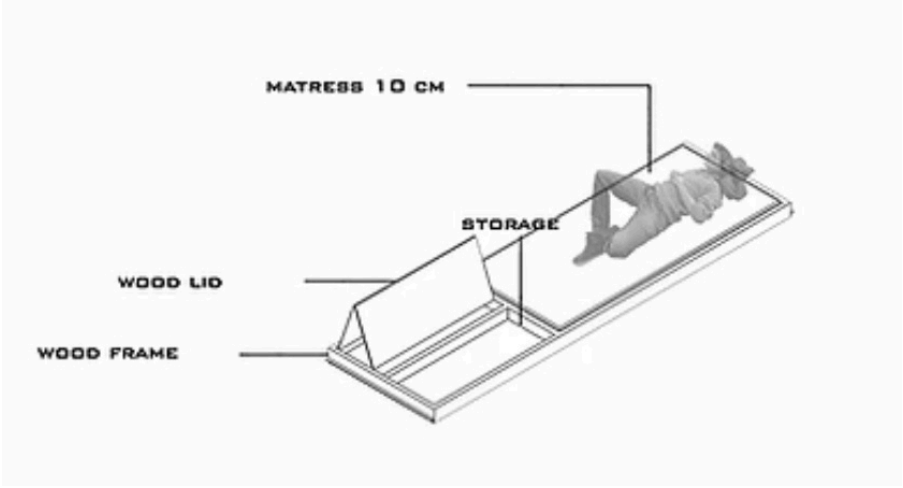
I1.


ONE·SQM·HOUSE
VERSION 1.0
(BASED ON LUMBERS THAT ARE SQUARED!)
s = 3.4 - 4.0 cm
DAY
DOOR
NIGHT
WINDOW
MATTRESS
WHEELS (ROLLEN)
OUTSIDE
195
136
67
40
60
40
100
70

J1. “Half House, Full Life” Projecto vencedor do concuroso “24H: a shelter for a homeless”, 2014







J1.

J1.

No entanto esta ideia imposta de “ocultação” e “invisibilidade” que a estrutura pretende oferecer é ofuscada pelo grande painel publicitário com “frases conscientes” em relação à condição. Na memória descritiva do projecto podemos ler, “Our ideia began with the thought of giving the homeless a sheltered place, without taking them out of the street’s space”, o pensamento enraizado na sociedade contemporânea, onde é afirmado sem qualquer tipo de dúvida que estes indivíduos permanecem na rua por opção própria. No painel publicitário do projecto lemos “Half house, full life” mas como é suposto esta estrutura proporcionar uma “full life” quando carece de elementos estruturais como porta, janelas, espaço de circulação, ou abastecimento de águas ou luz, faz com que não exista conforto, segurança ou habitabilidade, elementos essenciais para o bem-estar do ser-humano. A ideia enraizada em jovens arquitectos sobre a sua posição como o “fixer” do fenómeno, no entanto são as suas incoerentes estruturas uma das razões para a perpetuação da condição.

Pensar o espaço público como um espaço de permanência e (sobre)vivência para estes indivíduos é um problema que foi normalizado ao longo das décadas através da penalização e invisibilidade da mendicidade.

Concluindo com uma das ideias do arquitecto Nuno Portas em 1969, este descreve que o espaço mínimo deveria ser o limite quantitativo para satisfazer as necessidades do usuário ou famílias que utilizem o espaço, sem prescindir em viver o espaço apesar das suas dimensões mínimas. Com a criação deste tipo de concursos estamos a perpetuar um problema cada vez mais intrínseco na sociedade contemporânea, a mentalidade da sobrevivência através do existencialismo mínimo para indivíduos em condição de sem-abrigo.

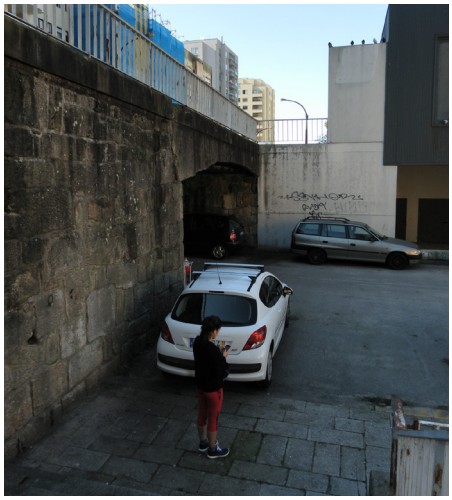
A carência de construção para os excluídos da sociedade, mesmo que esta seja de dimensões mínimas, tratava-se de uma resposta a nível habitacional mais coerente por parte do arquitecto para a condição, sem perpetuar a (sobre)vivência em espaços de caritativos.

5.2. SR. MANUEL FERNANDES:
ACOMPANHAMENTO DE UM CASO SINGULAR, ENTRE A RUA E A CASA.

Em setembro de 2020, num passeio pelo Porto à procura de apropriações efémeras, encontrei um caso que nada de efémero tinha. Por baixo da Constituição, num escuro viaduto sem saída ou grande movimento, encontramos uma complexa estrutura aparentemente habitacional. Nada na estrutura é subtil, o que à primeira vista nos trás um sentimento de confusão rapidamente é substituído por curiosidade. Sendo constituída por grandes pedaços de madeira com frases inspiracionais, fotografias perdidas e um jogo de objectos aparentemente encontrados no lixo. Encontramos sinais de permanência, um nome: Manuel Fernandes, um número de telemóvel, mas o que nos impressionava mais era a sua funcional caixa de correio.

Ninguém estava em "casa". A curiosidade em saber mais sobre Manuel Fernandes acabou por se tornar numa experiência única que explicarei neste capítulo, desde os primeiros contactos impessoais até à de uma reinserção na sociedade.

1º CONTACTO - A ESTRUTURA SEM O INDIVÍDUO



O viaduto do Sr. Manuel - Rua da Constituição, Setembro de 2020

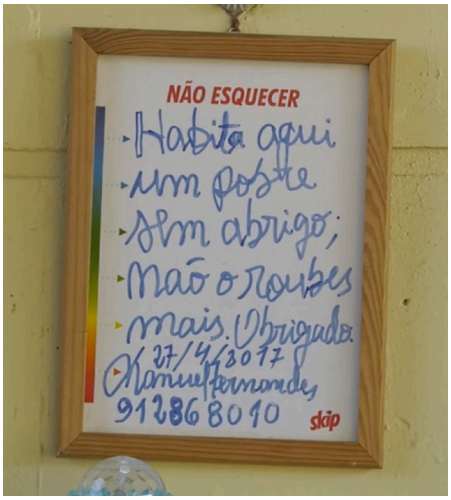
CONSIDERO-ME FILHO DO MUNDO
O AMOR É UM GRANDE MESTRE
BOM DIA GENTE QUERIDA
NÃO RETES SE NÃO AMAS
SE TE DEIXARES OCAR PELO AMOR
EU HOMEM BRUTAL NADA SABE, É O LOUCO NÃO ENTENDE ISTO: NÃO MAQUINES MAL CONTRA O TEU PRÓXIMO, POIS HABITA CONTIGO CONFIADAMENTE. (DA BÍBLIA)
ESTÁS LIGADO À MULHER? NÃO BUSQUES SEPARAR-TE, ESTÁS LIVRE DE MULHER? NÃO BUSQUES MULHER TENDO CUIDADO, PARA QUE NINGUÉM VOS FAÇA PRESA
AMOR VAI QUERER ALGUMA COISINHA?
SÓ SE VENCE COM AMOR
O QUE DÁ AO POBRE NÃO TERÁ NECESSIDADE MAS O QUE ESCONDE OS SEUS OLHOS TERÁ MUITAS MALDIÇÕES
NÃO ESPEREIS QUE O TEU AMIGO TE DIGA AS SUAS NECESSIDADES ANTES
CORREIO
AGUENTA VEJA PARA DAR E DURA O AMOR NUNCA ACABA
CONSIDEREMO-NOS UNS AOS OUTROS, PARA MOS ESTIMULARMOS AO AMOR E ÀS BOAS OBRAS (10) "O AMOR É O LAÇO DA PERFEIÇÃO.
STOP NÉ UM DIA

EM PAGA DO MEU AMOR, SÃO MEUS ADVERSÁRIOS DERRAMA MAL PELO BEM É ÓDIO PELO MEU AMOR DE PAGA
NO AMOR NÃO TEMAS, CONSTANTE E SEMPRE ABUNDANTE QUEM AMA É AMADO

Registos da “cabana” do Sr. Manuel em Setembro de 2020

NESTE LUGAR
HABITAO POBRE
DESALOJADO
MANUEL FERNANDES
966 57 24 45

MANUEL FERNANDES
CORREIO
AS VOSSAS
OFERTAS SÃO
IMPORTANTES
PARA MIM.
MAS O VOSS
AMOR BEM
MAIS. OBRIGA
OS HOMEN
NÃO VIEM
SEM ÁGUA, E
EU NÃO VIVO
SEM AMIGO
OBRIGA



K1.

L1.

K1.Reportagem do Jornal de Noticias, 2017
L1. Reportagem do Canal Sic Noticias, 2020

2º CONTACTO - ENTREVISTAS

A curiosidade em saber quem ali vivia foi crescendo. Desta forma, com uma breve pesquisa na internet, mesmo só sabendo o seu nome e zona de residência descobri instantaneamente duas entrevistas. As entrevistas tinham um espaçamento de três anos entre si, o seu início a residir na rua em 2017 e o viaduto da Constituição em 2020.

Na primeira entrevista em Agosto 2017, o Sr. Manuel tinha 60 anos e estava recentemente a residir na rua. O caso chamou à atenção dos meios de comunicação social pelo lugar escolhido, um viaduto em Paranhos mesmo em frente à junta de freguesia.

Um espaço bastante atípico de permanência devido aos seus complicados acessos, barulho extremo e grande movimentação automóvel, este viaduto é uma das entradas para a IC23. Acabado de ser despedido e com apenas 183 euros de rendimento social de inserção, o seu estado financeiro forçou-o à vivência na rua, nesta altura o Sr.Manuel habitava-a há seis meses. O pouco que recebia não era suficiente para pagar os 200 euros pedidos por um quarto no Porto. Na entrevista queixa-se dos roubos e do medo, a dificuldade em dormir e a falta de descanso psicológico. Agradecendo, ainda assim, a ajuda dos poucos amigos, antigos vizinhos e cidadãos que por ali passam. Relata que a tenda onde agora dorme foi oferecida por um senhor, este passou pelo local de carro e passados uns dias voltou ao viaduto com a tenda. A entrevista termina com um discurso onde demostra certa preocupação em permanecer na rua, a sua ansiedade na falta de condições e um pedido: uma simples casa ou emprego para garantir sobrevivência.

Na segunda entrevista o Sr. Manuel já residia no viaduto da rua da Constituição há dois anos. Nesta percebemos uma clara diferença, a nível físico como psicológico. A diferença física é imediata, a perda de peso é notória, o seu tom rosado de pele agora é bastante moreno devido aos dias passados na rua e um problema da perna consequente de um assalto onde foi espancado. Contudo, a mais notória diferença identifica-se a nível mental, há uma clara deterioração psicológica. O seu discurso coeso e racional que nos deparamos na primeira entrevista é agora substituído por confusões e incoerências nos seus relatos. O cansaço emocional, a desconfiança e a falta de sono é visível, produzindo no indivíduo uma clara debilidade psicológica - as consequências de habitar a rua.

3º CONTACTO – DR. JOSÉ ANTÓNIO PINTO

A novembro de 2020 obtenho finalmente contacto direto com o caso do Sr. Manuel, é me apresentado o Dr. José António Pinto, mais conhecido como Dr. Pinto ou Chalana, o assistente social da Junta de Freguesia de Campanhã. Reconhecido pelo seu vasto trabalho social, luta e reivindicação pelos direitos humanos.

Em virtude de uma entrevista improvisada, finalmente obtive a oportunidade de conhecer o caso mais a fundo. Numa conversa informal inserida no âmbito da cadeira de PTRI sobre comunidades em exclusão social extrema, como tópico central a comunidade de Campanhã. Em duas horas de conversa discutiu-se temas como exclusão social, o trabalho em comunidades, os agentes de intervenção e as repercussões do Covid-19. Abordando estes assuntos com honestidade e clareza, sem tabus ou preconceitos.

No entanto, neste capítulo iremos centrar a entrevista em redor do caso do Sr. Manuel Fernandes, explorando mais a fundo o trabalho do agente social Chalana, o projecto "Casa Reparada...Vida Melhorada", a arquitecta Jacinta e o envolvimento da Mota-Engil no processo de construção e realojamento.

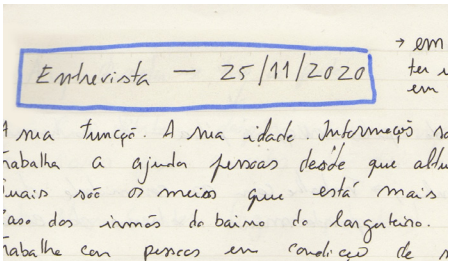
ENTREVISTA:

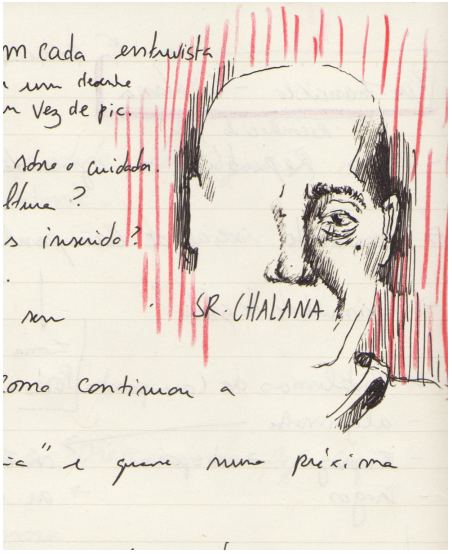
Arq. Mário Mesquita: Numa breve apresentação o Dr. Francisco António Pinto comumente tratado por Chalana, foi reconhecido pela assembleia da república em 2013 pelos serviços prestados à pátria, foi agraciado com a medalha dos Direitos Humanos. Esta distinção tem uma particularidade interessante: o voto tem de ser unânime. No entanto, não aceitou este reconhecimento e ainda deixou a medalha na cerimónia.

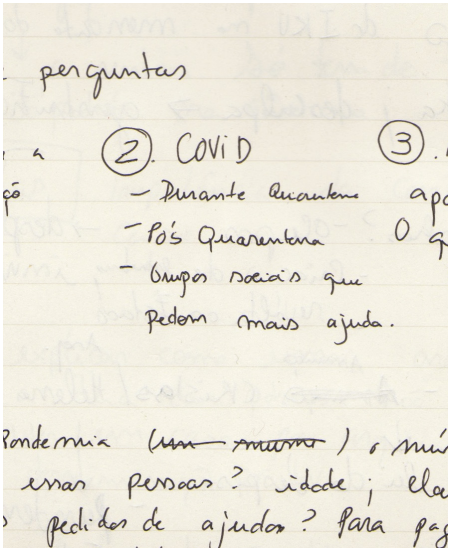
Dr. Pinto: Quando falam da medalha perguntam se ganhei um aumento ou prémios - não ganhei. Contudo, consegui algo mais importante, visibilidade em campo e capital social, agora sou reconhecido como "o assistente social da medalha", o reconhecimento e reputação por nunca desistir do problema ou da luta.

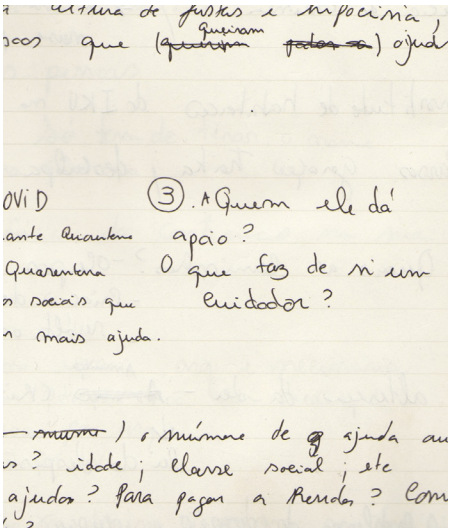
Irei falar de vários assuntos, entre eles o projecto "Casa Reparada...Vida Melhorada". Com a proximidade do meu instituto à faculdade de Belas Artes conheci bastantes arquitectos, foi aí que aprendi a expressão "fazer cidade". Os arquitectos que a tentam fazer necessitam de uma visão multidisciplinar, multidimensional e abrangente para o conseguir.

Portanto fazer cidade é como falava o Arq. Mário Mesquita com os psicólogos, sociólogos, educadores e assistentes sociais, é necessário uma comunidade de agentes e não apenas o arquitecto. Apesar de conhecer alguns que pensam assim acredito numa geração de novos arquitectos, os que pensam numa cidade mais abrangente, uma que envolva a comunidade.









Trabalho na Junta de Freguesia de Campanhã, a mais pobre do concelho do Porto, a localidade mais oriental, uma zona situada numa fronteira imaginária da cidade, os meus utentes costumam utilizar a expressão "amanhã eu vou ao Porto tratar do assunto".

Após a construção da circunvalação aconteceu a um nível psicológico uma força de separação (expulsão) da cidade, como se Campanhã tivesse sido empurrada para um canto, um gesto de segregação e discriminação. Uma acção influente no pensamento em relação ao território oriental, às condições de vida e atitudes sociais.

Sendo este um dos territórios mais pobres da cidade percebemos automaticamente alguns dos seus problemas diagnosticados, estudados e avaliados, como a falta de alojamento, a carência de emprego e a toxicodependência.

(...)

Apesar de toda esta ansiedade, existe um ponto positivo, a força da comunidade e a criação de movimentos/grupos, onde os arquitectos estão presentes e em força. Estes defendem o direito à habitação, onde lutam e defendem que a habitação "não é um favor nem caridade, é um direito", um elemento estruturante para a qualidade de vida de uma família.

Numa entrevista ao arquitecto, Souto Moura afirma "a casa é o nosso corpo, a nossa pele, o nosso prolongamento", a importância da casa e de um tecto.

(...)

Em 2017 Manuel Pizarro vereador da habitação na câmara do Porto cria o projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada", este consistia em ajudar famílias sinalizadas por assistentes sociais na ajuda à criação de conforto, comodidade ou segurança em casas com más condições habitacionais. Normalmente, estas famílias não conseguem fazer com que os senhorios as ajudem devido às suas baixas rendas que impossibilitam os senhorios de conseguir pagar arranjos às habitações. Rendas tão baixas que a nível económico é mais rentável o senhorio deixar que a família abandone a casa, para assim, alugar esta a um preço de mercado.

Em vez de a família ser obrigada a sair este projecto cria uma união entre a câmara municipal e a junta de freguesia, onde uma cede os materiais e a outra a mão de obra, esta união de esforços ajudam o utente a ganhar melhores condições de vida. A sociabilidade e os laços, o sentimento de pertença e a ligação ao território, os utentes neste projecto conseguem ficar na sua casa, onde sempre viveram em vez de serem realojados em bairros numa outra parte da cidade ou fora.

Aqui entra uma questão importante, o pensamento popular em relação à criação de condições habitacionais a pessoas em condição de pobreza extrema, pois afirma-se que basta ter um bom coração para ajudar os "pobres", que um bom coração aprende a lidar com os seus problemas sociais - mentira. Parece que para ajudar cidadãos em situação de pobreza não é necessário uma formação para resolver os problemas ou dar assistência, um voluntário é suficiente. Quando estamos doentes precisamos de médicos e técnicos especializados ou morremos, mas para os pobres qualquer pessoa "serve".

Com isto a contratação de um arquitecto, a Jacinta, um dos elementos mais importantes e raros para tipo de projectos. Este elemento por vezes é complicado de fazer entender aos órgãos políticos, pois o primeiro pensamento é sempre em relação ao custo "elevado"de um arquitecto em projectos. Argumentando "se já temos um mestre de obras, para que é necessário um arquitecto?", voltamos mais uma vez à ideia de os pobres não precisarem de muito para (sobre)viverem. Este ponto é fundamental, acabar com a ideia do arquitecto e o pobre não poderem trabalhar juntos, que os mais desfavorecidos não têm direito à arquitectura. Este ponto é um dos mais valiosos, um que destaca e diferencia-o [o projecto] de muitos outros.

No entanto, o estigma do arquitecto não estar ao alcance de todos está muito presente nas conversas com os utentes. Quando um utente nos apresenta um problema habitacional em relação à sua casa e é necessário a visita do arquitecto, este tem por norma uma reacção de receio. Dizendo - " Não vale a pena Dr. Pinto, não meta arquitectos nisto, não o deixe ver a minha humilde casa.". O arquitecto é visto como ferramenta para ricos, é "chique", chamamos a isto discriminação positiva. O nosso papel aqui é "teimar" com a sua importância, acreditamos que é um direito universal e principalmente um dever em comunidades. Uma ferramenta que deveria estar ao alcance de todos, para nunca se ter de viver com falta de condições habitacionais, principalmente nunca viver em casas apelidadas como "barracos".

A ideia de que os assistentes sociais estão no terreno e os arquitectos no gabinete, está errada, ambos vão à obra, ao terreno e comunicam com as famílias. O arquitecto ganha assim um contexto e conhecimento das origens familiares, ouve as suas ânsias e os seus problemas, um trabalho de cooperação entre a comunidade, o assistente e o arquitecto.

O CASO DO SR. MANUEL FERNANDES

Dr. Pinto: Agora vou contar uma situação de um senhor, onde uma reportagem fotográfica foi a sua sorte, ou azar. Em agosto de 2020 sai na revista Visão um artigo expondo a condição de sem-abrigo de um senhor com 63 anos na Rua da Constituição. Uma notícia fotografada por Lucília Monteiro, uma das melhores fotógrafas de campo e uma amiga especial, o artigo tinha como título "Uma breve história de Manuel Fernandes: Quando a morada oficial é 'Debaixo da Ponte'".

"Não é a máquina nem a câmara que tira as fotografias, mas sim a pessoa e a sua sensibilidade."
Repórter Lucília Monteiro

A reportagem aconteceu apenas porque Lucília criou uma relação de amizade e afeto com o Sr. Manuel. Costumo dizer "quem não consegue conquistar o afeto não chega a lado nenhum, seja na intervenção social, na política, seja onde for". Foi necessário a criação de uma amizade, para a repórter ganhar coragem em convidar o Sr. Manuel a participar numa entrevista, algo a que este responde com bastante espanto - "a mim menina? Nestas condições de vida?".

A entrevista sai no início de agosto, em poucos dias aparece no local o canal televisivo SIC e faz uma reportagem especial sobre o caso "Uma vida e uma cabana", mas o mais impressionante foi a visita do presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa ao local dias depois da reportagem televisiva sair.

Com isto tudo, o que poderia ter acontecido a esta estrutura e ao Sr. Manuel com tanto mediatismo?

Existem várias respostas a ter em conta mas o mais recorrente nestes casos é o possível despejo. Um problema que encontramos quando estas pessoas ganham visibilidade é a perda de segurança, pois em muitos casos a polícia aparece e evacua o local. Um assunto que requer estudo e análise, pois pode ter um efeito contrário ao pretendido. Porém as reportagens tanto fotográfica como televisiva tiveram um efeito mediático positivo.

Aqui entro eu, certo dia recebi um telefonema da repórter Maria José Mendes a explicar o caso e como sentia que eu era a única pessoa que conseguiria ajudar. Após uma investigação e análise ao caso, começa o trabalho de campo, a procura pelo Sr. Manuel Fernandes. No local este mesmo tendo uma certa aversão a assistentes sociais, concorda em falar comigo. Num tom bastante negativo diz-me - "meu caro Chalana, políticos não valem a pena são todos iguais, assistentes sociais estou traumatizado e jornalistas já estiveram cá, não sei o que vêm cá fazer, não perca tempo." Logo com a primeira conversa uma conexão foi estabelecida através de saber ouvir e de criar confiança, no fim do dia já me dizia "você é o único que me consegue tirar de aqui".

O próximo passo foi entrar em contacto com todas as assistentes sociais que já ajudaram, ou tentaram ajudar, o utente e saber um pouco da sua situação, mas principalmente perceber as causas do seu atual estado.
Todas as assistentes que trabalharam com ele adjectivavam o Sr. Manuel de "complicado" e "agressivo", o estigma de ser um ex-recluso por vezes é muito complicado. Depois de discursos como "este senhor não quer um quarto nem aceita ir para um albergue" ou " ele não sabe aproveitar oportunidades", discursos com pouco senso comum.

Aqui começa a luta da reintegração, de um cidadão que vivia à margem da sociedade, e a procura por uma habitação. Na câmara o pedido de habitação feito pelo Sr. Manuel tinha sido recusado, o que tornava o caso ainda mais complicado, foi necessário então encontrar uma casa vazia onde o senhorio autoriza uma reabilitação. Encontramos uma pequena casa em Campanhã, num antigo anexo em que apenas as paredes se aproveitavam, era necessário obras e bastantes. Aqui entra a ajuda da Mota-Engil, uma das maiores empresas de construção civil portuguesas, já conhecida por ajudar casos semelhantes. Bastou uma chamada ao CEO da fundação Dr. Rui Pedroto, para a empresa se prontificar a ajudar devido à emergência e desespero. A visita ao local foi agendada em pouco tempo, nela aparece o CEO da empresa e mais 5 engenheiros prontos a ajudar, um episódio único.

(...)

Um acontecimento bastante recorrente na obra foi o estigma, as expressões "um sem-abrigo devia aceitar o que recebe" ou "pobre e mal agradecido" foram recorrentes, principalmente quando na obra o Sr. Manuel verbalizou um desejo ou pedido. A ida do arquitecto às obras com o Sr. Manuel fez com que se aperceberem que ele era cliente. Um cliente como todos os outros, o arquitecto ao verbalizar e perguntar directamente ao Sr. Manuel as suas ideias e o que gostaria de ter, fez com que este estigma fosse dissuadido. É um problema que muitas vezes acontece em outros projectos, as perguntas que raramente são feitas a estes cidadãos - "qual é a sua opinião?".

investigação/acção

10/15 anos a operação
cosmética da zona ori

00 mil → 25% moram em bair
sociais, o seu destino
é a Câmara.

ue significa para si trabalhar

as pessoas
como a zona oriental

ne se posiciona
a o poder político.

Zona ocidental vs oriental
durante o covid.

oder político intervem o
mínimo possível.

nos rápido antes que exploda.
oblema / baixos

ão há uma vontade política

"Contaram-me
ap

" Quem vêm para

a dificuldade d
pessoas aceitarem
novas pessoas

desorçamentação j
o cuidado como ori

a junto compra e de
tica para a próxi
casa.

Câmara e a sua
disponibilidade de meter

Projecto
Casa Partilhada

Outro aspecto interessante nesta coligação entre o arquitecto e o assistente social foi o planeamento do futuro do caso.
Estamos habituados que o arquitecto desapareça após a criação da habitação, mas aqui ele continua connosco, ele teve um papel importante no planeamento social. As perguntas do pós construção, "terá reforma? Meios de transporte? Qual o seu novo centro de saúde?", o objectivo desta união não pretende ser apenas a apresentação de um produto final, mas sim, criar qualidade de vida. A palavra planeamento, que meios e recursos temos, como os vamos gastar, como vamos investir num espaço privado mas também no público e o que estes recursos irão trazer à sua nova etapa de vida?

Todos sabemos como o espaço altera a vida de uma pessoa e é isso que queremos fazer com o Sr. Manuel. A sua nova etapa de vida desde o momento que entrar na sua nova casa, num lar digno, um espaço que irá condicionar as suas futuras atitudes.

(...)

Chegamos assim às conclusões do projecto "Casa Reparada...Vida Melhorada" primeiro a confusão entre as condições de habitabilidade e a condição de pobreza. Há uma relação directa entre o tecto, a condição de pobreza e a exclusão social ou seja a comodidade, saúde, segurança mas também o estigma. O sentimento de fracasso e as populares expressões "diz me onde moras e direi-te quem és" ou "o centro é para os ricos", a falta de capital para compor as suas casas e a necessidade de pedir ajuda, faz com que um sentimento de repulsa e inferioridade absorva estes cidadãos, o estigma magoa e é das coisas que mais humilha um ser humano.

O estigma faz com que estes cidadãos acabem muitas vezes sem confiar no poder político (e porque haveriam?), a pensar que as obras foram por caridade ou em troca de favores e não por direito.

(...)

Para mim existe sempre uma geração de arquitectos que apesar de quererem ter qualidade de vida e conforto financeiro são incapazes de não reflectir sobre a sua profissão de arquitecto a um nível social, teórico ou político. Uma geração que pensará se está ou não a cumprir o seu dever social como arquitecto. A diferença entre ser um ser vulgar e um especial é a disponibilidade de um oferecer o seu potencial, conhecimento, formação, militância, dedicação e a sua alegria de viver à disponibilidade dos outros.

Entrevistador: Há cerca de um mês atrás descobri o viaduto do Sr. Manuel Fernandes, infelizmente não o encontrei no local, mas algo me marcou nessa visita, um elemento que nunca tinha encontrado em mais nenhuma estrutura, uma caixa de correio. Um pequeno pormenor fascinante e único.

Interligando este elemento ao assunto dos antigos assistentes sociais do Sr. Manuel, acusarem de não aceitar nada que lhe era dado, apelidando de "mal agradecido", pergunto-me como ninguém percebeu o seu pedido de ajuda. Claramente a sua caixa de correio era uma tentativa de ter um pouco de dignidade na sua estrutura a que chamava "casa".

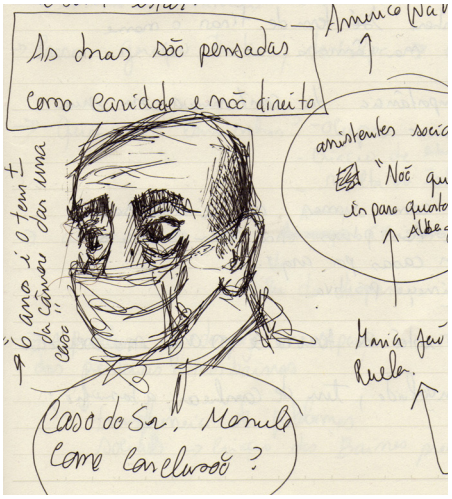
Comparando a “habitação” do Sr. Manuel com outras encontradas pelo Porto, o facto de existir um nome, número de telemóvel e caixa do correio quebra a barreira da sociabilidade, aqui o sujeito está a apresentar-se e dar-se a conhecer. Em muitos outros casos somos recebidos como intrusos e potenciais denunciadores.

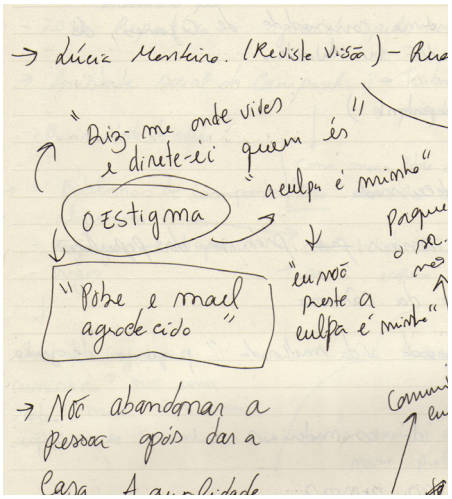
No seu caso, claramente percebeu os pequenos pedidos de ajuda que o Sr. Manuel espalhava pela sua “residência”, mas a minha questão está no e depois? O que acontece depois de “dar” uma casa a este cidadão, irá o Sr. Manuel ter apoios, trabalho, sustento ou um planeamento de reintegração na sociedade?

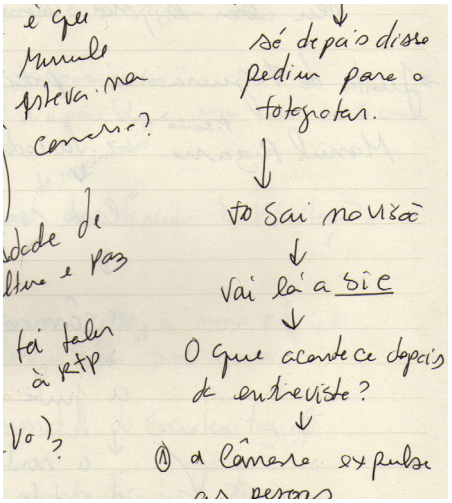
Dr. Pinto: Uma pergunta pertinente, o próprio Sr. Manuel também a fez. Este processo de reintegração passará por ele começar a ser meu utente, serei eu o seu assistente social e com quem tratará de todos os seus assuntos. Terá novas responsabilidades, algumas que foram esquecidas, como por exemplo pagar as despesas (água, luz e renda). Como a casa tem um pequeno terreno no seu envolvente, lá terá a sua horta um elemento de distracção para além da escola. A participação numa dinâmica social e cultural: a Adega, um projecto da associação PELE numa candidatura ao projecto “Bairros saudáveis”. O papel do Sr. Manuel será de ajudante nas dinâmicas culturais do projecto realizadas, cuidará do espaço e dará apoio em eventos. O “e depois” ficará a meu cargo assim por dizer, como cuidador o meu papel é conseguir que estes três pontos o ajudem numa reinserção à sociedade.

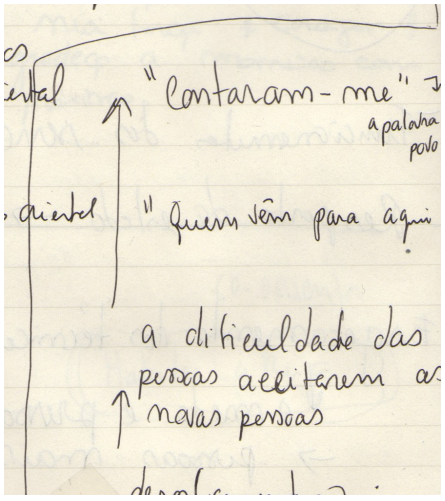
FIM.

Naquele momento o último elemento em falta era finalmente conhecer o Sr. Manuel. Algumas palavras trocadas após a entrevista e já me encontrava dentro da “luta” (como gosta o Chalana de dizer). O início do acompanhamento a este caso singular, assistir ao trabalho cooperativo entre um arquitecto, um assistente social e um cidadão em estado de extrema exclusão social para construir um direito que muitas vezes é esquecido - o direito à habitação.


As duas são pensadas
como caridade e não direito
Caso do Sr. Manuel
como caracterização ?


Diz-me onde vives
e direte-ei quem és
a culpa é minha
O ESTIGMA
"Pobre e mal agradecido"
"eu não penso a culpa é minha"
Não abandonar a pessoa após dar a cara


só depois disso pediu para o fotografar.
vai lá a SIC
O que acontece depois de entrevista?


"contaram-me"
a palavra povo
"Quem vêm para aqui
a dificuldade das pessoas aceitarem as novas pessoas

O SR.MANUEL E A "CABANA"

No final de Novembro acompanhada pelo Chalana dirigimo-nos até ao viaduto. Numa primeira visita ao local foi instantâneo a percepção do estado grave de deterioração da estrutura, consequência das chuvas intensas. O inverno começara e a mudança para a nova residência era urgente.

Conheci naquele viaduto um senhor cansado de viver na rua, não por escolha mas sim o seu último recurso. Natural da Ponte da Barca, ficou órfão aos 8 anos após a sua mãe morrer de uma doença pulmonar. Muitos anos de incertezas e precariedade laboral, migrou para o Porto, onde exerceu uma carreira na restauração, aos 60 anos fica desempregado após despedido do seu último trabalho como ajudante de cozinha. Nos últimos 2 anos construiu uma atípica residência, a apropriação de um espaço inusitado e húmido mas estratégico. Apesar de estar numa das zonas mais movimentadas do Porto, a localização numa cota inferior à da rua potencializava a sua camuflagem ao cidadão comum.

A cabana, como chamava o Sr.Manuel foi criada a partir do nada, objectos encontrados na rua, como armários, portas, baús, cadeiras, mas o mais interessante, as diversas fotografias de famílias que não lhe pertenciam. Apesar de uma atípica residência encontramos elementos formadores de uma típica casa: o alçado, o esqueleto e a organização espacial. Em dez metros quadrados encontramos uma planta informal com divisões como: a sala de estar, o quarto, uma cozinha e ainda uma lavandaria, tudo isto protegido por um alarme de segurança.

A sua "casca" ou alçado dispunha de uma aparência bastante heterogénea, um puzzle de peças das mais variadas formas e feitios ilustradas com frases inspiradoras. A ilusão de óptica criada através das peças de madeira asseguravam uma forma de segurança, a camuflagem das diferentes entradas para zonas privadas como: refeição e descanso. O "esqueleto" é formado através de móveis altos, as paredes da estrutura e divisórias de espaços, elementos importantes para dividir por exemplo a cozinha do espaço de descanso.

A nível pessoal a zona mais intrigante é o espaço de descanso, um sistema equivalente ao de um "búnquer". O espaço é totalmente à prova de som, luz e pessoas intrusas. Uma velha porta de madeira dava acesso a um espaço completamente fechado e à prova de intrusos. Se imaginarmos um corte vertical iríamos encontrar: dois colchões sobrepostos, o espaço de permanência do indivíduo com 80 cm de altura, sobre o indivíduo um estrado de madeira assegura um pequeno colchão e uma placa de madeira. Um elemento importante a ter em conta neste espaço é o seu encarceramento a necessidade de segurança no espaço de descanso, a falta de sono é um factor prejudicial e potenciador de debilidade psíquica em habitantes da rua. No entanto em conversas com o Sr.Manuel este admitia que apenas conseguia adormecer por volta das seis horas da manhã, um horário que lhe trazia segurança devido ao início de afluência dos vizinhos na zona.

Mas a sua permanência e (sobre)vivência durante os dois, quase três anos, no viaduto apenas foi possível à conta da solidariedade da comunidade envolvente. A ajuda chegava desde os moradores da zona até aos estabelecimentos locais, ofereciam roupa, mobiliário, comida, amizade ou segurança, zelavam pelo bem estar do Sr. Manuel, principalmente a nível de substância. O dumpster diving é, infelizmente, uma prática normalizada entre indivíduos em condição de sem-abrigo, representando um dos poucos meios de acesso consistente a bens alimentares. As políticas comerciais das grandes superfícies obrigam a que a comida próxima da data de expiração seja deitada fora, e também o Sr. Manuel procurava tirar vantagem deste processo, ainda que em condições bastante singulares. Os funcionários de uma grande superfície comercial - arriscando o seu próprio despedimento - criaram um sistema informal para garantir o acesso do Sr. Manuel aos bens alimentares em melhores condições sanitárias. Os produtos eram separados em dois contentores distintos, um destinado a alimentos não-aproveitáveis, e outro devidamente limpo e desinfetado, onde depositavam a comida em bom estado. Ao final da noite, após o fecho, o Sr. Manuel deslocava-se ao local para a recolha dos bens, que dividia ainda por mais sete famílias carenciadas da zona.

De todos os apoios recebidos, provavelmente o mais importante terá sido da fotógrafa e amiga Lucília Monteiro. Com a sua reportagem fotográfica "A breve história do Manuel Fernandes" o caso ganhou notoriedade e interesse público, em poucos meses era entregue ao Sr. Manuel a possibilidade de voltar a ter uma casa.

Finalizando, neste mesmo viaduto várias foram as conversas com o Sr. Manuel, numa ânsia constante em relação a um futuro próximo. Apercebi-me que a sua nova casa ainda não era uma ideia consolidada, o medo de ser tudo uma ilusão. Admitia a sua falta de percepção em ser o "escolhido", um golpe de sorte, afirma ele. No entanto, em entrevistas ou conversas ainda fala do viaduto como a sua antiga "casa", não se refere ao local como um abrigo temporário mas sim um lar onde criou uma família.

O abandono do familiar e a escolha do imprevisível. Um procedimento complexo e delicado, onde todo o cuidado é pouco, onde existe uma grande pressão e o processo acaba sem ter começado. Em muitos casos se o indivíduo sentir demasiada pressão imposta o mais provável é voltar aos velhos hábitos e a residir em estruturas efémeras ou frágeis por serem elementos familiares. Um processamento ligado ao subconsciente psicológico, a pressão e ansiedade; o medo do futuro; a inquietação de deixar algo importante para trás.

Neste texto irei descrever detalhadamente conversas, sensações e acontecimentos do dia 21 de Dezembro de 2020. Marcado pelo início do processo de (re)inserção social e a mudança de residência do Sr. Manuel.

Num dia chuvoso, como numa despedida cinematográfica, dá-se finalmente a mudança de habitáculo do Sr. Manuel. Fomos ao seu encontro até à sua nova casa, lá já se encontrava a sua antiga assistente social (Joana), o seu novo assistente social (Chalana) e mais inesperadamente o CEO da Mota-Engil, o engenheiro Rui Pedroto, que quis dar as boas vindas.

Numa pequena conversa entre o Sr. Manuel, Chalana e o eng. Rui Pedroto, questionamentos em relação ao passado e futuro são levantadas:

Eng. Rui Pedroto: *Sr. Manuel há quantos anos não tem uma casa?*

Sr. Manuel: *Eu nunca tive uma casa.*

Dr. Pinto: *Sim, mas há quantos anos vive na rua?*

Sr. Manuel: *Desde 2017, comecei num túnel em Paranhos. Na altura o meu antigo patrão veio-me buscar passado uns meses na rua, até me ofereceu trabalho. Mas eu estava muito mal de saúde e não consegui aguentar o trabalho. Depois ainda trabalhei no Fidelys, um restaurante no Castêlo da Maia, mas o trabalho era a dobrar e fiquei ainda pior de saúde. No fim de dois meses a trabalhar vim embora não aguentava mais. Foi nesta altura que acabei no viaduto da Constituição.*

Eng. Rui Pedroto: *Acabou Sr. Manuel Fernandes.*

Sr. Manuel: *Eu já não aguentava mais tempo no viaduto, já tinha planeado voltar para a Barca em Setembro mas apareceu o Chalana. Na altura o plano era arranjar uma casa de pedra, aquelas feitas em cantaria, o único problema é que não ia ter água nem luz. Tinha de ir buscar água ao ribeiro. Eram casas na serra de antigas pedreiras.*

Eng. Rui Pedroto: *Agora tem a sua casinha, uma horta e um cachorro. Já não precisa desse plano.*

Assistente Joana: *Já vêm hoje?*

Sr. Manuel: *Eles estão com ideias que sim.*

[Com esta resposta percebemos que o Sr. Manuel ainda não estava convencido, nem preparado.]

[Durante a viagem de carro a caminho do viaduto, uma conversa entre o Chalana e o Sr. Manuel onde recordam os primeiros momentos de contacto]

Sr. Manuel: *Ainda me lembro quando me ligaram pela primeira vez, "Vai aí um senhor chamado Dr. Pinto falar consigo, é assistente social de Campanhã".*

Dr. Pinto: *E o que é que o senhor respondeu?*

Sr. Manuel: *Respondi o mesmo de sempre, "Não vale a pena. Políticos são todos iguais, uns mentirosos. Jornalistas já cá vieram. Assistente sociais estou traumatizado. Portanto deixe o Dr. Pinto estar em Paz".*

Chalana: *Passado uns dias apareci no viaduto com a Jacinta e disse "Sr. Manuel, como é? Vamos sair de aqui?". Ao que este respondeu "Não acredito que consiga, mas pode tentar". Passado uns meses cá estamos nós a caminho da nova casa.*

Já no Viaduto

A estrutura do Sr.Manuel pode-se caracterizar "hoarding", uma consequência psicológica causada por longos anos na condição de sem-abrigo. A perda de tudo encontra nesta prática elementos de segurança, no entanto torna o processo de mudança de "residência" bastante complicado. Pois o que em tempos foi encontrado e tornado como um bem adquirido, agora é deixado para trás. Mais uma vez a perda de bens que pode despertar ansiedade e complicações nos processos.

A ansiedade absorvia o Sr.Manuel, o processo de mudança foi repentino e a sua vontade era de levar tudo. A incerteza em relação a um futuro. Como saberia ele escolher os pertences para um lar? Como dito anteriormente, o Sr. Manuel nunca teve uma casa, como saberia ele o que levar?
Aqui entra a ajuda do assistente social, neste caso o Chalana, que em consequência dos seus longos anos como cuidador de comunidades em condição de exclusão social conseguiu lidar com uma situação cheia de inquietação e agonia por parte do Sr.Manuel. O seu papel como cuidador começa por dar assistência psicológica ao indivíduo no momento da escolha dos pertences. Para além de assistir foi necessário destacar a relevância de certos objectos, como consequência da prática de "hoarding" para estes indivíduos tudo pode parecer importante porque lhes transmite familiaridade.

O agente social torna-se numa espécie de mediador ou até negociador neste processo sensível. É necessário reverter o pensamento de segurança encontrado em objectos e explicar que merece elementos novos e não o lixo da sociedade. Tentar que a prática de "hoarding" não fosse recorrente na nova casa e mostrar que apesar de poder, não deveria levar tudo. Todo este processo, recorrendo a discursos sociológicos sem insistir, forçar ou perder a tranquilidade.

Lidar com teimosia e aversão a elementos novos, o que na sociedade comum pode ser visto como um elemento positivo nestes processos são sinónimo de desconhecido e incerteza.

Um exemplo de teimosia por parte do indivíduo foi a sua insistência em levar o seu pequeno fogão a gás para a nova casa onde já existia uma placa de indução. O fogão significava trabalho e familiaridade, comprado com o dinheiro de uma semana de trabalho na horta de uma vizinha. O fogão era um objecto familiar com que sabia trabalhar e a placa de indução na casa nova, não. Como uma panela de pressão, o Sr. Manuel podia rebentar a qualquer momento, a importância de acompanhamento neste processo duro de (re)inserção à sociedade. O medo de perder o familiarizado e a ansiedade de um futuro incerto e cheio de responsabilidades.

Devido a uma mudança um pouco inesperada, muitos foram apanhados de surpresa com a partida mas em pouco tempo a mensagem já se encontrava espalhada. Foram aparecendo aos poucos, desde vizinhos até aos trabalhadores dos estabelecimentos locais que frequentava se quiseram despedir. A palavra saudade pairava no ar e entre despedidas as palavras positivas e de preocupação inundavam o Sr. Manuel. Este assegurava a cada um que regressaria, mas apenas como visitante e não morador. Insistia no facto de nunca se esquecer de quem o ajuda, agradecia o que cada um tinha feito por ele e ria-se enquanto dizia que agora com o seu passe de transportes públicos poderia passear e visitar sempre que quisesse.

A pressão no processo esteve presente desde a chegada, recebidos no local com uma câmera crew da SIC. Estes repórteres já tinham antes entrevistado o Sr. Manuel para a reportagem "Uma vida e uma cabana" uns meses antes e encontrava-se agora a registar os últimos momentos da "cabana".

A tensão em registar "bons" momentos na mudança criou um peso extra em cima do Sr. Manuel, este que necessitava de uma mudança em paz, acabou por responder a mais perguntas do que escolher os seus pertences. Entre algumas perguntas conseguimos percebemos o seu estado de espírito:

Repórter: *Vai lhe custar isto para trás?*

Sr. Manuel: *Ai não, estava saturado de estar aqui. Apenas sentirei saudade de quem me ajudou, aqui e ao longo da vida.*

Repórter: *E a casa nova?*

Sr. Manuel:*Nada má! É uma casa mesmo à Porto. Está toda pintada de azul. Azul escolhido pela arq. Jacinta, porque era a cor do meu boné.*

Repórter: *Mas e a casa, como é que é?*

Sr. Manuel: *É muito bonita, está cinco estrelas. Eu não merecia tanto.*

Repórter: *Porque é que diz isso Sr. Manuel?*

Sr. Manuel: *Porque para mim qualquer coisa com telhado serviria.*

Repórter: *Mas está feliz?*

Sr. Manuel: *Ainda não é tempo para falar nisso. Estou cheio de stress. No futuro, bons dias virão para pensar sobre o assunto. Mas quando eu me adaptar, tudo vai ser bom.*

A premissa das filmagens era filmar o adeus ao viaduto e a entrada na nova casa, ou seja, o tempo estava a contar e era urgente ser rápido. O dia ia acabando e a luz cada vez mais escassa, "já chega" ou "não traga mais" ouvia-se enquanto as perguntas da repórter eram constantes.

Após os pertences recolhidos e colocados na carrinha chegou o adeus final. A ansiedade do Sr.Manuel continuava alta, o medo de não ter o necessário ou suficiente, o receio da perda de pertences importantes na estrutura. A ansiedade de uma nova vida. Voltamos à nova casa para descarregar tudo e filmar os primeiros momentos na nova casa. As suas últimas palavras do dia eram de agradecimento. Afirmava que não iria conseguir dormir enquanto não arrumasse tudo, mas que estava feliz por dormir sobre um tecto.

Na madrugada do dia 22 de Dezembro a frágil e efémera estrutura foi demolida pelos serviços municipais de recolha do lixo da Câmara do Porto. A precariedade foi destruída, o direito à habitação foi alcançado e agora um amanhã de (re)inserção.

DE UM ANEXO A UM LAR

Deixando para trás a agitação da cidade, as palavras “Debaixo da Ponte” e a precariedade habitacional em que (sobre)viveu durante 3 anos. Travessa da Granja é a sua nova morada, a primeira casa própria ao 63 anos. Agora vive numa zona rural e calma em Campanhã, entre brincadeiras fala de como gosta da tranquilidade, que esta o recorda da sua infância na Ponte da Barca.

De anexo a um lar, um espaço habitacional esquecido e em vias de ruína. O anexo faz parte de um vasto núcleo de habitações herdadas por três proprietários, no entanto devido à falta de recursos financeiros muitas destas habitações encontram-se em condições precárias e quase ruína.

Foi graças a uma parceria com a Junta de Freguesia de Campanhã que estes três proprietários conseguiram encontrar solução para as suas casas em decadência. Um acordo onde os proprietários disponibilizam as casas para reabilitação e realojamento de famílias carênciadas, o projecto “Casa Reparada... Vida Melhorada”, a habitação como direito e não como bem especulado. Apesar da casa do Sr. Manuel não pertencer a este programa, o realojamento apenas foi possível por mérito do bom funcionamento entre a Junta e os proprietários, estes que se prontificaram a fazer uma renda com base nos rendimentos do arrendatário.

A reabilitação ficou a cago da arquitecta Ana Jacinta Reis, antiga aluna da FAUP, e da multinacional Monta-Engil, com o financiamento de materiais e mão de obra. A reabilitação começou no início do mês de Novembro e ficou concluída a meio do mês de Dezembro, uma reabilitação sem tempo para respirar, o realojamento era urgente. O arquitecto como agente, assistente e interveniente, a colaboração entre o arquitecto e o assistente social como ferramentas de (re)inserção social. O trabalho da arq. Jacinta ladeada ao assistente social Chalana, a união de forças necessárias para garantir acompanhamento, mais do que garantir habitação era necessário assegurar uma (re)inserção saudável.

A casa ou lar do Sr.Manuel, o anexo tornado em espaço habitável, mais que habitável com condições e sem a perpetuação dos requisitos mínimos de sobrevivência. Apesar da sua pequena dimensões é uma estrutura confortável e às dimensões do homem, finalmente o Sr.Manuel tinha uma sala, cozinha, quarto e principalmente uma casa de banho. Numa entrevista à arq. Jacinta percebemos um pouco do projecto “Casa Reparada...Vida Melhorada”, da função do arquitecto como agente do terreno e de untervenção, mas principalmente a reabilitação do anexo dos aspectos positivos até aos negativo.

ENTREVISTA:

Entrevistador: Numa pequena apresentação consegues descrever o teu percurso? Como tiveste conhecimento do projecto “Habitar Porto” e subsequentemente a Junta de Freguesia de Campanhã.

Jacinta: O meu início nestes projectos começou ainda enquanto fazia a minha dissertação "Bairro do Aleixo - Processos de uma distopia". Sobre habitação, principalmente habitação na cidade do Porto, as suas políticas e os problemas sociais. Através deste tema fui conhecendo o projecto "Habitar Porto" e seguindo os seus trabalhos enquanto ainda escrevia a minha dissertação. Um dia na faculdade questionaram-me se não queria participar no workshop "Arquitectos de Família", o projecto pareceu-me interessante e decidi inscrever-me.

Fui selecionada e entrei no projecto de reabilitação de uma ilha. O projecto consistia em juntar um grupo de 10 a 15 pessoas e mais tarde dividir entre micro e macro escala, a macro sendo a ilha inteira e a micro apenas uma das casas. A casa da D. Alice, esta inserida no projecto "Casa Reparada...Vida Melhorada" com a parceria da junta de Freguesia do Bonfim.

Com o projecto da casa para a D. Alice o arquitecto Aitor Varea Oro do "Habitar Porto" achou interessante fazer um projecto para a ilha inteira, este estaria enquadrado no programa "1º Direito", um programa com maiores apoios financeiros a nível de reabilitações em grande escala. Com este workshop conheci melhor o "Habitar Porto" e assim afiliar-me ao projecto.

Entretanto após os processos burocráticos estarem concluídos a D. Alice não quis avançar com a reabilitação. A D. Alice não queria sair da sua casa e estava com receio que fossem partir a sua cristaleira com as mudanças. São problemas que por vezes não estamos a contar mas realmente existem, na altura a sensação foi como morrer na praia, o núcleo ficou um pouco desanimado, mas para mim foi uma dose de realidade.

Em 2019 entrego a minha dissertação, durante todo o período de escrita tentei sempre nunca perder o contacto com o "Habitar Porto", quando por fim conclui o mestrado aconteceu uma conversa entre mim e o arq. Aitor onde partilhei interesse em participar mais a fundo no projecto. O projecto precisava de mais arquitectos no entanto sem possibilidades de os pagar, aqui começa a parceria entre a Junta de Freguesia de Campanhã e o "Habitar Porto". A aliança entre os dois elementos resultou numa mais valia, enquanto eu trabalhava na Junta como arquitecta também conseguia continuar a ajudar o projecto "Habitar Porto".

Com esta coesão o meu papel como ponte entre os dois agentes começou por um reconhecimento do terreno. O reconhecimento das ilhas e a deslocação ao terreno, sinalizava o máximo possível e recolhia casos para mais tarde conseguir selecionar os mais graves e avançar com propostas. Com o reconhecimento dos casos a partir da Junta o próximo passo foi entrar em conversações com o programa "Domus Social". Uma empresa municipal da Câmara Municipal do Porto, esta gere o parque habitacional do município inclusive financia materiais para projectos como a "Casa Reparada...Vida Melhorada".

Além disso começo a trabalhar com o assistente social o Dr. José António Pinto ou Chalana, a criação de uma equipa onde a nossa função era de reconhecimento de casos e criar diálogo com as comunidades. Com a sua experiência como assistente social o Chalana torna-se o mediador das conversas com a comunidade, muitas das vezes entre os proprietários e. Inquilinos das habitações que queremos reabilitar.

Com a pandemia e o teletrabalho acabei por me concentrar mais nos projectos da Junta mas sem nunca perder o contacto com o arq. Aitor e o "Habitar Porto".

E: No caso do Sr. Manuel, como é que o projecto foi parar às tuas mãos?

J : Desde o principio o caso do Sr. Manuel foi invulgar, como não era utente de Campanhã a construção da sua casa não fez parte da projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada", o processo foi um pouco diferente do habitual.

Através das reabilitações do projecto "Casa Reparada...Vida Melhorada" acabamos por conhecer vários proprietários da zona Oriental, mais precisamente os do lugar da Granja e Azevedo. Neste lugar conhecemos uma família de 4 herdeiros proprietários de imensas casas, incluindo a casa do Sr. Manuel e a adega que o projecto "PELE" está a reabilitar. Estas propriedades foram herdadas mas devido à falta de fundos dos proprietários para investir nas casas muitas acabaram por se degradar. São pessoas bastante prestáveis, foi uma parceria bastante positiva para a Junta, não são os típicos proprietários "sanguessugas" que acabam por muitas vezes dificultar os processos. São pessoas excepcionais e preocupam-se bastante com os seus inquilinos, mesmo antes de aceitarem as famílias perguntam sempre quanto podem pagar pela casa, pois não querem que as famílias passem fome para pagar as habitações.

(...)

Certo dia recebo uma chamada do Chalana a convidar-me para desenhar o projecto da casa com a construção à responsabilidade da Mota-Engil. A empresa ganha conhecimento do caso através da cobertura mediática que este teve na televisão, através da sua afiliação com o caso esta receberia publicidade social.

Eu fiz o projecto como voluntária e a Mota-Engil como suporte construtivo e financeiro, pois por normal este tipo de projectos cabia aos programas "Casa Reparada... Vida Melhorada", "Domus social" ou a Câmara do Porto como financiador. Como a empresa já estava a construir uma residência em Paranhos os materiais foram aproveitados para a residência do Sr. Manuel.

E : Por norma o papel do arquitecto fica pela projecção da habitação, a sua interação com a família é bastante limitado ou por vezes nula após a construção. No teu caso tu continuas bastante presente na vida do Sr. Manuel, principalmente nesta nova e importante fase de reinserção à sociedade. Como arquitecta e agente de intervenção, como descreves o papel da habitação que tu projectaste na ajuda à reinserção do Sr. Manuel?

J : Com o caso do Sr. Manuel e outros utentes da Junta tenho vindo principalmente a aprender a lidar com aspectos sociais e psicológicos de comunidades em exclusão, personalidades fortes com anos de vivências complicadas. Existem sempre elementos bons e maus neste tipo de casos.

Por exemplo lidar com o Sr. Manuel por vezes é um pouco complicado devido ao seu difícil feitio. No meu acompanhamento um dos elementos de notória diferença na vida do Sr. Manuel foram as responsabilidades acrescidas com a habitação. Antes este senhor não tinha renda nem contas de água ou luz, cada vez notamos mais a sua revolta ou descontentamento acerca do assunto. Da última vez que o visitei queixou-se imenso e deixa-me um pouco triste e preocupada,

a meu ver pensei que o seu sonho seria sair da rua e cada vez mais me pergunto se realmente o queria. Penso que talvez quando este dizia que queria uma casa não pensou nas responsabilidades acrescidas. Queixas como "faz mais frio nesta casa do que debaixo da ponte" ou "esta casa têm rios de água da humidade, isto não acontecia debaixo da ponte", enfim. Para mim estas criticas por vezes tornam-se pesadas de ouvir, talvez não tenha o estofo emocional e a aprendizagem que o Chalana têm a nível social. Este sabe lidar muito melhor com estas queixas e sabe sempre dar a volta à situação, por vezes fico calada e sem saber o que dizer quando penso que se calhar o Sr. Manuel não é feliz ali. Mas o trabalho em equipa com o Chalana é fundamental, este alerta-me para o facto das queixas serem apenas ansiedade e preocupações tendo em conta as novas responsabilidades e o apertado a nível financeiro.

O Sr. Manuel esteve presente em várias etapas da construção e sempre gostou da casa, é bastante simples e pequeno o projecto não poderia variar muito das construção pré-existente. Mas por vezes as queixas vêm de pequenos assuntos, por exemplo "ah arranjaram-me uma cama e eu não gosto nada destas camas assim" ou o Chalana pergunta "gostou do cabaz que lhe trouxeram? Um cabaz com carne que espetáculo" e o Sr. Manuel responde com "mas ele vinha com umas bolachas e eu não gosto de bolachas, não quero aquelas porcarias" por mais que se insista nas coisas positivas há sempre algo que não o agradou. São conversas deste género em que o agente social entra e usa os seus longos anos de trabalho em campo para a beneficie de apaziguar certas ansiedades minhas. Como está habituado a trabalhar com a comunidade em particular acaba muitas vezes por explicar certas atitudes e motivações como explicação de certas reacções da pessoa ou comunidade, aprendi bastante com o Chalana em relação a este tema nas nossas idas ao terreno.

Mas ocasionalmente o pensamento em relação ao Sr. Manuel é complicado, por vezes o que me absorve em relação ao assunto é o pensamento de "o seu sonho era ter uma casa e foi um sonho realizado. Mas se calhar não era assim tanto." Acabo muitas vezes por ficar só incomodada a pensar "se esta casa não serve para o Sr. Manuel concerteza que serviria para muitas outras pessoas. Porque ninguém é obrigado a estar ali". No entanto eu sei que isto faz parte de um processo de adaptação. O Sr. Manuel entretanto já conseguiu criar laços afetivos com o lugar e os vizinhos, conseguiu criar um ambiente acolhedor naquela zona e é uma questão de tempo até se tranquilizar.

E : Na presente dissertação, um ponto importante de discussão é o papel do arquitecto como um dos vários agentes de intervenção, desde o psicólogo ao assistente social. A meu ver o arquitecto não está pronto a lidar com as ansiedades das comunidades.

Desde as mudanças que comecei a ouvir as queixas do Sr. Manuel e percebi que os problemas que ele apontava eram apenas ansiedades vindas da drástica mudança. Por exemplo quando ele me dizia "mas e agora como pago a luz? Eu não sei pagar a luz, tenho de ir ao banco?" e por mais que reafirmássemos o papel do Chalana como ajuda nesta nova fase a sua ansiedade era nítida. Resumindo esta fase de reinserção à sociedade por parte do Sr. Manuel pode demorar meses ou até anos, principalmente conhecendo a personalidade do indivíduo.

Aprender a lidar com estas inesperadas reacções é um elemento importante a meu ver, principalmente num trabalho social e em contacto com comunidades de exclusão social.

Registos da (re-)construção, Novembro de 2020

J : Para mim o início foi um desafio. Eu não sabia lidar muito bem com estas queixas e muitas das vezes ficava surpresa ou revoltada a pensar “se o Sr. Manuel não quiser viver aqui ele que volte” mas com o tempo fui compreendendo o processo e como é preciso ter calma e compreensão.

Lembro-me de uma fase inicial do projecto, quando falei com a Mota-Engil perguntei se a casa poderia ter capoto para um maior isolamento térmico e assisti à sua aplicação com interesse técnico. Certa altura da aplicação o Sr. Manuel bate na fachada e só diz “Isto aqui é papel! Isto não vale nada!” e eu tive de explicar “Não Sr. Manuel é isolamento térmico, é capoto! Assim a casa vai ser mais quente.”, mas ainda hoje oiço queixas de como a casa é gelada e o capoto não resultou.

Depois certas lamentações acabam por me entristecer, por exemplo o chão ser de tijoleira e não madeira. Realmente não penso que a tijoleira seja o mais acolhedor para uma casa no entanto foram os materiais dispensados pela empresa para a casa por serem os mais resistentes, o que acaba por ser bom. Mas muitas vezes acabo por ficar sem palavras.

Arq. Mário Mesquita : Se fosse um cliente “normal” numa relação arquitecto-cliente, qual seria o seu grau de participação? No acompanhamento do processo, na escolha dos materiais, na discussão e ideia para a casa, num cliente dito “normal”? E qual é a capacidade de um cliente como o Sr. Manuel, que não é bem um cliente é um utente, têm na selecção e escolha do projecto?

Visto que neste caso o resultado acabou por ser uma surpresa, uma surpresa que passou de um encantamento inicial a uma constatação de situações que não lhe agradam. Numa situação normal com um cliente isso seria discutido enquanto durante o tempo de obra e principalmente na fase inicial de projecto. Porque é que então um sem-abrigo é um cliente anormal?

J : Bem acerca da questão sobre a relação entre um arquitecto e o cliente “normal”, não saberei responder, o meu percurso desde o início foi em contacto com as comunidades e projectos sociais, com o “Habitar Porto” e agora a Junta. No entanto daquilo que sei pelos meus colegas de profissão é que de facto os clientes fazem mais parte do processo, mas principalmente porque como são eles a pagaram é normal que tenham mais “escolha”.

No entanto neste caso específico da Mota-Engil acerca da casa do Sr. Manuel o processo foi um pouco diferente, eu própria fui convidada a ir visitar a obra de Paranhos para escolher materiais e na verdade não escolhi materiais nenhuns. Quando cheguei ao terreno apenas me foram apresentados materiais já escolhidos e foi apenas questionado “está bem esta sanita?”, não existia nenhuma escolha na verdade. Não foi uma escolha mas sim uma apresentação do que eu teria de utilizar no projecto. Perguntei se não tinham por exemplo chão flutuante, argumentei que este seria mais acolhedor mas foi negado, ou seja eu também não pude escolher nada. Foi um processo também complicado para mim, porque não me deu total prazer pelas suas limitações. Mesmo mantendo o Sr. Manuel sempre a par do processo e mostrado desenhos do projecto, muitas das vezes não é fácil fazer entender o que está ali desenhado a certos utentes.

Não apenas no caso do Sr. Manuel mas em muitos outros casos que já tenho vindo a desenhar para a Junta. Por exemplo agora estamos a projectar a casa da D. Conceição e apesar de ir lá imensas

vezes mostrar os desenhos e perguntar se gosta por vezes é complicado as pessoas conseguirem visualizar mesmo com desenhos, imagens ou explicações gestuais. Mas de facto quando é um projecto que cabe à Junta e ao programa "Casa Reparada... Vida Melhorada" os processos são diferentes e os clientes estão muito mais envolvidos nas escolhas e no desenho projectual.

Infelizmente o caso do Sr. Manuel foi diferente, para além de ter acontecido num mês, foi um processo bastante atípico, não é o que estamos habitados na Junta, a Mota-Engil simplesmente construiu da forma como quis. Eu própria tenho bastantes questionamentos sobre certos materiais utilizados, por exemplo os estores a meu ver não são práticos de todo, são elementos que eu própria não percebi mas não estava ao meu alcance.

Ou seja eu percebo a pergunta do Prof. Mário, pode parecer que os utentes não têm tanta escolha como um cliente dito normal, a meu ver a única diferença entre estes dois casos é o cliente dito "normal" ter o poder de comandar o processo na totalidade, "não quero essa tijoleira, quero aquela e ponto final" enquanto que estes utentes como não estão habituados a serem questionados por vezes falam com medo "ah mas e se em vez de ser assim pode ser de outra maneira?".

No caso do Sr. Manuel não existiu qualquer tipo de margem, nem para mim, para o Chalana ou para o principal elemento o Sr. Manuel. Por exemplo na escolha da cor da casa do Sr. Manuel, ela já era azul e foi perguntado ao Sr. Manuel se ela poderia continuar da mesma cor, apesar de brincar que a cor foi escolhida pelo seu boné azul na verdade não existiu grande escolha.

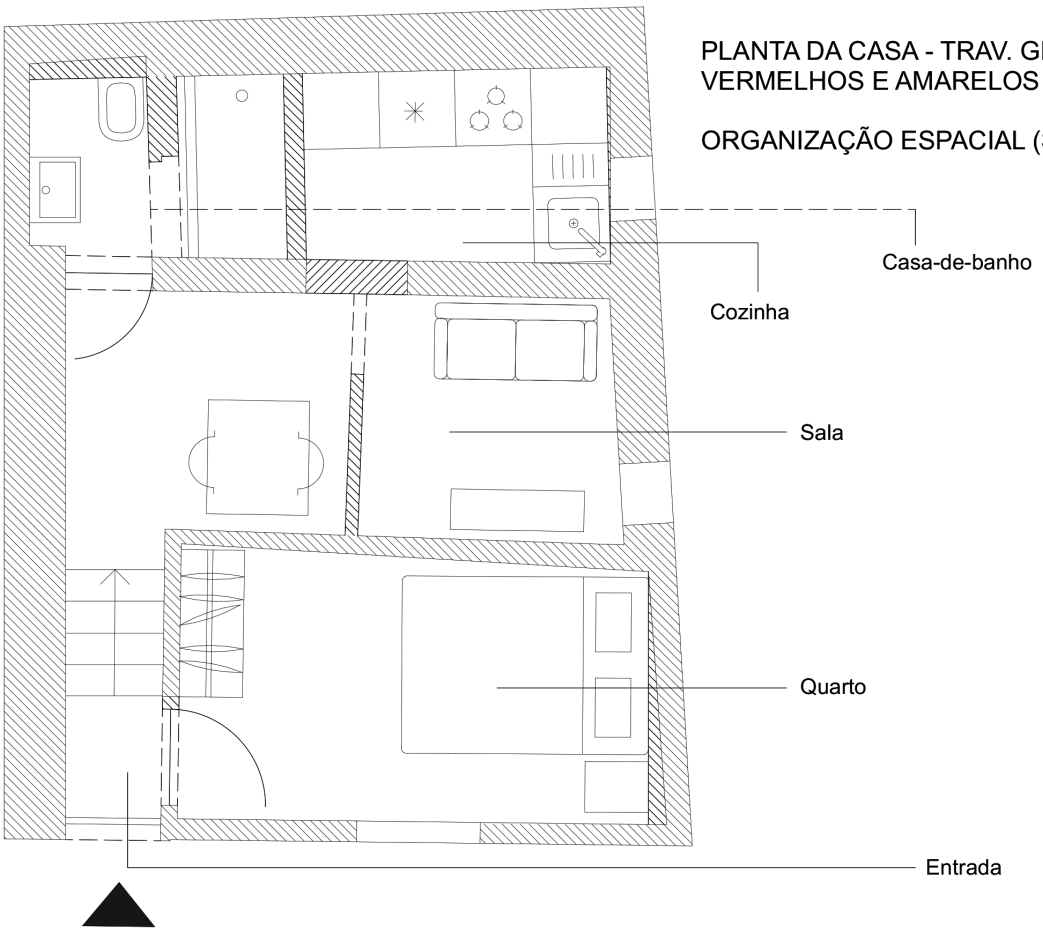
(...)

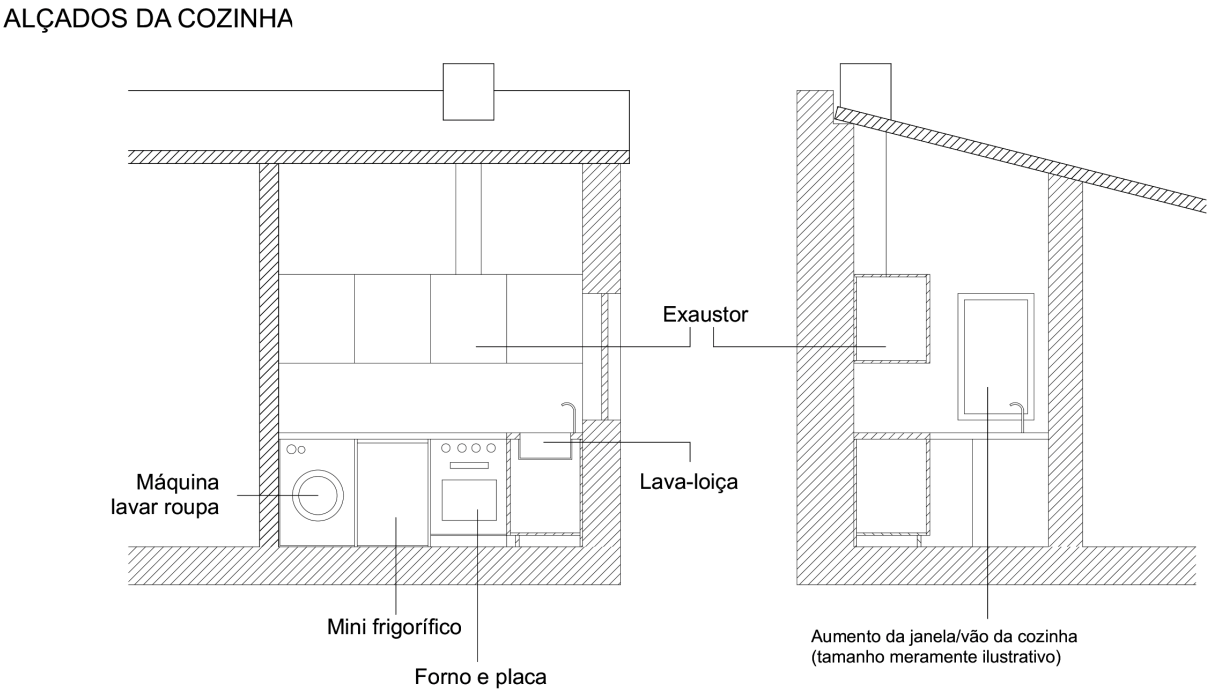
No programa "Casa Reparada... Vida Melhorada" os desenhos das habitações são pensadas paras as famílias ou indivíduos com base nas suas necessidades e elementos das antigas casas. Por exemplo vão manter o frigorífico então desenhamos uma cozinha com um espaço e medidas para aquele frigorífico encaixar. Quando acontece realojar agregados familiares ou indivíduos em casas que não foram pensadas para os mesmos o processo torna-se complicado, muitas das vezes as necessidades não são as mesmas da família original.

(...)

Um dos elementos importantes neste método de trabalho é o ensinamento mútuo, enquanto o Chalana me orienta com as comunidades eu explico como não se deve perpetuar a precariedade. Quando aparece um utente a explicar a sua situação por exemplo "Dr. Pinto preciso da minha casa com condições para ter as minhas crianças de volta", o primeiro passo é visitar a sua casa. Com a ida ao terreno por vezes deparamo-nos com condições de precariedade extremas, encontramos casas com apenas um quarto e interior para uma família de cinco. Casas que mesmo com reabilitações nunca seriam um espaço saudável, onde não existem zonas de refeições ou lazer. Elementos fundamentais para um ambiente familiar saudável, ou seja percebemos muitas vezes a solução ao problema está numa casa maior e não numa simples reabilitação.

M1.





M1. Desenhos projectuais da Habitação na Travessa da Granja - Arq. Ana Jacinta Reis, 2020

Muitas vezes quando encontramos casos precários o pensamento comum de um agente não ligado à arquitectura acaba por ser "pronto reabilitamos e a família consegue continuar a viver aqui", cabe ao arquitecto explicar os problemas e a necessidade de encontrar espaços maiores para as famílias. Explicar que os problemas não são resolvidos com pinturas, retiro de humidade ou fechar buracos por onde a chuva entra. Demonstrar como quartos interiores não são saudáveis e a importância das áreas para um ambiente familiar adequado e não de sobrevivência. Mostrar como nem sempre a solução está na própria casa, um processo bastante importante, tentar mudar a visão de tudo é resolvido com obras.

(...)

Muitas vezes vamos visitar casas e no final o Chalana pergunta "Jacinta isto é fácil não é? Esta serve?", onde acabo a explicar "Dr. Pinto isto é impossível, esta casa é ilegal é um buraco. Têm uma janela 20 por 20 virada para uma fábrica, não vale a pena gastar dinheiro público nunca estrutura ilegal sem as mínimas condições". Portanto mais do que reabilitar as casas é importante não perpetuar certos problemas que existe na habitação social como falta de áreas ou a sobrelotação das casas.

Certa altura tive de baixa e o processo de uma casa avançou sem eu estar presente. Era a reabilitação de uma pequena casa, quando voltei ao trabalho pediram-me para ir à obra e lembro-me de chegar ao terreno e ficar bastante desiludida. Percebi que estavam a fazer o que não era suposto fazer, investir dinheiro público numa estrutura que não passava de um galinheiro ilegal. Uma estrutura sem as mínimas condições, cheio de problemas de infiltração e um quarto interior, a casa era completamente errada. Basicamente a importância do arquitecto presente uma casa é fácil ficar bonita, pintar as paredes, tapar os buracos e pronto a reabilitação fica feita mas e as condições?

A importância de passar valores que nos foram ensinados ao lado do curso de arquitectura, explicar os básicos essenciais e não deixar perpetuar este tipo condições nas famílias. Não deixar existir quartos interiores ou falta de quartos, muitas vezes encontramos famílias de 5 pessoas todas a dormir num quarto e a percebemos logo que a solução não está em reabilitar mas sim na procura de uma nova com uma possível reabilitação com base nas necessidades da família.

No entanto apesar de agora o Sr.Manuel ter uma casa não podemos deixar de criticar certos elementos do projecto, como a realocação ou o tipo de ajuda caritativa oferecida pela empresa Mota-Engil. A mudança de zona não foi aceite automaticamente, os realojamentos em locais periféricos nem sempre correm bem. Em muitos casos assistimos a comunidades que não aceitam os novos vizinhos, ao estigma de "mas quem é a pessoa? Será perigosa? Era sem-abrigo, o que faz aqui?", são elementos a ter em atenção quando realojados um indivíduos em novas zonas. A saudade e a falta de amparo, no caso do Sr. Manuel os seus vizinhos e a comunidade de trabalhadora envolvente eram a sua fonte de segurança, sem falar da preocupação constante por parte dos mesmos.

Em relação à reabilitação, a forma como foi "oferecido" os materiais e a reabilitação, sem o Sr.Manuel ser ouvir, o contrário de um cliente comum. Este não teve qualquer tipo de poder ou controlo sobre a obra, sobre a sua própria casa.

O estigma permanente na obra, as frases constantes por parte dos trabalhadores “já tem muita sorte no que está a receber” ou “para um sem-abrigo vai ter uma casa melhor que a mim”, a perpetuação do pensamento “qualquer coisa serve” para indivíduos em situação de (re) inserção. Como descrito pela arquiteta o seu sentimento foi de impotência, que por muito que quisesse soalho de madeira o pré escolhido era a fria tijoleira para a zona de estar, a principal critica à reabilitação, o sentimento de ajuda caritativa.

FIM.

A (RE) INSERÇÃO

Para uma possível (re)inserção social necessitamos de um conjunto de situações estáveis e consolidadas a nível de utilidade - como através de um trabalho; consideração - quando este se sente integrado na comunidade; ou social - quando este deixa de ser excluído;

A integração em sociedade passa por três sistemas: "1- o sistema político-jurídico, que tem a atribuição de operar a integração cívica e política; 2- o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração socioeconómica num dado espaço; 3- o sistema de proteção social, que propicia a integração social e familiar, comunitário e simbólico, que atribui para realizar a integração comunidade mais abrangente." (Rodrigues et al., 1999)

Os primeiros passos para a (re)inserção esperançosa do Sr.Manuel Fernandes, partiu do trabalho cooperativo entre os agentes sociais. O acompanhamento semanal em relação à sua situação financeira, mental e de bem-estar, despertou no mesmo um sentimento de segurança perante os gentes. Um sentimento de que estavam finalmente a tratar correctamente da sua condição precária a nível habitacional e mental.

Não se pode deixar de afirmar que a disponibilidade de casa para o Sr.Manuel apenas foi possível após um diagnóstico por parte do assistente social, compreender o estado psicológico do indivíduo era essencial como forma de assegurar uma possível integração em sociedade.

Através de um diagnostico aos problemas psicológicos e físicos do Sr.Manuel, entendeu-se que o próprio não estaria apto para trabalhar. Com a sua idade avançada e problemas de saúde, não seria fácil encontrar um emprego adequado à sua condição psicológica.

No entanto o sentimento de utilidade é dos mais fundamentais como uma integração de sucesso em sociedade. Aqui entra o papel da "escola", inserido num curso de inserção social a nível escolar, com aulas semanalmente o Sr.Manuel encontrou um sentimento de finalidade pessoal. Aprendeu finalmente a funcionar com um computador, mesmo que seja o básico era um dos pedidos que o Sr.Manuel tanto fazia. Mesmo que nos primeiros tempos este tenha "torcido" o nariz à prática educacional, pois preferia ser segurança nocturno, acabou por se incorporar positivamente no sistema educacional. Fora a escola, o Sr.Manuel encontrou um hobbie, a criação de uma horta no espaço envolvente à casa, fala de como se recorda dos tempos de infância e da sua cidade Natal. As hortas são um métodos de (re)inserção constante, usados em políticas sociais pois trazem uma sensação de responsabilidade ao indivíduo.

3

Agora ao visitar o Sr.Manuel ainda podemos ouvir as suas queixas, estas fazem parte de si. Apesar da sua (re)inserção ainda não estar finalizada, podemos encontrar pontos positivos, como a sua boa integração na comunidade envolvente. Em pouco tempo o Sr.Manuel tornou-se amistoso e bem aceite por todos os seus vizinhos, um elemento que por vezes acaba por ser a adversidade negativa nas realocações em lugares fora da zona segura do indivíduos.

No entanto é importante a não-romantizar do acontecimento, estes casos de (re)inserções bem sucedidos são escassos, principalmente quando existe a construção de estruturas habitacionais em função do indivíduo. A casa como um elemento de integração na sociedade, porém não pode ser considerado o elemento fundamental ou a resposta para a erradicação do fenómeno. Não se pode construir uma casa e achar que é automaticamente um lar. Tal como não podemos achar que o retorno à "sociedade" é imediato, a consciencialização de que o indivíduo precisa de apoio durante meses ou até anos após a inserção do cidadão na estrutura habitacional. O medo e ansiedade de desiludir os agentes e "cuidadores", pesa bastante no subconsciente estes indivíduos. A (re)integração à sociedade, é por vezes a parte mais complicada, dura e longa destes casos sociais.

A história do Sr. Manuel Fernandes, um cidadão onde a casa apenas foi possível aos 63 anos de idade. Quando dá entrevistas ainda fala daquele viaduto, como a sua antiga "casa", aquela estrutra era um lar para si e não um abrigo temporário. No entanto não podemos romanizar a estruturas efémera do viaduto, pois estava intrínseca na condição de sem-abrigo do Sr.Manuel. O papel da nova casa, não como uma conclusão automática para a condição, mas sim, um bem essencial para uma vivência saudável e integrada numa sociedade.

Um direito humano escrito na constituição portuguesa como um bem essencial para o cidadão Português.

Registos do interior da habitação, Fevereiro de 2021

Janeiro de 2021

PORTUGAL

PORTUGAL

5.3. ZIP - ZONA DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIO:
ESTRATÉGIAS, PLANO E PROJECTO PARA O LUGAR DE GRANJA.

Em 2019 foram contabilizados cerca de 20 mil fogos disponíveis para habitação na cidade do Porto. Ao mesmo tempo, a autarquia de Campanhã recebia mais de 1000 pedidos de habitação, estimando que o tempo de resposta para o indivíduo ou famílias é cerca de 5 anos. A presente intervenção está implementada numa das zonas mais orientais de Campanhã, a travessa da Granja, na qual a densidade habitacional é baixa: cerca de 30% de edifícios habitáveis e 50% em estado devoluto, não incluindo o Bairro do Lagarteiro. Um espaço urbano em estado de deterioração, com uma população residente em situação e vulnerabilidade social.

O Lugar da Granja pertence a um processo de investigação-ação na temática da habitação, a partir da economia solidária. O objetivo é a reabilitação de um dos imóveis integrantes na Travessa da Granja. Um imóvel devoluto com dois fogos para renda acessível.

Este espaço de intervenção prioritário, foi definido a partir do programa "Casa Reparada...Vida Melhorada" e a Junta de Freguesia de Campanhã, com a integração de agentes sociais. Nomeadamente, arquitectos e assistentes sociais. Esta ação pode ser associada a uma nova geração de políticas habitacionais, a presente proposta pretende gerar condições para a criação de uma cooperativa de assessoria técnica com o fim de replicar a lógica de gestão participada de reabilitação do edificado, espacial, urbana mas principalmente social, para habitação acessível.

A comunidade envolvente integra pessoas em situação de desemprego e precariedade laboral, com poucos anos de escolaridade, ou abrangidas por prestações e apoios do subsistema público de acção social. Um número significativo de pessoas em situações de exclusão social, isolamento ou abandono, como idosos, indivíduos em condição de sem-abrigo ou vítimas de adição. Trata-se de uma zona habitacional na qual a população é ainda envelhecida e os transportes públicos são de difícil acesso. Mas, principalmente, esta carece de serviços públicos como bancos, estruturas comerciais, ou serviços postais.

O objectivo do projecto parte de valores interventivos, com a finalidade de cumprir o Artº65 da Constituição da República: "d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução". Um modelo inscrito em actividades económicas sociais e solidárias, como alternativa à desigualdade social no que diz respeito ao acesso ao mercado habitacional. E, assim encontrar resposta no parque habitacional público. No entanto, a falta de estruturas e a produção habitacional simultânea pede a adoção de estratégias inovadoras. Por isso, processos de gestão participativa e reabilitação habitacional pública são essenciais. Nesse sentido, foi criada uma equipa multidisciplinar de profissionais e agentes de intervenção. Esta trabalhará em cooperação com a população e o poder local.

A economia social beneficia assim de novas políticas de habitação. Perante esta desagregação social do território, o programa e as suas várias equipas pretendem ainda que a estrutura reabilitada seja um elemento catalisador para o território, principalmente a nível de desenvolvimento socioeconómico. Mais uma vez, são preferidas ações participativas entre os agentes de ação e participantes. De realçar, que a formação profissional tal como promoção de emprego deverá acompanhar estas metodologias de intervenção. Trata-se de um projecto-obra como uma prática social de dinamismo e integração da comunidade, tanto a pré-existe como a nova.

Em suma, uma abordagem multi-interdisciplinar que conta com projetistas, construtores, assistentes sociais, arquitectos, jovens arquitectos e moradores. Um coletivo com caraterísticas diversificadas e um objectivo comum: potencializar o lugar de acordo com a suas competências. Referimo-nos especificamente a técnicos de construção em condição de desemprego (CICOPN); estudantes (FAUP) e jovens arquitectos através de uma abordagem sociopolítica tal como investigação-acção para um estudo de projecto-obra; agentes na formação de tecnologias sociais e economia solidária (CES/Ecosol) responsável pela co-criação do corredor saudável na Junta de Freguesia de Campanhã (Projeto Urbinat); o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã (GAS-JFC), sinalizador do imóvel em recuperaçãoo. Privilegia-se a produção em autogestão, eliminando barreiras disciplinares entre os diferentes actores do processo.

O Lugar da Granja, é considerado um espaço inusitado, sem propósito ou papel na cidade do Porto, mas poderia ser este potencializado? Outros casos como o do Sr.Manuel Fernandes poderia voltar a repetir-se?

A pergunta - "*Seria possível este espaço ser um lugar de (re)inserção?*".

Ao longo do presente texto iremos incluir várias entrevistas. Falamos com arquitectos (com experiência neste campo ou a começar a sua prática profissional) e com o Vereador do Urbanismo do Município do Porto. Será O Lugar da Granja um possível espaço de (re)inserção social e habitacional para indivíduos em condição de sem-abrigo?

A primeira entrevista que aqui transcrevemos parte de uma conversa com o Arq. Mário Mesquita e um jovem arquitecto, recém-formado Mestre da Faculdade de Arquitectura do Porto, Fernando Pimenta. Inserido actualmente no levantamento do Lugar da Granja, estuda a comunidade, o núcleo habitacional, o espaço verde envolvente e a sua possível potencialidade.

ENTREVISTA A FERNANDO PIMENTA:

Fernando Pimenta: As primeiras impressões da zona e realmente a primeira vez que lá fui, foi com o arq. Mário Mesquita num contexto de ptri, nos primeiros anos. Já na altura fiquei preocupado, pelo grande vale com algumas partes melhor ensolaradas que outras. Onde vemos pouca gente, quando por lá andamos... No entanto, ficando tempo suficiente percebemos que cada casa tem o seu habitante. Uma população envelhecida: vivem sozinhos ou com cônjuges. A segunda vez também foi com o Mário neste contexto. Lá está, a impressão com que logo fiquei é que aquele território é esquecido, que padece de muita falta de atenção política e infraestruturação. Em paralelo é um espaço altamente arborizado com matas de florotocne, Carvalhos e sobreiros, mata ribeirinha, com zonas de hortas da população da granja e arredores. Mesmo ali, na fronteira com Gondomar, é interessante que a partir do momento em que passamos essa fronteira para Gondomar não só as condições de urbanidade, mas também por exemplo a nível de densidade populacional e urbana, também como a flora alteram totalmente, passamos a ter eucaliptais, grandes grupos de vivendas e prédios construídos. E voltamos a ter transportes, por exemplo, uma coisa que acaba no bairro do Lagarteiro.

Entrevistador: Só existe um autocarro para a zona, certo? Principalmente apenas um que entra pelo Bairro.

F. P. : Sim, vai até ao bairro do Lagarteiro e depois há perto um serviço de transportes de Gondomar, que acaba na zona mas mais distanciado. Não há é nenhum tipo de serviço de transportes que cruze este vale, onde fica a Granja.

E: Um dos primeiros problemas podemos logo dizer que é a falta de transportes e a dificuldade em chegar à zona. A meu ver é um dos elementos a ser estudado neste plano estratégico da zona. Por muito complicado que seja trazer os transportes para uma zona, é um dos elementos fundamentais de dinamismo de zonas.

F. P. : Pensar no sentido de intervenção de um território é necessário ter cuidado porque normalmente corre mal.

E: A meu ver, se estes planos de intervenção não foram feitos com as comunidades, acaba por ser estratégicas utópicas e por isso é que para mim correm mal.

F. P. : É difícil, principalmente porque há questões que são difíceis de contornar. Por exemplo, nas lógicas de fundamento do estado em que vivemos e questões, por exemplo, de direito à propriedade. Por exemplo, é muito fácil quando a realidade ou o vinculo das pessoas através de arrendamento que dinamizando a zona, as rendas subam e as pessoas acabem a ser forçadas a sair. Outro grande problema é que quase todos os programas governamentais, sejam de poder local ou central, que se intitulem de apoio à habitação não resolvem este problema e o melhor que se consegue neste tipo de programas, infelizmente. O que acabamos por conseguir com estes programas são tempos limitados em que se garante condições de habitabilidade e de acesso à habitação das pessoas que vivem na casa intervencionada. Por exemplo, 5 anos o que é muito pouco. Portanto, desde já estas são as grandes dificuldades quando se pensa em políticas de habitação, pelo menos conforme as que temos visto nos últimos 10 a 20 anos em Portugal. Por isso, é que é muito complicado intervir neste tipo de territórios.

Se me perguntarem se é necessário uma rede de transportes que passe na Granja? Concordo. Mas é sempre preciso cruzar o que são as melhorias de território com as garantias de que a comunidade se pode manter no local a viver.

E: Posso dar o exemplo da cadeira de Projecto e Urbanismo V, do ano passado, orientado pelo professor Mário Mesquita, onde a nossa principal mensagem partia de conhecer a comunidade e as organizações para conseguir trazer condições de habitablidade. O objecto principal é manter as pessoas no território sem esquecer que é necessário trazer condições para estas pessoas. Pegando no exemplo da comunidade da Granja, a falta de condições é um dos problemas principais. Falta desde transportes até espaços de sociabilização. Apesar de perceber o teu questionamento de ter cuidado com o tipo de intervenção, porque podemos a acabar por gentrificar um território ao dar "demasiados bens".

No entanto, a meu ver, a exclusão daquele território em relação à cidade e redondezas é tão grande que não há outra maneira se não fazer um plano estratégico para um futuro, ou o território irá sempre acabar no esquecimento. Achei interessante quando falas da diferença entre a zona da Granja e Gondomar, sobre a barreira urbanista e social. Pensas que o facto da Granja ser um território esquecido, terá algo haver com a sua proximidade com o Bairro do Lagarteiro?

F. P. : Para mim, a zona já é esquecida há mais tempo quanto o tempo de vida do bairro. Aliás, penso que este contraste que existe com Gondomar, é um contraste fruto da condição satélite que a Granja tem já em relação a Azevedo, que já é quase em si satélite de Campanhã. Um satélite de um satélite de outro satélite. Para além disso, aquela zona onde começa Gondomar é uma zona que o seu urbanismo e habitação é dos anos 90. Portanto, antes disso aquela zona provavelmente seria também semelhante ao território que a Granja é. Agora o que talvez possamos considerar é que a qualidade da flora da Granja tem que ver com a permanência do uso agrícola do solo. Isto, por exemplo, tem a haver que a permanência do uso agrícola do solo, principalmente na zona ribeirinha, o que está altamente anexado a um congelamento das condições de vida das pessoas, de facto de não poderem dispensar o auto cultivo para conseguir fazer a sua vida. Lá está, acho que isto também poderá explicar o porquê de, apesar de tudo, a Granja em termos paisagísticos está bem conservada e bem cuidada, porque realmente tem uso e utilidade.

Agora em relação ao plano ZIP, eu acho importantíssimo não deixarmos de desenhar e pensar o território e ser sugestivos independentemente dos perigos dos meandros e das estratégias de aplicação e dos sistemas políticos, digamos assim, que rodeia preços e todos estes assuntos. O que é preciso é sempre um sentido de estratégia, de como de alguma forma fazer com que um poder local embarque no nosso interesse, que é o interesse da população, e não outro tipo de interesses económicos. Importante também para este tipo de intervenções fazer o máximo possível para ter a população do nosso lado, talvez até um dos elementos mais importantes, já é tudo tão facilmente nefasto que se não tivermos as pessoas do lado é que não irá haver hipótese. Apesar de tudo, a população é uma força que podemos ter para ancorar reivindicações mais fortes ou projectos mais eficazes e que se concretizem mais facilmente.

E: Sim, a população é um dos elementos mais fortes para conseguir dinamizar as zonas. Muitas vezes, somos nós como extraterrestres e com as nossas ideias já pré-feitas que trazemos problemas que para estas comunidades não existem.

M.M. : Acrescentando alguns elementos sobre a Granja, partilho um fotografia de 1908. Esta fotografia é interessante pois iremos ter noção que as diferenças serão poucas.

Este é o caminho que irá dar a São Pedro. Uma fotografia de 1908, significa que este monte do lado esquerdo já estava a ser altamente arborizado portanto é um crescimento autónomo, não foi plantado pela população. Uma fotografia fornecida pelo arquivo das águas do porto... temos aqui um caminho com várias letras que significa a localização das fontes, nascentes e regadas. Este caminho existe, é o caminho que faz ligação entre o sitio da casa do Sr. Manuel e o extremo oposto, entre a Granja e S.Pedro de Campanhã. Na parte de baixo, mais na zona esquerda, temos o rio Torto e depois na parte direita o Monte do Forte. Ou seja, isto é tudo uma vereda que sobe bastante e termina numa capela. Nesta fotografia percebemos o uso deste caminho há 113, encontramos os estendais, um coradouro, ovelhas, uma plantação de milho e em especial um conjunto de mulheres e crianças. Tudo em torno desta zona de águas. Agora nos perguntamos o que esta zona tem de particular, percebemos que é uma espécie de reserva natural dentro de um espaço natural. É assim, quantas pessoas vivem nesta zona actualmente? Cerca de 30 ou 40?

Será este espaço é das pessoas ou um espaço para as pessoas. Não sei se no âmbito como zona de intervenção prioritária não devíamos olhar para o espaço como uma zona natural, como um refúgio natural, uma espécie de enclave entre o Porto e Gondomar, com uma autonomia muito própria, como uma espécie de um parque natural. Como se estivéssemos a intervir num parque e se não devíamos proceder a um processo de re-naturalização da paisagem. Ou seja, trazer para as pessoas que aqui vivem, habitantes que já se encontram com uma certa idade, onde o tempo as vai levando. E, se calhar, interessa trazer para aqui outro tipo de pessoas. Ou então, não trazer ninguém... pura e simplesmente deixar o território como uma memória de um passado que é igual ao presente.

Este território dentro daquilo que é a área da cidade do porto, foi dos poucos territórios que durante cerca de 120 anos não mudou, ao contrário do resto da cidade. Por isso, eu não sei... percebendo a expressão do Fernando acerca da zona “um satélite de satélite de outro satélite”,

N1. Fotografia do lugar da Granja em 1908 - intervenção de Fernando Pimenta e Arq. Mário Mesquita

eu acho que é mais do que isso. Indo às profundezas daquilo que é um dos espaços mais naturais da cidade do Porto, talvez valesse a pena preservar a singularidade deste espaço, como um espaço verdadeiramente natural. É um espaço esquisito, porque foi um espaço que durante muitos anos não teve dono em termos administrativos. Pertenceu a Gondomar e depois ao Porto. Mais tarde, durante 3 anos, na transição entre o século dezanove e o século vinte, constituiu-se como concelho autónomo. Um facto bastante engraçado: o concelho de Campanhã constitui-se autónomo e depois foi absorvido mais tarde pelo concelho do Porto. Devido ao traçado com a circunvalação, com a criação dos vários bairros, foram-se construindo várias muralhas e este espaço foi ficando por tratar.

Este espaço é equivalente a outro mais a norte chamado "Águas Férreas", e que fica na zona das Areias, na transição para Campanhã, a seguir ao parque oriental. São dois espaços que ladeiam o rio Torto e nos dão um ar melancólico, um ar do passado, desse ar de espaço que foi muito pouco alterado pelo homem ao longo do tempo.

F. P. : Uma questão que seria interessante descobrir é se existe coincidência ou não, entre quem cultiva estas hortas que existem hoje e os habitantes da Granja. Porque talvez não sejam os habitantes da Granja que as cultivam, seria importante então descobrir.

E: Talvez a melhor estratégia seria re-naturalizar o existente. Deixar a flora e este "parque natural". No entanto, não esquecer de trazer condições para trazer habitabilidade a quem aqui vive. O esquecimento é um elemento por vezes negativo, e aquilo que percebemos nesta zona é que o esquecimento trouxe falta de condições.

F. P. : Pois, mas uma coisa que acho sempre importante não esquecer é naturalizando ou não, é importante que a terra, os espaços de cultivo, sejam utilizados por quem aqui habita, ou nos seus arredores. E que a terra tenha significado e economicamente até, para quem ali vive, que se calhar não pode dispensar do auto cultivo. Até porque o tratamento agrícola da terra também é importante para a manutenção sustentável daquele eco-sistema. Mesmo em estratégia de re-naturalização, é importante o uso agrícola daqueles prados ribeirinhos.

E : Sim, tendo em conta os lençóis de água da zona, seria pouco inteligente não apostar em campos agrícolas, por exemplo, comunitários. Por exemplo, no caso do Sr.Manuel, uma das suas primeiras questões após a mudança foi saber quando é que podia começar a cultivar na sua horta. Percebemos desde o inicio que os habitantes locais sabem a riqueza do solo.

M.M. : Uma coisa que conseguimos perceber por estas fotografias de há 100 anos atrás é que efectivamente estas zonas que pertenciam à parte oriental de Campanhã e Porto, eram zonas bastante populosas. Quase como uma miniatura de relação entre o centro, as zonas mais urbanas, e as zonas mais periféricas da cidade.

O Porto tem essa característica: é que consegue misturar as suas coisas. Nós temos ruralidade no meio da urbanidade. Mas esta ruralidade em determinados sítios, como na Granja, está perdida. Porque, apesar de ser um espaço natural, é quase tudo mata. Ou seja, "esquecimento". São silvas que é sinónimo de descontrolo. E as pessoas foram desaparecendo. A partir da análise do Fernando conseguimos perceber que em cada conjunto de 4 casas há 3 casas

devolutas, e por vezes uma ou duas estão em processo de acelerado de ruína. Por isso, significa que temos um decréscimo de 75% na ocupação daquele espaço. Por isso, quando dizemos " vamos trabalhar com as comunidades", que comunidades estamos a falar? As que existem, ou as que queremos que residam o espaço? Podemos transformar a zona num bairro "cool"? Em que exista uma vaga de artistas do Porto que ocupem a zona e façam os seus ateliers? Ou queremos que seja uma zona onde as pessoas tenham a capacidade de desfrutar a natureza, a custos baixos? Os terrenos ali são bastante baratos, é uma hipótese de criar programas de habitação municipal, a custos controlados. Exatamente porque não temos o problema dos custos do terreno.

F. P. : Agora antes de trabalhar com a população, que por ventura para lá possa ir, é essencial trabalhar com a população que já lá esteja. Por poucos que sejam, são incontornáveis. Só ali, na zona da intervenção, estamos a falar de cerca de 4 a 5 pessoas que são afectadas diretamente porque estão dentro dos limites cadastrais da intervenção. Fora desses muros ainda teremos mais pessoas. Provavelmente, o total da Granja estará por volta de 15 pessoas.

M.M. : Vou lançar uma provocação: a questão do Sr.Manuel Fernandes é bastante particular porque pegamos num cidadão em condição de sem-abrigo que foi recolocado no "cu de judas". Completamente descentrado, sem acessos e ligação. Um contraste com o seu espaço passado. Pegamos no cidadão e "empurramos" para viver naquela zona. Sabendo que existiu uma resistência inicial, será que agora podemos recolher em meia dúzia de cidadãos nesta condição e conceder ali habitações? Não estaremos nós também a contribuir para guettizar aquele espaço?

E: O problema é que conceder habitação não é a resposta para o problema. Um documentário muito interessante, sobre uma zona em Los Angels onde "tentaram" fazer esta provocação, chamado "Skid Row, Explained", nele explica o fenómeno de migração do inicio do século 19 dentro dos Estados Unidos e as suas consequências. Na procura de trabalho, muita gente se mudou para Los Angeles e, com isto, a sobrelotação dando origem à falta de trabalho e habitação, criando assim um dos guetos de Los Angeles. Décadas mais tarde, a zona continua com o mesmo problema, hoje em dia é altamente policiada, as fronteiras invisíveis criadas pelos poderes locais são usadas para conter dentro deste bairro os cidadãos excluídos da sociedade. Claro que o lugar da Granja nunca iria acabar como este distrito americano, no entanto, se "empurrássemos" estas pessoas sem qualquer tipo de apoio e cuidado a nível psicológico, poderíamos acabar com um problema grave nas mãos. Acabaríamos a fazer o mesmo que os poderes locais actualmente fazem, empurrar e esconder o problema para as periferias.

M.M. : Não estaríamos nós a correr o risco de adoptar as mesmas medidas que o Estado Novo adoptou na década de 50 e 60? Quando retirou as pessoas mais pobres do centro da cidade, colocando-as a viver nos bairros periféricos como o Cerco, Falcão, Campanhã ou até São João de deus... Embora noutros tempos, não será esta a mesma tentação?

E: Por muito que não queira criticar a zona escolhida para a habitação do Sr.Manuel, não posso deixar de pensar que, por exemplo, um dos ideais do projecto SAAL era não tirar as pessoas da zona onde viviam. Dar condições sem as realocar. E uma das criticas a que não posso fechar os olhos no caso do Sr.Manuel foi o seu realojamento numa zona à qual nunca pertenceu. Que, por muito que agora esteja à vontade e que diga que gosta da zona porque lhe faz lembrar a sua cidade natal, no inicio foi complicado. Sair de uma zona central como a Rua da Constituição, onde tinha tudo o que necessitava à mão para uma zona periférica. E sim, a Junta oferece o passe de transportes públicos, mas todos sabemos que a nível de transportes a zona carece imenso. Por muito critica que não queira ser, não nos podemos esquecer que vivemos num mundo de migalhas.

Mas voltando ao documentário, conseguimos perceber por este mapa as barreiras e fronteiras criadas pelo medo. No caso da zona de Skid Row. Não sei se poderemos caracterizar a zona como um gueto mas sim uma zona de excluídos. Rodeado por distritos como das artes, moda e até o bairro da tecnologia, mas nenhum se intersecta ou tenta criar ligação com o Skid Row.

M.M. : Não será isto voltar outra vez às lógicas de zonamento? A questão fica no porque de não existir intersecção entre os vários distritos, zonas tão bem geometricamente definidas e fronteiras intensas. Porque é que, por exemplo, o distrito das artes não se interliga com o Skid Row e o Flower District?

E : No documentário explicam como as fronteiras não são atravessadas com base no medo e insegurança. Através da geometrização da zona, luz e policiamento. Podemos perceber que até os candeeiros de rua foram substituídos por holofotes utilizados nas prisões, com uma luz forte e desconfortável. Até a maneira como o bairro foi desenhado. A sua geometrização com estes ângulos estranhos, tornando assim complicado a interligação entre as comunidades envolventes que nem sequer tentam atravessar o distrito. A arquitectura do medo.

M.M. : Existem barreiras no território. Em vez de existirem fusões, existem fronteiras e estas criam bairros. Aliás, tenho dúvidas que as comunidades próximas de Skid Row atravessem o espaço. Por exemplo, algo que funcionou bem no Bairro do Lagarteiro foi o atravessamento do autocarro. Até aquela altura o Lagarteiro era um gueto e com este dinamismo do atravessamento, este sentimento de gueto foi diminuindo. Apesar de tudo, por muito "invisível" isto mudou bastante as dinâmicas do bairro. E voltando à zona da grande, acho que seria interessante conseguir com que um transporte pequeno fizesse esse vaivém e criando assim um atravessamento do território.

F. P.: Voltando ao assunto do Sr.Manuel e a zona da nova habitação. Eu percebo com certeza as questões de "Se ele vivia, entre aspas, na constituição porque é que o foram colocar numa nova zona" mas acho que a questão também é não esquecer que tudo o que é assunto referente a políticas de habitação, estamos a falar de migalhas e quase caridade.

É extremamente difícil fazer sequer o que seja neste tipo de processos, se me perguntarem se ele devia ter ficado na Constituição, sim como é obvio, mas talvez agora a questão seria de resolver a situação dos sem-abrigo, que não passa apenas por habitação mas sim por emprego também. E nomeadamente, um emprego que permita a habitação, porque emprego traz autonomia.

Neste sentido, e achando altamente inóspito, se a Granja fosse repopularizada por população sem-abrigo, pós fase de re-inserção, não acho necessariamente mau.

Principalmente, se este processo significasse que estas pessoas ganhassem condições de vida e que deixassem de facto de ser sem-abrigo, não só a nível habitacional mas também economicamente.

M.M. : Mas a questão é a seguinte, será que a estrategicamente o lugar da Granja interessa ser repovoado? Eu tenho muitas dúvidas.

F. P. : Também não sei, sinceramente. Mas também acho que o lugar para sobreviver em termos até simbólicos, paisagem e utilidade do território para as pessoas, é necessário ter um mínimo de densidade populacional e de dinâmicas e vínculos sociais. Apesar de tudo, as pessoas trarão não só dinâmicas sociais mas também relações de intercâmbio e se calhar algum tipo de comércio, são elementos que fazem diferença na qualidade de quem quer que lá viva.

M.M. : Isso é uma lógica qualitativa muito mais interessante. Porque é assim, eu diria que aqui o importante é dar condições de vida a quem lá vive. Portanto, vamos reabilitar aquela comunidade no sentido de dar condições às casas. Casas centenárias ou casas em processos de clandestinidade. E por outro lado, criar uma rota de transportes, estruturas básicas, zonas de reunião, espaços de convívio e sociabilidade. Uma intervenção na Granja a uma escala mais pequena, quase como se fosse uma "aldeia".

F. P. : Concordo totalmente. Um plano ZIP, um plano de estratégia de políticas de habitação e territorial passa pela proposta desse tipo de equipamentos. Mas sobre a qualidade das habitações, a precariedade habitacional ou melhor a casa como improviso é mais habitual do que aquilo que nós pensamos. No caso do Porto, e até em zonas mais densamente consolidadas, a improvisação habitacional também é regra. Basta atravessar o rio e ir a Gaia para percebemos essa realidade, é um pouco do contexto português. A habitação que não foi construída pelos grandes grupos económicos e da banca foram construídos pelo suor e pelas mãos das próprias pessoas. Até acontece o caso de famílias que se foram reproduzindo no próprio lote e acrescentando elementos.

A questão é que existiram políticas de habitação nos anos 70 e algures nos anos 80 e depois desaparece para dar a vez às políticas ligadas à banca e ao crédito. Houve talvez apenas um programa de erradicação das barracas, mas que se concentrava na área metropolitana de Lisboa e ainda assim vemos totalmente incompleto.

E : Sim, o problema desse programa de erradicação das barracas é que depois as barracas eram destruídas e as pessoas ficavam na rua. Ou, alguns com "sorte", foi lhes concedido casa num bairro social.

F. P. : Sim, exatamente. Até nesta década de 20 temos isso a acontecer, por exemplo, na Amadora. Agora, o que isto também significa é que há sempre muito a fazer, e se eventualmente essas habitações precárias, que apesar de tudo se é feita pelas próprias pessoas, a qualidade da habitação depende muito da disponibilidade material de casa família teve para construir a sua casa. Se durante 10 anos aqueles abrigos ou até casas poderiam funcionar, agora, décadas depois,

começa a ser mais complicado viver lá. E tornar-se evidente a necessidade de um programa, não necessariamente governamental, mas sim de apoio a estas situações. Garantindo habitabilidade nestes fogos. Permitindo que as famílias permaneçam ou se querem manter.

M.M. : Não destruindo os laços, as relações e as dinâmicas de sociabilidade. Um elemento importante até nesta questão dos sem-abrigo, estamos aqui a falar de pessoas que viram completamente destruídas as suas dinâmicas de sociabilidade. Que em maior parte dos casos tem de ser "reeducadar" a viver em sociedade. E como se cria uma comunidade amiga neste sentido. Será só a questão da habitação que está adjacente ao sem-abrigo? O Fernando há bocado falava de como o trabalho era importante, de como se sentir útil à sociedade é importante. Mas também, perceber que no meio disto tudo há muito a ideia das questão relacionada com a psicologia dos espaços, por exemplo indo contra as minhas políticas ideológicas, até acredito que o Sr.Manuel se sentisse bem naquele viaduto. Ele era uma espécie de catador da sociedade, onde recolhia tudo. E, com esses objectos, montando a sua casa.

Algo como acontece no Campo Alegre quando de repente aparece a Câmara e limpa os viadutos, para no dia seguinte eles voltarem a recolher objectos para voltarem a criar as suas "casas". Um processo que já aconteceu variadíssimas vezes e irá continuar a acontecer.

E: Sim, a limpeza da Câmara é constante. Só nos últimas semanas tendo vindo a perceber que as tais "estruturas efémeras" e apropriações de espaços que eu tinha vindo a fotografar e a mapear, estão a desaparecer. As limpezas aos sem-abrigos são constantes, feitas nas madrugadas quando a sociedade ainda está a dormir, acabando assim por não existir grande noção da sua parte do que está a acontecer pela cidade. Só na zona da Trindade, mais de 10 cidadãos em condição de sem-abrigo desapareceram e é assustador pensar no seu paradeiro e na técnica como a Câmara está a lidar com a situação.

Não há uma tentativa de perceber o problema dos grandes poderes, mas sim de esconder e livrar-se do "transtorno". Porque estes desaparecimentos não têm um final positivo... as pessoas não foram realojadas, mas sim, limpas da cidade.

M.M. : Um pensamento que aqui interessa pensar é na cidade do Porto. Pelo menos há cem anos atrás, e como tem vindo a ser objecto destas limpezas sucessivas pelas mais variadas razões. Mas, provavelmente, a primeira começou com a expulsão de determinadas classes sociais do dito centro histórico. Pessoas que estavam habituadas a ruas estreitas e a compartilhar vidas, empurradas para bairros municipais na década de trinta. Foram-se criando, na própria cidade, muralhas peripécias através de bairros. Construindo de tal forma até ter chegado ao ponto do bairro S. João de Deus, atualmente demolido, que era um cancro enorme na cidade do Porto. Um gueto praticamente fechado. Ninguém se atrevia a atravessar o bairro, onde viviam os excluídos dos excluídos. Uma tentativa de limpeza da imagem urbana que com o processo de gentrificação da cidade que atualmente, e se não fosse a pandemia, estaríamos a assistir a um processo muito semelhante com a expulsão das pessoas de rendas baixas que vivam na cidade e a sua substituição por alojamentos locais. Porque realmente dá mais lucro cobrar 100 euros por noite do que 25 por mês a inquilinos com 85 anos.

F. P. : Temos claro também a questão da celebridade e o grande argumento nos anos 20 e até 30, na relocação dessas pessoas era uma questão e programa de higienização. A higienização das ilhas do Porto, onde a cada duas casas era demolida uma com o contexto de ser criado ventilação e toda esta população realojada em terrenos mais baratos para estado. Como dito anteriormente, historicamente, os programas de habitação em Portugal são isto, migalha para quem não tem outra forma, se não de necessitar deste tipo de intervenção. O que contribui para o seu estigma, não passa de migalhas distribuídas para os pombos mais necessitados, digamos assim. Chamando assim à atenção para a armadilha da caridade. Se existiu em algum momento em Portugal políticas de habitação foi de facto o programa SAAL, mas porquê? Porque um dos princípios era a auto-organização das populações. A formação de associações e cooperativas para uma organização em conjunto e colectivos para lutar pelo direito à habitação. O que é totalmente diferente de uma política que assume de alguma forma a divisão de indivíduos da sociedade e tenta assim resolver os problemas pontualmente. O que também contribui para dinâmicas discriminatórias, de alienação e até discriminatórias.

M.M. : Por isso é que eu tenho muito medo de soluções como, e com toda a boa vontade e tentativa do Chalana, em chamar pessoas do grupo Jerónimo Martins ligados à Fundação Francisco Manuel dos Santos, para ir lá ver o território e perceberem a potencialidade do local, para responderem "não." devido à sua proximidade com o Lagarteiro. A questão que se põe é: e se tivessem dito que sim? O que seria do território? Serão as lógicas de um grupo financeiro as melhores para o terreno? Será que seriam assistencialistas e caritativas ou lógicas de solidariedade. A perfeita noção do grupo ao olhar para o terreno e saber que não teria qualquer tipo de lucro em construir no território da Granja. A aceitaram em fazer a casa do Sr. Manuel, mas apenas como migalha e a publicidade positiva, até porque sabemos que a casa foi construída com restos de uma obra em Paranhos.

E : Todos sabemos que muita gente ficou bonita na fotografia graças à casa do Sr.Manuel, desde a Mota-Engil até ao Presidente da República. Mas depois analisamos o projecto e percebemos que o "direito" à habitação que o engenheiro Rui Pedroto tanto defende apenas é possível caso seja um cliente comum, porque quando foi pedido soalho no chão da casa do Sr.Manuel, disseram que não era possível porque não era um material que existia na obra de Paranhos.

F. P. : Mas por outro lado todos aqui percebemos o lado do Chalana, entre não fazer nada e tentar ajudar. Algo foi feito e agora o Sr. Manuel tem um tecto. Claro que faz parte do problema que temos vindo a falar, as "migalhas". Cada vez mais tudo o que chega ao tema da habitação acaba na expressão "ao menos", "ao menos foi feito" ou "ao menos agora tem".

M.M. : A "história das migalhas" é bastante interessante. É como dar migalhas aos pombos. De repente os pombos juntam-se em torno das migalhas que colocas e, de repente, aparece uma gaivota e leva tudo. Acabando assim por ficar com tudo quando nada merecia.

Após a entrevista, as questões continuam: deveria esta zona continuar verde e esquecida, ou será possível potencializar a zona através de políticas habitacionais regeneradoras? Será projectos como "Casa Renovada...Vida Melhorada" ou "Bairros Saudáveis", uma resposta para o fim da perpetuação da habitação precária que se vive na zona? Ou poderá existir um valor especulativo e imobiliário para a zona por parte de grandes empresas?

Começamos pela última questão, apresentando um excerto da entrevista feita à Arq. Jacinta. A trabalhar para uma empresa de construção, como a Mota-Engil, interessada no Lugar da Granja, visto o seu histórico caritativo com a Junta de Freguesia de Campanhã. A questão introduzida parte do principio que em certa altura existiu, pelo menos a nível de entendimento da Junta, um certo interesse em construir e potencializar o território da Granja.

ENTREVISTA À ARQ. ANA JACINTA REIS:

Entrevistador : Sabendo que o Chalana voltou mais tarde ao terreno com os engenheiros da Mota-Engil, existia um suposto interesse por parte da empresa no terreno?

Arq. Jacinta: Sim, eu estava presente. Essa reunião partiu da intenção do Chalana tentar trazer algum tipo de interesse imobiliária à zona, tendo em conta a sua grande área verde e terreno de características interessantes. A visita com o CEO e Engenheiro Rui Pedroto partiu da premissa da potencialidade do terreno, mas foi clara e rápida a apreciação negativa ao terreno, segundo ele não era uma zona viável de construção devido à questão periférica e proximidade com o bairro.

Apesar de não ser uma zona de especulação imobiliária futura para eng. Rui Pedroto, contudo o seu discurso é bastante certeiro no que toca à habitação para todos, um direito e não um bem essencial que deveria ser especulado.

E : Apesar de não ter dado em nada. Pensa que a reposta foi negativa devido à proximidade do terreno com o bairro do Lagarteiro? O que pensa sobre este assunto? Para uma empresa de especulação imobiliária que já se encontra com um histórico de apoio a iniciativas da área social, financiar este tipo de projectos seria uma excelente forma de dar corpo a um conjunto de projectos. Não seria uma mais valia aliar a empresa ao projecto "Bairros saudáveis"?

J : Penso que sim, foi um pouco essa a intenção do Chalana desde o início. A visita à rua da Aldeia com o eng. Rui Pedroto partiu do princípio que poderia existir uma união de ambos os lados, no entanto ficamos rapidamente a perceber os parâmetros com que a Mota-Engil trabalha. Apenas trabalham com investimentos grandes, nunca abaixo dos 5 milhões. De facto, dá para perceber que o eng. Rui Pedroto têm preocupações com o problema da habitação no entanto foi rápida a afirmação que a fundação não investiria naquela zona pela vista para o Bairro do Lagarteiro e isto acabou por limitar a aliança.

E : A meu ver o elemento do bairro foi uma má desculpa. O bairro do Lagarteiro já não é o que era, a situação está bastante mais controlada. A meu ver foi apenas uma maneira de se afastarem do projecto ponto.

A questão fica na dúvida, entre resolver o problema de habitação caso a caso, entre famílias em necessidade, ou resolver um problema de território?

J : Tratar da questão habitacional da zona de Campanhã está na base do meu trabalho na Junta, o reconhecimento de habitações e famílias para habitar a zona. A união de agentes um trabalho em conjunto com Chalana, onde o nosso objectivo tem por base entender todas as necessidades das famílias e estudar os casos prioritários de intervenção. Quando não é possível a reabilitação da habitação onde a família reside o próximo passo é agregar as famílias a outras habitações disponíveis, tendo por base uma reabilitação consoante as suas necessidades.

Aqui a dificuldade seria sem dúvida a Mota-Engil alinhar neste processo de escolha, pelo que percebi pelo discurso a desculpa da proximidade com o bairro foi uma maneira de explicar a falta de interesse num envolvimento com a zona oriental. A casa do Sr. Manuel foi financiada e construída pela Mota-Engil apenas por duas razões, a sua fácil construção e o mediatismo do caso. A complexidade da casa era baixa e os materiais já vinham escolhidos das residências. Para não falar da útil e positiva publicidade que o caso estava a receber, principalmente com o envolvimento do presidente da república.

Mas, mesmo com a resposta negativa da fundação em relação ao seu interesse em investir na zona, sabemos que podemos contar com ela num próximo.

FIM.

Compreende-se que a zona de intervenção não se trata de uma zona com uma elevada percentagem de valor especulativo, ou sequer alguma percentagem de interesse a nível imobiliário.

Serão projectos como a “Casa Renovada...Vida Melhorada” ou “Bairros Saudáveis”, uma resposta para o fim da perpetuação da habitação precária por parte de indivíduos em condição de sem-abrigo?” Poderíamos com a implementação de políticas sociais dinamizar o território, criando assim melhores condições e de certa forma implementar futuros programas de (re)inserção no território da Granja?

Desta feita, mostramos também a entrevista realizada ao Vereador do Urbanismo do Município do Porto, arquitecto, Mestre pela Faculdade de Arquitectura do Porto. Procuramos saber se existe uma posição formal e municipal em relação ao assunto. Ou seja, qual o ponto de vista dos poderes políticos sobre o assunto da condição de sem-abrigo e de como é um fenómeno cada vez mais em crescimento na cidade do Porto.

ENTREVISTA AO ARQ. E VEREADOR DO PELOURO DO URBANISMO DO MUNICÍPIO DO PORTO:

Entrevistador: O estudo da zona da Granja como uma ZIP (zona de intervenção prioritária). Onde, através de um estudo urbanístico, de planeamento e interventivo, com a comunidade envolvente a ajudar no projecto. Será que esta zona de Campanhã, através de políticas, com o envolvimento da comunidade pré-existente e os inúmeros projectos de habitação social do Município do Porto, seria esta zona uma possível resposta para habitações de (re)inserção social?

O1. Projecto “Outros Bairros” Mindelo, Cabo Verde - Fotografia de Ângelo Lopes e Grace Ribeiro.

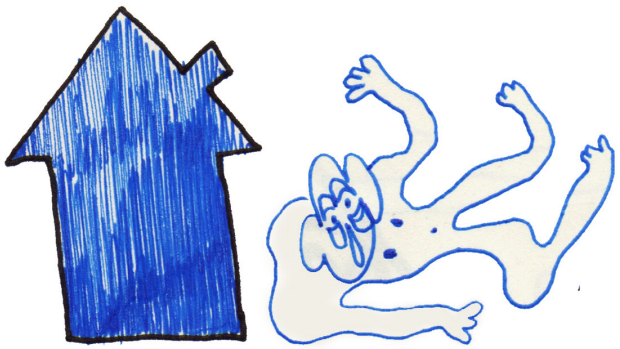
Vereador: Nós estamos implementados no mundo ocidental, evoluído, somos do primeiro mundo. Estamos constantemente a partir para a solução de problemas. Um mundo ocidental com poder económico, para comprar casas e arranjar armas de resolver o que por vezes não pode ser resolvido. Muitas vezes apenas como forma de aliviar uma certa "consciência social".

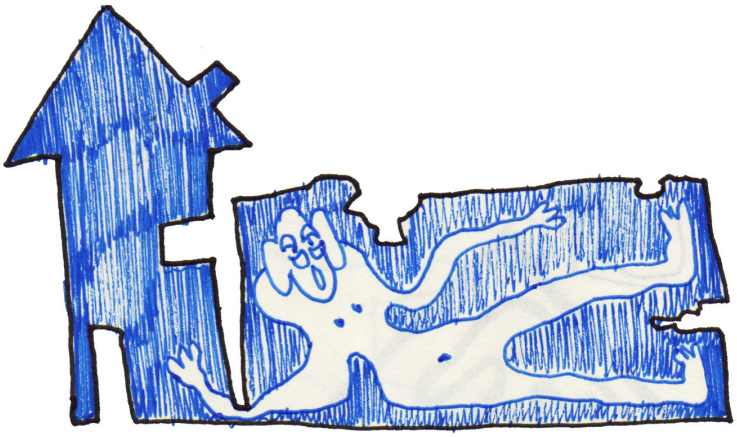
Existe uma experiência que eu conheci muito interessante, e bastante inteligente em Cabo Verde na cidade de Mindelo, um projecto chamado "Outros Bairros". Coordenado por um arquitecto do Porto, com uma política interessantíssima. A urbanização de Mindelo e das terras Cabo Verdianas, pelo menos das cidades maiores, é eu diria 30% formal e 70% informal. Estamos a falar de bairros de lata, desde bidões que se transformam em abrigos: o instinto inicial e básico. À medida que vão ganhando poder económico transformam a lata em tijolo e finalmente acabam por rebocar e pintar a casa. É uma auto-construção, eles organizam-se e criam um espaço público, um espaço anteriormente colonizado, os morros. As construções neste espaço são orgânicas e não planeadas. Este projecto "Outros Bairros" tem uma particularidade interessante porque não trata das habitações, que são auto-suficientes e de auto construção, mas sim do espaço público. O projecto traz a estes espaços pela primeira vez uma forma de rua, um desenho do espaço exterior. Espaços que não eram rua não eram nada, criam calçada, praças, arbonização, etc...

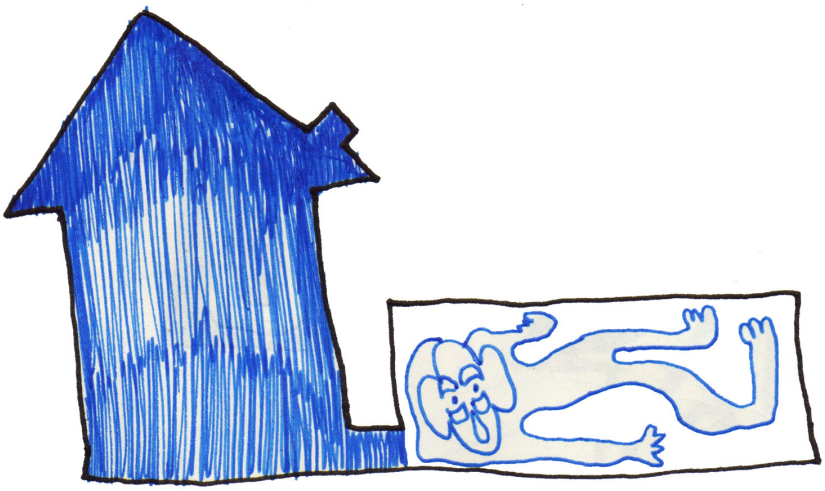
Quem é que faz a obra? As próprias pessoas, que são pagas e contratadas para tratarem das necessárias obras. Mas portanto o próprio morador sabe o que vai ser construído porque é ele próprio conhece o projecto, utilizam materiais da zona como a pedra vulcânica, e são eles próprios que arranjando emprego ganham uma dignidade humana que não sentiam antes. Este projecto é muito inteligente, porque melhora as condições físicas como o estatuto social da pessoa. Estas pessoas sabem que tem trabalho e que precisam de ir para a obra no dia seguinte, uma razão de viver. O próprio trabalho tem significado, o indivíduo sente-se útil.

Eu diria que este tipo de projectos não aconteceria em países como Portugal ou Alemanha, porque não há a necessidade de auto-construção. Na ideia ocidental as respostas clássicas de habitação social são mais "convidativas" ao problema, pois são uma resposta (quase) imediata e mais convencional, onde o cidadão não é envolvido.

FIM.







06. CONCLUSÃO

06. CONCLUSÃO

A questão do indivíduo em condição de sem-abrigo continua uma indeterminação. A sua erradicação representa um processo lento e utópico que provoca a inquietação da sociedade contemporânea e ocidental em relação à sua acção perante o fenómeno.

No entanto esta preocupação ficou em stand-by quando estes indivíduos careciam de mais ajuda, em março de 2020 com o aparecimento da pandemia COVID-19 nos países ocidentais, as ajudas institucionais e governamentais ficaram imobilizadas durante semanas.

Como anteriormente referido no capítulo "Habitar a rua", durante a pandemia dá-se a sobrelotação de albergues, abrigos temporários, e quartos de pensão. As ruas de um dia para o outro tornam-se vazias, e só quem não dispunha de uma habitação, continuou a sobreviver na urbe da cidade. Com a "cidade fantasma", várias formas de subsistência para estes indivíduos foram suspensas. Muitos sem forma de pagar os seus quartos em pensões foram postos fora, apropriando-se da urbe.

Relativamente às políticas, um elemento pertinente durante o primeiro confinamento foi a lei imposta contra os despejos, mas se reflectirmos sobre o assunto, como pode ter existido esta política habitacional tão importante enquanto o número de pessoas em condição de sem-abrigo não parou de aumentar?

Concluímos que se deve à exclusão social e à precariedade habitacional. Como anteriormente mencionado pelo assistente social Chalana, "o que estava mal, ficou ainda pior": indivíduos que viviam em pensões ou quartos precários, com o confinamento geral as doações acabaram, uma das principais formas de subsistência para estes indivíduos. Aproveitando-se desta condição, estes cidadãos são vítimas de despejos ilegais, despejados de estruturas precárias. Podemos dizer que a política dos despejos foi implementada para indivíduos já inseridos na sociedade como famílias carenciadas. O vírus do Covid-19 afetou gravemente a cidade do Porto, tanto a nível económico como social. A precariedade tornou-se a nova imagem da cidade, a cidade que tantos recearam percorrer durante.

A seguinte entrevista ao Vereador do Pelouro do Urbanismo do município do Porto, parte de uma série de questões que giram em torno do indivíduo e da sua condição. Uma entrevista na qual pretende questionar a condição como uma escolha consciente ou inconsciente.

Qual o papel do município como cuidador, principalmente após uma crise social tão impactante do vírus COVID-19. Finalizando com a questão, serão as políticas sociais a resposta para o fenómeno?

ENTREVISTA AO ARQ. E VEREADOR DO URBANISMO DO MUNICÍPIO DO PORTO:

Entrevistador: A presente dissertação aborda os excluídos dos mais excluídos, a comunidade em condição de sem-abrigo da cidade do Porto. Assistimos a um grande aumento, principalmente devido à pandemia COVID-19, um aumento cada vez mais visível à medida que percorremos a cidade.

Na dissertação em curso não pretendo resolver o problema através da criação de um protótipo de estrutura habitacional, como se a resposta homogénea fosse possível para a condição de sem-abrigo. apresentar a ideia de políticas habitacionais e sociais como uma resposta para a prevenção do fenómeno. Tal como a oferta de habitação não é a solução, nem a resposta para uma (re)inserção bem sucedida, é preciso acompanhamento e políticas sociais para estes indivíduos.

A apresentação de projectos, propostas e planos de intervenção sociais ao longo da dissertação, onde a agregação do arquitecto com outros agentes sociais pode ser uma mais valia para uma futura análise e intervenção na condição.

A questão é a seguinte, imposto um prazo de 20 a 30 anos, um período de análise para a existência de mais planos estratégicos serem impostos no município do Porto. Seria possível atenuar, prevenir ou moderar o fenómeno através de políticas sociais implementadas? Principalmente sabendo que não é um fenómeno possível de ser erradicação.

Vereador: Dentro da população em condição de sem-abrigo na cidade do porto, existirá sempre uma percentagem que será para sempre sem-abrigo, porque o quer. Vivemos numa sociedade livre e não podemos obrigar ninguém a sair da rua se este alguém não o quiser. Existe uma percentagem da população que não quer sair da rua, seja por problemas psíquicos, ou problemas de adição com o álcool em particular, ou enfim existem circunstâncias pessoais que os transformaram na condição de sem-abrigo e continuarão a sê-lo por mais oferta que exista para essa população.

No entanto a resposta para esta condição é multi-escalar, porque temos desde os indivíduos que querem e até aos que não conseguem sair da rua. Os que precisam de apoios momentâneos ou de emergência, por exemplo albergues, ou o recente reabilitado - Antigo Hospital Joaquim Urbano, até às acções de disponibilização das estações de metro como espaço emergencial para pernoitar. Existem respostas imediatas e emergências, depois é necessário uma resposta estruturada consoante cada indivíduo. No meu ponto de vista, uma das soluções pode passar por várias tipologias habitacionais, como as ilhas ou bairros camarários.

Mas ainda existe uma terceira circunstância, os que são sem-abrigos importados para o município do Porto. Apesar de boa ou má, a resposta que o município do Porto têm perante a condição faz com que os concelhos envolventes “exportem” os seus sem-abrigo para o centro da cidade. Estes concelhos recomendam aos indivíduos a migração para o município do Porto com a permissão de “lá arranjam solução para ti”.

Portanto eu diria que é um fenómeno com várias circunstâncias, e para cada circunstância é necessário uma resposta distinta e individual para cada caso. Desde uma resposta de contacto directo com indivíduos em fase crónica com a distribuição de alimentos, cuidados e roupa. Às respostas emergenciais para indivíduos com pela azares na vida e empurrados para a rua, estas disponibilizam assistência durante 3 ou 4 meses até o cidadão conseguir encontrar forma de se (re)inserir.
Uma população que não se vai conseguir (re)erguer sem algum tipo de ajuda permanente, para estes temos de arranjar tipologias habitacionais, onde apesar de tudo, estejam em segurança. Reparem que para alguma população sem-abrigo, esta encontra-se na condição porque quer ser livre, não digo que toda, pois seria lirismos.

Mas são para estes que se calhar temos de ter cuidado, com a apresentação de soluções habitacionais, no entanto é um assunto que necessita de ser introduzida com cuidado, porque se pegamos num indivíduo e os realojarmos num bairro como o Cerco, onde o indivíduo nunca teve contacto com a comunidade e o espaço, o mais provável é este voltar para a rua no dia seguinte. É um trabalho de filigrana no meu ponto de vista, perceber as circunstâncias particulares do ser humano à nossa frente, o porque do seu estado condicional e quais as soluções que podemos oferecer.

Portanto não estamos só a falar de um número abstracto, são cerca de 1000 famílias em carência habitacional e em condições de habitações em rápida degradação. Estamos a falar de uma matéria que mais uma vez necessita de um trabalho de campo, tal como perceber cada exemplo, que o Sr. José tem um problema com adição de álcool e que não irá sair da rua, ou a Dona Maria com problemas psíquicos onde o município não a pode continuar a internar compulsivamente, vivemos num estado democrático onde os cidadãos tem o direito de ter os seus problemas, não é ilegal ser "louco". Tal como não é ilegal ser sem-abrigo.

Mas por vezes temos de perceber que existem famílias que tem azares na vida, por exemplo uma família de imigrantes que não está integrada na comunidade nacional e necessita de apoio, diria que a diversidade de soluções será o tipo de resposta ao fenómeno da precariedade habitacional.
Alguns passarão por uma resposta ao nível da construção habitacional, no entanto nós não estamos interessados em aumentar muito mais o stock do parque habitacional da cidade do porto, porque já temos uma oferta muito alargada. A anos de luz dos municípios envolventes, achamos que está na altura de dispersar por todo o território metropolitano este esforço de construção social. Resumindo, existe uma percentagem de carência habitacional, não só de indivíduos sem-abrigo, mas também de famílias ou indivíduos que habitam em "barracas" ou casas degradas. Para esses temos a clássica resposta, fogos de habitação social ou outras estruturas do género, para uma comunidade que precisa de apoios momentâneos, como uma caixa de correio e morada para a realização de uma entrevista de emprego.
Portanto não há uma só solução, há várias. Se isto passa tudo pela arquitectura? Diria que não, essa apenas aparece no fim da linha.

E: Sim, a necessidade de compreender formas de atenuação ou de encarar o fenómeno.

Para além do estudo multidisciplinar, onde inserimos o arquitecto como um agente social, o seu trabalho em cooperação com outros agentes, poderá a meu ver, ser uma resposta futura para o fenómeno em crescimento. Em vez do pensamento comum sobre arquitecto, onde existe a falácia de estar no arquitecto a solução para a questão através das suas construções. A casa e a oferta de habitação não pode ser a solução para uma (re)inserção sem o acompanhamento especial de agentes sociais, mais uma vez, a solução não se encontra na construção mas em políticas.

V: Só diagnosticar e encarar o fenómeno através de políticas públicas, não há outra solução no meu ponto de vista. A arquitectura pura é uma das ferramentas, mas existem muitas mais circunstâncias que necessitam de ser cuidadas antes de entrar o papel da arquitectura, sem o pré estar resolvido e controlado, a arquitectura não consegue resolver coisa nenhuma.

Ou seja eu diria que o grande problema destas populações, repito, falando dos sem-abrigo que apenas o são circunstancialmente. Não referindo os indivíduos com problemas de adição ou psíquicos. O maior problema da condição é o sentimento de exclusão da sociedade, esta exclusão passa por não terem um sentimento de função, por exemplo emprego. Portanto a solução para alguns não passa por construir uma casa ou arranjar uma cama num albergue, uma solução física. Passa por, conseguirem voltar a ter um sentido de utilidade própria, por exemplo pagar um quarto, uma habitação, ou emprego, desde modo encontraram novamente um propósito, um sentido de utilidade. Portanto eu diria que não há uma solução, há várias e todas elas precisam de ser impostas, principalmente no domínio caso a caso das 300 pessoas em questão, as que vivem nas ruas da cidade. Ou seja existem cerca de 300 problemas individuais e 300 respostas para a condição em que estes indivíduos vivem.

Finalizando com a questão, o arquitecto não é o salvador do mundo, não podemos continuar a tentar resolver os problemas todos. Pois não temos meios suficientes para o conseguir, a arquitectura não resolve tudo. Neste fenómeno em particular a arquitectura é uma das últimas ferramentas, antes de chegarmos a esta há muito trabalho a ser feito.

FIM.

A evidente degradação física e mental dos indivíduos em condição de sem-abrigo, a incapacidade emocional quando adjacente a contínuos obstáculos - económicos, sociais e familiares - acabam por comprometer certas capacidades psíquicas. A tarefa colossal, mas não por isso impraticável, de reflectir sobre as necessidades básicas para uma vivência e não sobrevivência. Encontrar nas necessidades básicas uma forma de conseguir fornecer, em casos de impossível transitoriedade, um sentimento de segurança, estabilidade e um porto seguro em termos afectivos e emocionais, em vez de perpetuar o elemento caritativo ou o estigma associado à "culpa" ou "escolha" destas pessoas.

59.MUXÍ, Zaida e MONTANER, Josep Maria. "Arquitectura y Política" pág. 193

É urgente intervir, dialogar e redefinir os argumentos redutores por parte da sociedade. Abolir o estigma associado, no qual classificam estes indivíduos como perigosos e não merecedores de uma vida digna em sociedade. O idealismo suposto pela sociedade, com argumentos em relação à condição reduzem-se à "livre escolha" por parte do indivíduo, são falácias de uma sociedade que não pretende compreender a sua realidade material, reduzindo-os e culpabilizando-os, perpetuando a sua condição.

No que diz respeito à relação espaço-tempo, explorou-se a rua como o único e viável espaço habitável. Os lugares vazios e esquecidos da cidade como território de apropriação, a importante escolha do seu espaço seguro como forma de (sobre)vivência. Em certos casos o claro instinto humano de sobrevivência dá forma a uma frágil e efémera estrutura com tendências habitacionais. Estruturas espalhadas pela cidade do Porto, por vezes com características ocultas como forma de prevenir os olhares da sociedade, olhares indesejáveis que conferem um sentimento de inferioridade ao indivíduo.

No entanto não podemos "romantizar" estas estruturas, principalmente como arquitecto e agente social, são estruturas que por muito fascinantes que sejam não conferem um tipo de habitabilidade digna ao indivíduo. A sua prática de auto-construção, perpetua a condição e o fenómeno por anos a fim, não existe condições no seu interior. São abrigos temporários, onde a sua efemeridade é concreta. Não se pode considerar estas estruturas frágeis com a resposta plausível à falta de habitação, que a sociedade contemporânea enfrenta. ´

O papel do arquitecto como um dos vários agentes sociais, corresponde ao desenvolvimento do planeamento urbano e projecto arquitectónico, em conjunto com as políticas sociais, na qual o tema central continua a ser a carência habitacional para os indivíduos e famílias excluídas da cidade.

O trabalho cooperativo dos vários agentes multidisciplinares, é indispensável para negociar um plano individualizado, integrado e adaptado às necessidades concretas de indivíduos e famílias. Estes planos apenas são possíveis quando partem de uma relação com base na confiança entre o agente e o utente. O estudo e implementação de políticas sociais de curto, médio e longo prazo, por parte de agentes sociais com a finalidade de conceber uma possibilidade de futuro com base na vivência e não sobrevivência do ser-humano.

A existência de um fenómeno sem resposta plausível, faz com que esta conclusão permaneça em aberto. Pela sua indeterminação, pretende-se deixar em aberto uma questão a longo prazo.

Numa sociedade cada vez mais evoluída e consciente socialmente, poderia esta pensar no fenómeno num prazo de 30 anos, através de equipas multidisciplinares, a implementação de políticas sociais e a concretização de planos estratégicos municipais, possa ser um processo assertivo para um futuro onde seja possível a atenuação, prevenção, moderação e (re)inserção do indivíduo na sociedade contemporânea?

> "Por tanto, no se trata de excluirlos, ni de convertirlos en héroes, sino de visibilizarlos y reconocerlos como personas concretas, defender sus derechos y construir ciudades y arquitecturas que también piensen en ellos." [59]

Apagamento da cidade. Registo do antigo Bairro do Aleixo, Porto 2019

06. FONTES DE INFORMAÇÃO

PUBLICAÇÕES

ALEXANDER, Christopher; SILVERSTEIN, Murray; “Pattern Language - Towns; Buildings; Construction”, Oxford University Press, 1977

ARTIGAS, Vilanova, “A Função Social do Arquitecto”, São Paulo, Gosacnaify, 2004.

AUGÉ, Marc; “Não-Lugares”, Letra Livre, 1992.

BASTOS, Susana Pereira. “O ESTADO NOVO E OS SEUS VADIOS”, Dom Quixote, 1997

BAUMAN, Zygmunt; “Confiança e Medo na Cidade”, Relógio D’Água, 2005

BOUCHAIN, Patrick; “Construire autrement”, Actes Sud, 2006.

CAETANO, Rita João. ‘REFLEXÃO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL’, FCTUC Arquitectura - Vários, 2008

CASELLI, Cristina Kanya. “100 anos de habitação mínima” pág. 188, 2007

CHOAY, Françoise; “A Regra e o Modelo”, Caleidoscópio, 2010.

CULLEN, Gordon; “Paisagem Urbana”, Edições 70, 1961.

DAVIS, Mike; “Planeta De Ciudades Miseria”, AKAL, 2006

FREY, Pierre; “Learning from vernacular”, Actes Sud, 2010.

GUERRA, Isabel. “As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos “, DINÂMIA’CET-IUL, 2011

HARVEY, David; “Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution” Paperback, 2013

HILL, Jonathan, “Actions in Architecture: Architects and Creative Users”, London/New York: Routledge, 2003.

LEFEBVRE, Henri; “O direito à cidade” Letra Livre, 1968

LEFEBVRE, Henri, “La Production de l’Espace”, Éditions Anthropos, 1974

LERUP, Lars; “Building the Unfinished: Architecture and Human Action”, SAGE Publications, 1977.

LYNCH. Enrique; “Ensayo sobre lo que no se ve”, ABADA, 2020

MARTINS, Ana Lucia; “Livres Acampamentos da Miséria” Obra Aberta, 1993

MÓNICA, Maria Filomena; “Os Pobres”, A Esfera dos Livros, 2016.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida; “Arquitetura e Política”, Português do Brasil, 2014.

MONTEYS, Xavier; “Casa Collage - Un ensayo sobre la arquitectura de la casa” Gustavo Gili, 2001.

MORGADO, Celestino Antunes. “A essência da cidade do conhecimento glocal” pág. 10, 2014

MUXÍ, Zaida e MONTANER, Josep Maria. “Arquitectura y Política”

NORBERG-SCHULZ, Christian; “Arquitectura Ocidental”, Editorial Gustavo Gili, 1973.

PINA, Manuel António; “Como se desenha uma casa”, Assírio e Alvim, 2016.

PLANO DE AÇÃO 2018/2019, NPISA PORTO

PLANO MUNICIPAL, para a pessoa em situação dee sem-abrigo 2019/2023.

PORTAS, Nuno; “A cidade como arquitectura” (pref. Fernando Távora), Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

QUINTAS, Silvia Maria. “A PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E INDIVÍDUOS “SEM-ABRIGO”:Histórias ocultas de uma realidade no Porto” , FPCEUP - Dissertação, 2010

RODRIGUES, Eduardo Vitor. “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, Vol. 20 (2010): Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2017

ROSIER, Martha; “IF YOU LIVED HERE- The City in Art, Theory, and Social Activism.”, New Press, 1998

ROSSI, Aldo, A Arquitectura da Cidade, Lisboa: Cosmos, 2001.

RUDOFSKY, Bernard; “Architecture without architects” , University of New Mexico Press, 1964.

SIZA, Álvaro; “01 Textos”, ed. textos Carlos Campos Morais, Civilização, 2009.

SOEIRO, José; ARAÚJO, Mafalda; FIGUEIREDO, Sofia; “Cuidar de Quem Cuida”, Objectiva, 2020

TASCHENER, Suzana Pasternak e RABINOVICH, Elaine Pedreira; “Modos de morar na rua”, FAU/USP, 1998
TÁVORA, Fernando; “Da Organização do Espaço”, FAUP Publicações, 1999.

VENTURI, Robert; Complexity and Contradiction in Architecture; Published by The Museum of Modern Art, 2014.

VIERZIER, Marina Otero; “Architecture Of Appropriation. On Squatting As Spatial Practice”, Het Nieuwe Instituut, 2019.

WEISMAN, Leslie; “Discrimination by Design: A Feminist Critique of the Man-Made Environment” University of Illinois Press; Reprint edition, 1994

WEBSITES

“Apropriação do efémero” website - https://wateredmarta.portfolio-box.net/aapropria

Urbinat - https://urbinat.eu/

“(Under)Privileged Spaces: On Martha Rosler’s” - https://www.e-flux.com/journal/09/61370/under-privileged-spaces-on-martha-rosler-s-if-you-lived-here-8230/

Candidatura aos “Bairros Saudáveis 2020” - https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=420

VIDEO

“Video Mapping” (2020) - https://www.youtube.com/watch?v=Yu-17Aw18YLc

”S/ Retorno” (2021) - https://www.youtube.com/watch?v=PrtOHJyl-2Hg&t=1s&ab_channel=MartaRegadasMartaRegadas

”Invisibilidade efémera - a apropriação do esquecido” (2017) https://www.youtube.com/watch?v=eUF1LCcnaKI&ab_channel=MartaRegadasMartaRegadas

“Dreaming of a treehouse - the ecological housing project of Frei Otto in Berlin” - https://www.youtube.com/watch?v=xCpmfBWRP-PM&ab_channel=ximageAmsterdam

“A Mitra de Lisboa” - https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-mitra-de-lisboa/

https://hoodmaps.com/porto-neighborhood-map

07. LISTA DE IMAGENS

Figs. A. Ilustração no Jornal "O António Maria", a 6 de janeiro de 1881 - Por Rafael Bordalo Pinheiro

Figs. B. Ilustração "Zé Povinho expulsa João Franco do país" séc. XIX. Disponível em https://soraiasilvaofm16.wordpress.com/2016/11/29/rafael-bordalo-pinheiro-ilustrador-portugues/

Figs. C. "A Mitra" foto de Ana Esquível.

Figs. D. Albergue da Mitra, Lisboa, maio de 1946

Figs. E. "Sophia Loren em Portugal" Póvoa de Varzim em 1956, Fotografia de Agnès Varda.

Figs. F. "Campanha contra o pé descalço" lançada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS) 1927-1965 Disponível em http://www.insa.min-saude.pt/liga-portuguesa-de-profilaxia-social-campanhas-historicas-de-saude-publica/

Figs. G. Bairros da Boa Vista e da Quinta da Calçada em 1960. Disponível em http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html

Figs. H. Bairro das Minhocas em 1938. Fotografia de Eduardo Portugal. Disponível em https://twitter.com/lisboa_antiga/status/936310151094644739

Figs. I. Entrada para o Bairro das Minhocas, junto ao apeadeiro do Rego, em 1938. Fotografia de Eduardo Portugal. Disponível em https://twitter.com/lisboa_antiga/status/936310151094644739

Figs. J. Cartazes Promocionais do CDS para as eleições para a Assmbleia constituinte (1975) Disponível em https://ephemerajpp.com/2012/02/14/eleicoes-para-a-assembleia-constituinte-1975-cds-cartazes-serie-queremos-responder/

Figs. K. Bairros da Boa Vista e da Quinta da Calçada em 1960. Disponível em https://twitter.com/lisboa_antiga/status/936310151094644739

Figs. L. Ilha da Travessa das Antas -1960 -Fotografia de Agostinho Rebelo da Costa. Disponível em https://twitter.com/lisboa_antiga/status/936310151094644739

Figs. M. Amadora -1972 -Fotografia de Alfredo Cunha
Figs. N. Frames do documentário "Índios da Meia-Praia" de António Cunhal Telles

Figs. O, P, Q. - Ilustraçõs de Seth Tobocman "The war against the poor"

Figs. R. Poster "Of affordable Housing, Gentrification & Resistance"

Figs. S. Clayron patterson “Fight Back” 1989

Figs. T, U, V e X. Elementos de “design defensivo” Disponível em https://www.nytimes.com/2019/11/08/nyregion/hostile-architecture-nyc.html

Figs. Z. Frames do video “Archisuit” de Sarah Ross, 2005. Disponivél em https://vimeo.com/15506773

Figs. A1. “Minimal Dwelling” Albrecht Heubner, 1928. Disponivel em https://artisaword.tumblr.com/post/181054221907/albrecht-heubner-1908-1945-minimal-dwelling

Figs. B1. Cabanon de vacances, Le Corbusier - 1951

Figs. C1. Haus am Horn, Georg Muche, Adolf Meyer e Walter Gropius - 1923

Figs. D1. Torre Nakagin, Metabolistas - 1971

Figs. E1. “The plug in city”, Warren Chalk (Archigram) 1964. Disponivel em http://archigram.net/portfolio.html?fbclid=IwAR38YLMmHblfOGp9EQBHfJA7Mymvwt1SwR4cOLnz77_g9kSkROAF70ZGOJs

Figs. F1. Capsúla da Torre Nakagin, Metabolistas - 1971

Figs. G1. “The Homeless Vehicle Project”, Krzysztof Wodiczko -1988

Figs. H1. Planta - “The Homeless Vehicle Project”, Krzysztof Wodiczko - 1988

Figs. I1. “Tiny House”, Van Bo Le-Mentzel - 2012

Figs. J1. “Half House, Full Life” Projecto vencedor do concurso, diponivel em https://www.if-ideasforward.com/a-shelter-for-a-homeless

Figs. K1. Reportagem do Jornal de Noticias - 2017

Figs. L1. Reportagem do Canal Sic Notícias - 2020

Figs. M1. Desenhos projectuais, Arq. Ana Jacinta Reis - 2020

Figs. N1. Lugar da Granja, Arquivo das Águas do Porto - 1908

Figs. O1. Fotografia de Ângelo Lopes e Grace Ribeiro - 2021 https://www.instagram.com/outrosbairros/?hl=pt

08. APÊNCICE

ENTREVISTA NA INTEGRA AO DR. FRANCISCO ANTONIO PINTO, ASSISTENTE SOCIAL NA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

ARQ. Mario Mesquita: Dr. Francisco António Pinto mais conhecido por Chalana, foi reconhecido pela assembleia da república em 2013. Pelos serviços prestados à pátria, foi agraciado com a medalha dos Direitos Humanos. Esta distinção tem uma particularidade interessante: o voto tem de ser unânime. No entanto não aceitou e ainda deixou a medalha na cerimónia.

Chalana: Quando falam da medalha perguntam se ganhei um aumento ou prémios, não ganhei. Mas consegui algo mais importante, visibilidade em campo e capital social, agora sou reconhecido como "o assistente social da medalha", o reconhecimento e reputação por nunca desistir do problema ou luta.

Irei falar de vários assuntos, entre eles o projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada". Com a proximidade do meu instituto à faculdade de Belas Artes conheci bastantes arquitectos, foi ai que aprendi a expressão "fazer cidade". Os arquitectos que a tentam fazer necessitam de uma visão multidisciplinar, multidimensional e abrangente para o conseguir. Portanto fazer cidade é como falava o Prof. Mário Mesquita com os psicólogos, sociólogos, educadores e assistentes sociais é necessário uma comunidade de agentes e não apenas o arquitecto. Apesar de conhecer alguns que pensam assim acredito numa geração de novos arquitectos, os que pensa numa cidade mais abrangente, uma que envolva a comunidade.

Trabalho na Junta de Freguesia de Campanhã, a mais pobre do concelho do Porto, a localidade mais oriental, uma zona situada numa fronteira imaginária da cidade, os meus utentes costumam utilizar a expressão "amanhã eu vou ao Porto tratar do assunto".

Pós a construção da circunvalação aconteceu a um nível psicológico uma força de separação (expulsão) da cidade, como se Campanhã tivesse sido empurrada para um canto, um gesto de segregação e discriminação. Uma acção influente no pensamento em relação ao território oriental, às condições de vida e atitudes sociais.

Sendo este um dos territórios mais pobres da cidade percebemos automaticamente alguns dos seus problemas diagnosticados, estudados e avaliados, como a falta de alojamento, a carência de emprego e a toxicodependência. Costumo até dizer se existissem políticas publicas que resolvessem estes três problemas a freguesia de Campanhã seria magnífica.

Espera-se que daqui a cinco anos seja um dos nossos centros do Porto com os seus novos projectos a renovação do antigo matadouro e o terminal intermodal da estação de Campanhã, infra-estruturas estas importantes no crescimento e evolução da freguesia.

Porém enquanto não temos a ajuda das infra-estruturas estes três problemas continuam a crescer e as ajudas a diminuir.

O problema da toxicodependência, esperaremos conseguir criar uma sala de consumo assistido, uma estrutura ambulatória, foi necessário bastante luta e esforço para conseguir aprovação do ministério. Com a situação do Covid-19 o desemprego disparou, a integração social ficou de pernas para o ar, para os mais vulneráveis foi terrível o que parecia complicado antes, ficou quase impossível agora. O alojamento, em cada dez pessoas que nos procuram oito estão em situações de não conseguir pagar a renda, ordens de despejo por fim de contracto ou em situação de viver na insalubridade (com ratos a comerem as orelhas). Os inúmeros casos de famílias que estão à espera de casa há mais de cinco anos, com pedidos rejeitados pelas câmaras por não corresponder a todos os critérios.

Apesar de toda esta ansiedade, existe um ponto positivo, a força da comunidade e a criação de movimentos/grupos, onde os arquitectos estão presentes e em força. Estes defendem o direito à habitação, onde lutam e defendem que a habitação "não é um favor nem caridade, é um direito", um elemento estruturante para a qualidade de vida de uma família. Numa entrevista ao arquitecto Souto Moura afirma "a casa é o nosso corpo, nossa pele, o nosso prolongamento", a importância da casa e de um tecto.

Contextualizando as última décadas, entre aflições, protestos, reivindicações e lutas as políticas habitações por parte do governo vão sendo sempre alternando consoante o governador. Em 1987 o governo PSD com Aníbal Cavaco Silva como primeiro-ministro insiste na ideia "compra a tua própria casinha", incentivada pela banca, os pedido de empréstimos dispararam até que chega ao "bang" e as pessoas deixaram de conseguir pagar os empréstimos feitos, nascendo assim as famosas hipotecas, problema da habitação resolvido? Não. Após Cavaco Silva é eleito José Socrates, um primeiro-ministro que fez 0, o instituto IHRU responsável pelas estratégias de políticas e reabilitação urbana nada fez durante o seu comando. Podemos ver isso pelos bairros do IHRU se visitar-mos algum podemos perceber que estes estão a rebentar pelas "costuras" sem dinheiro para a sua manutenção. Chegamos a 2011, com o Pedro Passos Coelho, num governo com a troika "à perna", um país em desespero e falido, onde a cartada "não tempos dinheiro" era constantemente usada. Em Novembro de 2015 nasce a "Geringonça", a queda do governo de centro-direita e a união dos partidos de esquerda, numa altura complicada para as comunidades e para a construção civil em Portugal, o estado começa por afirmar que irá "reabilitar e construir". São criados então um conjunto de ferramentas e propostas, como: a alteração da "lei das Rendas" imposta por Assunção Cristas, famosa pelos seus despesos, onde a arquitecta Helena Roseta teve um papel importante na sua anulação; A criação de um ministério da habitação e a eleição do economista Pedro Nuno Santos como presidente, um ministério que não existia até à altura; Um estudo nacional sobre as reais necessidades de habitação. No entanto tudo isto deu em zero. Mas chegamos agora ao período entre troika e o governo actual, onde o fenómeno do turismo e gentrificação, um movimento que ganhou força quando os proprietários de imóveis se aperceberam da excelente oportunidade de ganhar lucro, as rendas passaram então a ser um activo financeiro incrível.

Face isto, não podemos esquecer que as juntas de freguesia, são o poder político mais próximo do cidadão, estes nunca recorrem à câmara nem ao IRU, principalmente a nível de pedidos de habitação. Aqui começa um dos grandes problemas para os assistentes sociais, com o turismo e gentrificação tivemos que perceber como dar apoio a quem perdeu a espaço temporário habitacional, desde arrumadores de carros, prostitutas, toxicodependentes, reclusos e sem-abrigos, despejados das pensões onde viviam. Pensões compradas e reabilitadas, por entidades financeiras sem caras, hoje em dia são hotéis ou Airbnb's. Só na zona do Bonfim eu apoiava cerca de cinco ou seis pensões, os meus utentes acabaram na rua, um desespero total tanto para o assistente social como o cidadão em necessidade. Estes cidadãos acabam com três hipóteses, ocupar casas devolutas, construir "barracos" ou começar a insultar os governantes nas assembleias públicas.

Em 2017 Manuel Pizarro vereador da habitação na câmara do Porto cria o projecto "Casa renovada, vida melhorada", este consistia em ajudar famílias sinalizadas por assistentes sociais na ajuda à criação de conforto, comodidade ou segurança em casas com más condições habitacionais. Normalmente estas famílias não conseguem fazer com que os senhorios as ajudem devido às suas baixas rendas que impossibilitam os senhorios de conseguir pagar arranjos às habitações. Rendas tão baixas que a nível económico é mais rentável o senhorio deixar que a família abandone a casa para alugar esta a um preço de mercado. Em vez de a família ser obrigada a sair este projecto cria uma união entre a câmara municipal e a junta de freguesia, onde uma cede os materiais e a outra a mão de obra, esta união de esforços ajudam o utente a ganhar melhores condições de vida. A sociabilidade e os laços, o sentimento de pertença e a ligação ao território, os utentes neste projecto conseguem ficar na sua casa, onde sempre viveram em vez de serem realojados em bairros numa outra parte da cidade.

Aqui entra uma questão importante, o pensamento popular em relação à criação de condições habitacionais pessoas em condição de pobreza extrema, pois afirma-se que basta ter um bom coração para ajudar os "pobres", que um bom coração aprende a lidar com os seus problemas sociais. Mentira. Parece que para ajudar cidadãos em situação de pobreza não é necessário uma formação para resolver os problemas ou dar assistência, um voluntário é suficiente. Quando estamos doentes precisamos de médicos e técnicos especializados ou morremos, mas para os pobres qualquer pessoa "serve".

Com isto a contratação de um arquitecto, a Jacinta, um dos elementos mais importantes e raros para tipo de projectos. Este elemento por vezes é complicado de fazer intender aos orgãos políticos, pois o primeiro pensamento é sempre em relação ao custo "elevado"de um arquitecto em projectos. Argumentando "se já temos um mestre de obras, para que é necessário um arquitecto?", voltamos mais uma vez à ideia de os pobres não precisarem de muito para (sobre)viverem. Este ponto é fundamental, acabar com a ideia do arquitecto e o pobre não trabalham juntos, que os mais desfavorecidos não tem direito à arquitectura. Este ponto é um dos mais valiosos, um que destaca e diferencia-o de muitos outros.

No entanto o estigma do arquitecto não estar ao alcance de todos está muito presente nas conversas com os utentes, quando um utente nos apresenta um problema habitacional em relação à sua casa e é necessário a visita do arquitecto, este tem por norma uma reacção de receio, dizendo " Não vale a pena Dr. Pinto, não meta arquitectos nisto, não o deixe ver a minha humilde casa.". O arquitecto é visto como ferramenta para ricos, é "chique", chamamos a isto discriminação positiva.(?) O nosso papel aqui é "teimar" com a sua importância, acreditamos que é um direito universal e principalmente um dever em comunidades. Uma ferramenta que deveria estar ao alcance de todos, para nunca ter de viver com falta de condições habitacionais principalmente nunca viver em casas apelidadas como "barracos".

A ideia de que os assistentes sociais estão no terreno e os arquitectos no gabinete, está errada, ambos vão à obra, ao terreno e comunicam com as famílias. O arquitecto ganha assim um contexto e conhecimento das origens familiares, ouve as suas ansias e os seus problemas, um trabalho de cooperação entre a comunidade, o assistente e o arquitecto.

(...)

CASO DO SR. MANUEL FERNANDES

Agora vou contar uma situação de um senhor, onde uma reportagem fotográfica foi a sua sorte, ou azar. Em agosto de 2020 sai na revista visão um artigo expondo a condição de sem-abrigo de um senhor com 63 anos na Rua da constituição. Uma notícia fotografada por Lucília Monteiro, uma das melhores fotógrafas de campo e uma amiga especial, o artigo tinha como titulo "Uma breve história de Manuel Fernandes: Quando a morada oficial é "Debaixo da Ponte"".

A reportagem aconteceu apenas porque Lucília criou uma relação de amizade e afeto com o Sr. Manuel, costumo dizer "quem não consegue conquistar o afeto não chega a lado nenhum, seja na intervenção social, na política, seja onde for". Foi necessário a criação de uma amizade, para a repórter ganhar coragem em convidar o Sr. Manuel a participar numa entrevista, algo a que este responde com bastante espanto "a mim menina? Nestas condições de vida?". A entrevista sai no inicio de agosto, em poucos dias aparece no local o canal televisivo SIC e faz uma reportagem especial sobre o caso "Uma vida e uma cabana", mas o mais impressionante foi a visita do presidente da república Marcelo Rebelo de Sousa ao local dias depois da reportagem televisiva sair.

Com isto tudo, o que poderia ter acontecer a esta estrutura e ao Sr. Manuel com tanto mediatismo?

Existem várias respostas a ter em conta mas o mais recorrente nestes casos é o possível despejo. Um problema que encontramos quando estas pessoas ganham visibilidade é a perda de segurança, pois em muitos casos a polícia aparece e evacua o local. Um assunto que requer estudo e análise, pois pode ter um efeito contrário ao pretendido. Porém as reportagens tanto fotográfica como televisiva tiveram um efeito mediático positivo.

Aqui entro eu, certo dia recebo um telefonema da repórter Maria José Mendes a explicar o caso e como sentia que eu era a única pessoa que conseguiria ajudar. Após uma investigação e análise ao caso, começa o trabalho de campo, a procura pelo Sr. Manuel Fernandes. No local este mesmo tendo uma certa aversão a assistentes sociais o concorda em falar comigo, no tom bastante negativo " meu caro Chalana, políticos não valem a pena são todos iguais, assistentes sociais estou traumatizado e jornalistas já estiveram cá, não sei o que vêm cá fazer, não perca tempo." Logo com a primeira conversa uma conexão foi estabelecida através de saber ouvir e de criar confiança, no fim do dia já me dizia " você é o único que me consegue tirar de aqui".

O próximo passo foi entrar em contacto com todas as assistentes sociais que já ajudaram, ou tentaram ajudar, o utente e saber um pouco da sua situação, mas principalmente perceber as causas do seu atual estado. Todas as assistentes que trabalharam com ele adjectivavam o Sr. Manuel de complicado e agressivo, o estigma de ser um ex-recluso por vezes é muito complicado. Depois de discursos como "este senhor não quer um quarto nem aceita ir para um albergue" ou " ele não sabe aproveitar oportunidades", discursos com pouco senso comum.

Aqui começa a luta da reintegração, de um cidadão que vivia à margem da sociedade, e a procura por uma habitação. Na câmara o pedido de habitação feito pelo Sr. Manuel tinha sido recusado, o que tornava o caso ainda mais complicado, foi necessário então encontrar uma casa vazia onde o senhorio autoriza-se uma reabilitação. Encontramos uma pequena casa em Campanhã, , um antigo anexo em que apenas as paredes se aproveitavam, era necessário obras e bastantes. Aqui entra a ajuda da Mota-engil, uma das maiores empresas de construção civil portuguesas, já conhecida por ajudar casos semelhantes, bastou uma chamada ao CEO da fundação Dr. Rui Pedroto, para a empresa se prontificar a ajudar devido à emergência e desespero. A visita ao local foi agendada em pouco tempo, nela aparece o CEO da empresa e mais 5 engenheiros prontos a ajudar, um episódio único.

(...)

Um acontecimento bastante recorrente na obra foi o estigma, as expressões "um sem-abrigo devia aceitar o que recebe" ou "pobre e mal agradecido" foram recorrentes, principalmente quando na obra o Sr. Manuel verbalizava um desejo ou pedido. A ida do arquitecto às obras com o Sr.Manuel fez com que se apercebessem que ele era cliente um cliente como todos os outros, o arquitecto ao verbalizar e perguntar diretamente ao Sr. Manuel as suas ideias e o que gostaria de ter, fez com que este estigma fosse dissuadindo. O problema que muitas vezes acontece em outros projectos, as perguntas que raramente são feitas a estes cidadãos "qual é a sua opinião?".

A outro aspecto interessante nesta coligação entre o arquitecto e o assistente social foi o planeamento do futuro do caso. Estamos habituados que o arquitecto desapareça após a criação da habitação, mas aqui ele continua connosco, ele teve um papel importante no planeamento social. As perguntas do pós construção, "terá reforma? Meios de transporte? Qual o seu novo centro de saúde?", o objectivo desta união não pretende ser apenas a apresentação de um produto final, mas sim, criar qualidade de vida. A palavra planeamento, que meios e recursos temos, como os vamos gastar, como vamos investir num espaço privado mas também no público e o que estes recursos irão trazer à sua nova etapa de vida?

Todos sabemos como o espaço altera a vida de uma pessoa e é isso que queremos fazer com o Sr. Manuel. A sua nova etapa de vida deste o momento que entrar na sua nova casa, num lar digno, um espaço que irá condicionar as suas futuras atitudes.

(...)

Chegamos assim às conclusões do projecto "casa renovada, vida melhorada" primeiro a confusão entre as condições de habitablidade e a condição de pobreza. Há uma relação directa entre o tecto, a condição de pobreza e a exclusão social ou seja a comodidade, saúde, segurança mas também o estigma. O sentimento de fracasso e as populares expressões "diz me onde moras e direi-te quem és" ou "o centro é para os ricos", a falta de capital para compor as suas casas e a necessidade de pedir ajuda, faz com que um sentimento de repulsa e inferioridade absorva estes cidadãos, o estigma magoa e é das coisas que mais humilha um ser humano. O estigma faz com que estes cidadãos acabem muitas vezes sem confiar no poder político (e porque haveriam?), a pensar que as obras foram por caridade ou em troca de favores e não por direito.

Apesar de tudo, num projecto destes não podia faltar obstáculos, a falta de disponibilidade dos senhorios para as obras existiram, o senhorio tem de as autorizar. O facto de as rendas serem um valor tão baixo faz com que estes proprietários sejam mais problemáticos em vez de prestarem auxílio. Quando fazemos estas obras temos sempre uma garantia, após a sua conclusão o senhorio não pode tirar ninguém da habitação, para não existir acontecimentos como uma casa renovada para alugar a um preço do mercado. É então feito um acordo com os senhorios onde o dinheiro investido pela junta de freguesia é para ajuda o inclino e não o proprietário. Onde duas regras são acordadas, a primeira é a impossibilidade de um despejo e a segunda a obrigação da renovação de um contracto até 6 anos no mínimo.

Segundo ponto, o obstáculo são os herdeiros, a divisão de uma casa entre vários herdeiros muitas vezes é um obstáculo, se todos os proprietários não concordarem existe uma possibilidade de nunca

chegar a existir um acordo entre todas as partes e a família acaba sem as obras.

Terceiro ponto, a falta de mão de obra e a dificuldade do seu recrutamento. A junta de freguesia não têm recursos para contactar trabalhadores a 900€ por mês para o projecto. A nossa única hipótese é o IEFP, tentamos encontrar trabalhadores beneficiários do contracto social de reinserção, no entanto acabamos sempre por ser recebidos "nenhum trolha nesta fase de vida e do pais está desempregado", devido à alta procura de mão de obra na construção civil. Quando conseguimos trabalhadores, normalmente sem grande experiência, tentamos sempre arranjar formação no entanto o problema neste tipo de contratos é que após os 12 meses os trabalhos acabam por ir trabalhar para grande obras e todo o processo acaba por se repetir.

Quarto ponto, a burocracia da câmara na disponibilidade de materiais. A má organização, lentidão e a falta de materiais por vezes é um dos grandes obstáculos na iniciação de uma obra. Por vezes a junta acaba por ter de comprar os materiais e quando os novos chegam estes acabam a ser utilizamos num novo projecto, assim sucessivamente.

Quinto ponto o perigo da desorçamentação, o cuidado extremo com os orçamentos e os seus furos, uma ajuda importante do arquitecto pois conhece melhor estes perigos e como os solucionar.

Sexto ponto, a dificuldade da escola e integração dos novos inquilinos, a problemática da aceitação, desconfiança e "inveja" em relação aos novos vizinhos, as afirmações maldosas "eles têm direito a uma casa nova e eu não?". O estigma dos moradores em relação ao novo inclino e as questões que levantam sobre o seu passado, "já sabemos que não deve ser boa gente, se fosse tinha casa sem ajudas". Um ponto onde mais uma vez o arquitecto e o assistente social precisam de trabalhar em conjunto para conseguir integrar a nova família e explicar a situação aos antigos moradores.

Sétimo e último ponto não podemos esquecer que este projecto levanta bastantes esperanças, um projecto é um esforço comum entre a multidisciplinaridade entre o arquitecto e o agente social, um programa exemplar para mostrar Campanhã ao mundo.

Para mim existe sempre uma geração de arquitectos que apesar de quererem ter qualidade de vida e conforto financeiro são incapazes de não reflectir sobre a sua profissão de arquitecto a um nível social, teórico ou politico. Uma geração que pensará se está ou não a cumprir o seu dever social como arquitecto. A diferença entre ser um ser vulgar e um especial é a disponibilidade de um oferecer o seu potencial, conhecimento, formação, militância, dedicação e a sua alegria de viver à disponibilidade dos outros.

PERGUNTAS:

Marta: Há cerca de um mês atrás descobri o viaduto do Sr. Manuel Fernandes, infelizmente não o encontrei no local, mas algo me marcou nessa visita, um elemento que nunca tinha encontrado em mais nenhuma estrutura, uma caixa do correio. Um pequeno pormenor fascinante e único. Interligando este elemento ao assunto dos antigos assistentes sociais do Sr. Manuel dizerem que este não aceitava nada, pergunto-me como ninguém percebeu o seu pedido de ajuda, claramente a sua caixa do correio era uma tentativa de ter um pouco de dignidade naquela estrutura a que chamava "casa". Comparando a "habitação" do Sr. Manuel com outras que vou encontrando pelo Porto, o facto de existir um nome, número de telemóvel e caixa do correio quebra uma barreira da sociabilidade, aqui o sujeito está a apresentar-se e dar a conhecer enquanto em muitos outros casos o que nos recebe é um sentimento de intrusão constante. No seu caso, claramente percebeu os pequenos elementos de ajuda que o Sr. Manuel espalhava pela sua "casa" mas fica agora a minha questão, e depois? O que acontece depois de "dar" uma casa a este cidadão, irá o Sr. Manuel ter apoios, trabalho, sustento ou um planeamento de reintegração na sociedade?

Resposta: Uma pergunta pertinente, o próprio Sr. Manuel também a fez. Este processo reintegração passará por ele começar a ser meu utente, serei eu o seu assistente social e com quem tratará de todos os seus assuntos. Terá novas responsabilidades, algumas que foram esquecidas, como por exemplo pagar as despesas (água, luz e renda). Com a ganha vem um terreno, lá fará a sua horta e assim terá algo com que se ocupar e crescer uma parta da sua alimentação. A participação numa dinâmica social e cultural, a Adega, um projecto da associação PELE numa candidatura ao projecto "Bairros saudáveis". O papel do Sr. Manuel será de ajudar nas dinâmicas culturais do projecto realizadas dentro da adega, será um dos ajudantes que cuidará do espaço e dará apoio em eventos. O "e depois" ficará a meu cargo assim por dizer, como cuidador o meu papel é conseguir que estes três pontos o ajudem numa reinserção à sociedade.

Marta: Outra pergunta, as pessoas em condição de sem-abrigo era mais "invisível" ou ignoradas pela sociedade antes do aparecimento do vírus covid-19, mas com a pandemia e o confinamento obrigatório estas pessoas foram as que mais expostas, foram elas que na rua permaneceram então nós nos protegemos dentro de casa. Como é que funcionaram as ajudas no inicio e durante o primeiro confinamento?

Chalana: Pessimamente.

Marta: Um exemplo do meu confinamento foi lidar diariamente com uma pessoa em condição de sem-abrigo mesmo em frente à minha janela do quarto, aprendi as suas rotinas e os seus horários, até ao dia que desapareceu. A pergunta automática foi "estará vivo? estará bem? Onde andará ele?", uma preocupação por alguém que nem sequer sabia o nome. Percebi mais tarde que ele se tinha mudado para a zona oeste da rua Gonçalo Cristóvão, precisamente no novo ponto alimentar que se tinha implementado naquela rua durante o confinamento. A "inauguração" deste novo ponto apenas aconteceu algumas semanas pós o inicio do primeiro confinamento, aqui fica a questão, como é que funcionaram estes apoios? Estiveram parados durante quanto tempo? Cresceram ou foram inaugurados novos pontos de ajuda? O que irá acontecer se um confinamento for implementado?

Chalana: Sobre o covid, a intervenção social deste pais é muito difícil, muito dura. Antes da pandemia com a ajuda da "geringonça" existia uma ideia que o pais estavam a "ficar bem". Pensávamos que tudo estava a melhorar pós-troika, a economia estava a crescer mas na verdade poucos têm noção que aquilo que estava mau ficou péssimo.

Com isto o funcionamento dos serviços públicos pioraram, o serviço ao público fechou e apenas conseguimos contactar via telefónica ou internet, algo que as pessoas em condição de sem-abrigo não tem acesso.

Depois a resposta do estado, "vamos garantir emprego e criar mais condições", o que aconteceu? Zero. Os recursos que tínhamos não mudaram nem foram reforçados, se antes demorava horas a ser atendido num atendimento ao público agora provavelmente são dias. A proposta do apoio alimentar foi recordado mas e o resto a habitação, falta de emprego e condições de vida?

Sem esquecer a questão do esgotamento dos técnicos, tanto de saúde como os de apoio social, pois foram estes que durante uma pandemia andaram de porta em porta à procura de refeições e dormidas para pessoas em condição de sem-abrigo poderem permanecer em segurança. Mas o esgotamento técnico foi real, o medo de ficar doente e a pressão dos utentes foi um momento pesado. As atitudes dos utentes mudaram, a agressividade do desespero, o pensamento "já não tenho nada a perder". Um ambiente pesado que caiu em cima de muitos assistentes sociais, o complicado problema de não conseguir explicar de quem era a culpa.

A cultura da pobreza é complicada, precisamos de aprender a lidar com ela, saber ouvir o seu "e eu?" mesmo quando já não tens mais recursos ou forças para ajudar.

Mário Mesquita: Penso apenas conhecer duas a três pessoas que fazem com que eu fique calado, este senhor é uma delas. Existe um sentimento de respeito pela simples razão em que este discurso ou conversa não seria o mesmo se não tivesse sido feito por uma pessoa que chama as histórias pelos nomes, cada história tinha uma pessoa real por de trás. São 23 anos de trabalho que deram bastantes frutos, conquistas e principalmente lutas.

FIM

ENTREVISTA NA INTEGRA COM FERNANDO PIMENTA, INVESTIGADOR E ARQ. NO PROJECTO BAIRROS SAUDÁVEIS:

Fernando Pimenta: As primeiras impressões da zona e realmente a primeira vez que lá fui, foi com o arq. Mário Mesquita num contexto de ptri, nos primeiros anos. Já na altura fiquei preocupada, pelo grande vale com algumas partes melhor ensolaradas que outras. Onde vemos pouca gente, quando por lá andamos, no entanto ficando tempo suficiente percebemos que cada casa tem o sue habitante. Uma população envelhecida, vivem sozinhos ou com cônjuges. A segunda vez também foi com o Mário neste contexto, lá está a impressão com que logo fiquei é que aquele território é esquecido, que padece de muita falta de atenção política e infrastuturação. Em paralelo é um espaço altamente arbonizado com matas de florotocne, Carvalhos e sobreiros, mata ribeirinha, com zonas de hortas da população da granja e arredores. Mesmo ali na fronteira com Gondomar é interessante que partir do momento em que passamos essa fronteira, para gondomar, não só as condições de urbanidade mas também por exemplo a nível de densidade populacional e urbana, também como a flora alteram totalmente, passamos a ter eucaliptais, grandes grupos de vivendas e prédios construídos. E voltamos a ter transportes, por exemplo, uma coisa que acaba no bairro do Lagarteiro.

Entrevistador: Só existe um autocarro para a zona, certo? Principalmente apenas um que entra pelo Bairro.

F. P. : Sim, vai até ao bairro do Lagarteiro e depois há perto um serviço de transportes de Gondomar, que acaba na zona mas mais distanciado. Não há é nenhum tipo de serviço de transportes que cruze este vale, onde fica a granja.

E : Um dos primeiros problemas podemos logo dizer que é a falta de transportes e a dificuldade em chegar à zona. A meu ver é um dos elementos a ser estudado neste plano estratégico da zona. Por muito complicado que seja trazer os transportes para uma zona, é um dos elementos fundamentais de dinamismo de zonas.

F. P. : Pensar no sentido de intervenção de um território é necessário ter cuidado porque normalmente corre mal.

E : A meu ver, se estes planos de intervenção não foram feitos com as comunidade, acaba por ser estratégicas utópicas e por isso é que para mim correm mal.

F. P. : É difícil principalmente porque há questões que são difíceis de contornar, por exemplo nas lógicas de fundamento do estado em que vivemos e questões por exemplo direito à propriedade. Por exemplo é muito fácil quando a realidade ou o vinculo das pessoas através de arrendamento que dinamizando a zona, as rendas subam e as pessoas acabem a ser forçadas a sair. Outro grande problema é que

quase todos os programas governamentais, sejam de poder local ou central, que se intitulem de apoio à habitação não resolvem este problema e o melhor que se consegue neste tipo de programas infelizmente. O que acabamos por conseguir com estes programas são tempos limitados em que se garante condições de habitablidade e de acesso à habitação das pessoas que vivem na casa intervencionada, por exemplo 5 anos o que é muito pouco. Portanto desde já estas são as grandes dificuldades quando se pensa em políticas de habitação, pelo menos conforme as que temos visto nos últimos 10 a 20 anos em Portugal. Por isso é que é muito complicado intervir neste tipo de territórios.
Se me perguntarei se é necessário uma rede de transportes que passe na granja? Concordo. Mas é sempre preciso cruzar o que são as melhorias de território com as garantias de que a comunidade se pode manter no local a viver.

Entrevistador: Posso dar o exemplo da cadeira de Projecto e urbanismo V do ano passado, orientado pelo professor Mario mesquita, onde a nossa principal mensagem partia de conhecer a comunidade e as organizações para conseguir trazer condições de habitablidade. O objecto principal é manter as pessoas no território sem esquecer que é necessário trazer condições para estas pessoas. Pegando no exemplo da comunidade da Granja, a falta de condições é um dos problemas principal, falta desde transportes até espaços de sociabilização. Apesar de perceber o teu questionamento de ter cuidado com o tipo de intervenção, porque podemos a acabar por gentrificar um território ao dar "demasiados bens". No entanto a meu ver a exlusão daquele território em relação à cidade e redondezas é tão grande que não há outra maneira se não fazer um plano estratégico para um futuro, ou o território irá sempre acabar no esquecimento.

(...)

Achei interessante quando falas da diferença entre a zona da Granja e Gondomar, sobre a barreira urbanista e social. Pensas que o facto da Granja ser um território esquecido, terá algo haver com a sua proximidade com o Bairro do Lagarteiro?

F. P. : Para mim, a zona já é esquecida há mais tempo quanto o tempo de vida do bairro. Aliás penso que este contraste que existe com Gondomar, é um contraste fruto da condição satélite que a Granja tem já em relação a Azevedo, que já é quase em si satélite de Campanhã. Um satélite de um satélite de outro satélite. Para além disso aquela zona onde começa Gondomar é uma zona que o seu urbanismo e habitação é dos anos 90, portanto antes disso aquela zona provavelmente seria também semelhante ao território que a Granja é. Agora o que talvez possamos considerar é que a qualidade da flora da Granja tem que ver com a permanência do uso agrícola do solo, isto por exemplo tem haver que a permanência do uso agrícola solo, principalmente na zona ribeirinha, o que está altamente anexado a um congelamento das condições de vida das pessoas, de facto de não poderem dispensar o auto cultivo para conseguir fazer a sua vida. Lá está, acho que isto também poderá explicar o porque de apesar de tudo a Granja em termos paisagísticos está bem conservada e bem cuidada, porque realmente tem uso e utilidade.
Agora em relação ao plano ZIP, eu acho importantíssimo não deixarmos de desenhar e pensar o território e ser sugestivos independentemente dos perigos dos meandros e das estratégias de aplicação e dos sistemas políticos, digamos assim, que rodeia preços e todos estes assuntos. O que é preciso é sempre um sentido de estratégia, de como de alguma forma fazer com que um poder local embarque no nosso interesse, que é o interesse da população, e não outro tipo de interesses económicos. Importante também para este tipo de intervenções fazer o máximo possível para ter a população do novo lado, talvez até um dos elementos mais importantes, já é tudo tão facilmente nefasto que se não tivermos as pessoas do lado é que não irá haver hipótese. Apesar de tudo a população é uma força que podemos ter para ancorar reivindicações mais fortes ou projectos mais eficazes e que se concretizem mais facilmente.

E : Sim, a população é um dos elementos mais fortes para conseguir dinamizar as zonas. Muitas vezes somos nós como extraterrestres e com as nossas ideias já pré-feitas que trazemos problemas que para estas comunidades não existem.

Arq. Mário Mesquita: Acrescentando alguns elementos sobre a Granja, partilho um fotografia de 1908. Esta fotografia é interessante pois iremos ter noção que as diferenças serão poucas.

Este é o caminho que irá dar a São Pedro. Uma fotografia de 1908, significa que este monte do lado esquerdo já estava a ser altamente arborizado portanto é um crescimento autónomo, não foi plantado pela população. Uma fotografia fornecida pelo arquivo das águas do porto, temos aqui um caminho

com várias letras que significa a localização das fontes, nascentes e regadas.
Este caminho existe, é o caminho que faz ligação entre o sitio da casa do Sr. Manuel e o extremo oposto, entre a Granja e S.Pedro de Campanhã. Na parte de baixo, mais na zona esquerda temos o rio torto e depois na parte direita o monte do forte, ou seja isto é tudo uma vereda que sobe bastante e termina numa capela. Nesta fotografia percebemos o uso deste caminho há 113, encontramos os estendal, um coradouro, ovelhas, uma plantação de milho e em especial um conjunto de mulheres e crianças, tudo em torno desta zona de águas. Agora nos perguntamos o que esta zona têm de particular, percebemos que é uma espécie de reserva natural dentro de um espaço natural. É assim, quantas pessoas vivem nesta zona actualmente? Cerca de 30 ou 40? Será muito. Não sei se este espaço é das pessoas ou um espaço para as pessoas. Não sei se no âmbito como zona de intervenção prioritária não devíamos olhar para o espaço como uma zona natural, como um refugio natural, uma espécie de enclave entre o porto e Gondomar, com uma autonomia muito própria, como uma espécie de um parque natural. Como se estivéssemos a intervir num parque e se não devíamos proceder a um processo de re-naturalização da paisagem. Ou seja trazer para as pessoas que aqui vivem, habitantes que já se encontram com uma certa idade, onde o tempo as vai levando, e se calhar interessa trazer para aqui outro tipo de pessoas. Ou então não trazer ninguém, pura e simplesmente deixar o território como uma memória de um passado que é igual ao presente.

Este território dentro daquilo que é a área da cidade do porto, foi dos poucos territórios que durante cerca de 120 anos não mudou, ao contrário do resto da cidade. Por isso eu não sei, percebendo a expressão do Fernando acerca da zona "um satélite de satélite de outro satélite", eu acho que é mais do que isso, indo às profundezas daquilo que é um dos espaços mais naturais da cidade do Porto, talvez valesse a pena preservar a singularidade deste espaço, como um espaço verdadeiramente natural. É um espaço esquisito, porque foi um espaço que durante muitos anos não teve dono em termos administrativos, pertenceu a Gondomar e depois ao Porto. Mais tarde durante 3 anos na transição entre o século 19 e o século 20 constituiu-se como concelho autónomo, um facto bastante engraçado, concelho de Campanhã constitui-se autónomo e depois foi absorvido mais tarde pelo concelho do Porto. Devido ao traçado com a circunvalação, com a criação dos vários bairros, foram-se construindo várias muralhas e estes espaço foi ficando por tratar.

Este espaço é equivalente a outro mais a norte chamado "Águas Ferreas", e que fica na zona das Areias, na transição para Campanhã a seguir ao parque oriental, são dois espaços que ladeiam o rio torno e nos dão um ar melancólico, um ar do passado, desse ar de espaço que foi muito pouco alterado pelo homem ao longo do tempo.

F. P. : Uma questão que seria interessante descobrir é se existe coincidência ou não, entre quem cultiva estas hortas que existem hoje e os habitantes da granja. Porque talvez não sejam os habitantes da Granja que as cultivam, seria importante então descobrir.

E : A meu ver a melhor estratégia seria re-naturalizar o existente deixar a flora e este "parque natural", no entanto não esquecer de trazer condições para trazer habitablidade a quem aqui vive. O esquecimento é um elemento por vezes negativo, e aquilo que percebemos nesta zona é que o esquecimento trouxe falta de condições.

F. P. : Pois, mas uma coisa que acho sempre importante não esquecer é naturalizando ou não, é importante que a terra, os espaços de cultivo, sejam utilizados por quem aqui habita, ou nos seus arredores. E que a terra tenha significado e economicamente até, para quem ali vive, que se calhar não pode dispensar do auto cultivo, até porque o tratamento agrícola da terra também é importante para a manutenção sustentável daquele eco-sistema, mesmo em estratégia de re-naturalização, é importante o uso agrícola daqueles prados ribeirinhos.

E : Sim, tendo em conta os lençóis de água da zona, seria pouco inteligente não apostar em campos agrícolas, por exemplo comunitários. Por exemplo, no caso do Sr.Manuel um os seus primeiros questionamentos após a mudança foi saber quando é que podia começar a cultivar na sua horta, percebemos desde o inicio que os habitantes locais sabem a riqueza do solo.

M.M. : Uma coisa que conseguimos perceber por estas fotografias de há 100 anos atrás é que efectivamente estas zonas que pertenciam à parte oriental de Campanhã e Porto, eram zonas bastante populosas, quase como uma miniatura de relação entre o centro, as zonas mais urbanas, e as zonas mais periféricas da cidade. O porto tem essa característica, é que consegue misturar as suas coisas, nós temos ruralidade

no meio da urbanidade. Mas esta ruralidade em determinados sítios como na Granja, está perdida, porque apesar de ser um espaço natural, é quase tudo mata, ou seja esquecimento. São silvas que é sinónimo de descontrolo, e as pessoas foram desaparecendo. A partir da análise do Fernando conseguimos perceber que em cada conjunto de 4 casas há 3 casas devolutas, e por vezes uma ou duas estão em processo de acelerado de ruína. Por isso significa que temos um decréscimo de 75% na ocupação daquele espaço, por isso quando dizemos, vamos trabalhar com as comunidades, que comunidades estamos a falar? As que existem ou as que queremos que residam o espaço? Podemos transformar a zona num bairro "cool"? Em que exista uma vaga de artistas do Porto que ocupem a zona e façam os seus ateliers? Ou queremos que seja uma zona onde as pessoas tenham a capacidade de desfrutar a natureza a custos baixos?

Os terrenos ali são bastante baratos, é uma hipótese de criar programas de habitação municipal, a custos controlados. Exatamente porque não temos o problema dos custos do terreno.

F. P. : Agora antes de trabalhar com a população que por ventura para lá possa ir é essencial trabalhar com a população que já lá esteja. Por poucos que sejam, são incontornáveis. Só ali na zona da intervenção, estamos a falar de cerca de 4 a 5 pessoas que são afectadas diretamente porque estão dentro dos limites cadastrais da intervenção, fora desses muros ainda teremos mais pessoas. Provavelmente total da Granja estará por volta de 15 pessoas.

M.M. : Vou lançar uma provocação, a questão do Sr.Manuel Fernandes é bastante particular, porque pegamos num cidadão em condição de sem-abrigo e fomos recolocado no "cu de judas". Completamente descentrado, sem acessos e ligação, um contraste com o seu espaço passado, pegamos no cidadão e empurramos para viver naquela zona. Sabendo que existiu uma resistência inicial, será que agora podemos recolher em meia dúzia de cidadãos nesta condição e conceder ali habitações? Não estaremos nós também a contribuir para a guettizar daquele espaço?

E : O problema é que conceder habitação não é a resposta para o problema. Um documentário muito interessante, sobre uma zona em Los Angels onde "tentaram" fazer esta provocação, chamado "Skid Row, Explained", nele explica o fenómeno de migração do inicio do século 19 dentro dos Estados Unidos e as suas consequências. Na procura de trabalho muita gente se mudou para Los Angeles e com isto a sobrelotação, dando origem à falta de trabalho e habitação, criando assim um dos guetos de Los Angeles. Décadas mais tarde a zona continua com o mesmo problema, hoje em dia é altamente policiada, as fronteiras invisíveis criadas pelos poderes locais são usadas para conter dentro deste bairro os cidadãos excluídos da sociedade.

Claro que o lugar da Granja nunca iria acabar como este distrito americano, no entanto se empurrássemos estas pessoas sem qualquer tipo de apoio e cuidado a nível psicológico, poderíamos acabar com um problema grave nas mãos. Acabaríamos a fazer o mesmo que os poderes locais actualmente fazem, empurrar e esconder o problema para as periferias.

M.M. : Não estaríamos nós a correr o risco de adoptar as mesmas medidas que o Estado Nova adoptou na década de 50 e 60, quando retirou as pessoas mais pobres do centro da cidade? Colocando-as a viver nos bairros periféricos como o Cerco, Falcão, Campanhã ou até São João de deus. Embora noutros tempos, não será esta a mesma tentação?

E : Por muito que não queira criticar a zona escolhida para a habitação do Sr.Manuel, não posso deixar de pensar que por exemplo um dos ideais do projecto SAAL era não tirar as pessoas da zona onde viviam. Dar condições sem as realocar. E uma das criticas a que não posso fechar os olhos no caso do Sr.Manuel foi o seu realojamento numa zona à qual nunca pertenceu. Que por muito que agora esteja à vontade e que diga que gosta da zona porque lhe faz lembrar a sua cidade natal, no inicio foi complicado. Sair de uma zona central como a Rua da Constituição, onde tinha tudo o que necessitava à mão para uma zona periférica, sim a Junta oferece o passe de transportes públicos mas todos sabemos que a nível de transportes a zona carece imenso. Por muito critica que não queira ser não nos podemos esquecer que vivemos num mundo de migalhas.

Mas voltando ao documentário, conseguimos perceber por este mapa as barreiras e fronteiras criadas pelo medo, no caso da zona de Skid Row. Não sei se poderemos caracterizar a zona como um gueto mas sim uma zona de excluídos, rodeado por distritos como das artes, moda e até o bairro da tecnologia, mas nenhum se intersecta ou tenta criar ligação com o Skid Row.

M.M. : Não será isto voltar outra vez às lógicas de zonamento? A questão fica no porque de não existir intersecção entre os vários distritos, zonas tão bem geometricamente definidas e fronteiras intensas. Porque é que por exemplo o distrito das artes não se interliga com o Skid row e o Flower district?

E : No documentário explicam como as fronteiras não são atravessadas com base no medo e insegurança. Através da geometrização da zona, luz e policiamento. Podemos perceber que até os candeeiros de rua foram substituídos por holofotes utilizados nas prisões, com uma luz forte e desconfortável. Até a maneira como bairro foi desenhado, a sua geometrização com estes ângulos estranhos, tornando assim complicado a interligação entre as comunidades envolventes que nem sequer tentam atravessar o distrito. A arquitectura do medo.

M.M. : Existem barreiras no território, em vez de existirem fusões existe fronteiras e estas criam bairros. Aliás tenho duvida que as comunidades próximas de Skid Row atravessem o espaço. Por exemplo, algo que funcionou bem no Bairro do Lagarteiro foi o atravessamento do autocarro, até aquela altura o Lagarteiro era um gueto e com este dinamismo do atravessamento, este sentimento de gueto foi diminuindo. Apesar de tudo, por muito "invisível" isto mudou bastante as dinâmicas do bairro. E voltando à zona da grande, acho que seria interessante conseguir com que um transporte pequeno fizesse esse vai-vem e criando assim uma atravessamento do território.

F. P. : Voltando ao assunto do Sr.Manuel e a zona da nova habitação. Eu percebo com certeza as questões de "Se ele vivia, entre aspas, na constituição porque é que o foram colocar numa nova zona" mas acho que a questão também é não esquecer que tudo o que é assunto referente a políticas de habitação, estamos a falar de migalhas e quase caridade. É extremamente difícil fazer sequer o que seja neste tipo de processos, se me perguntarem se ele devia ter ficado na Constituição, sim como é obvio, mas talvez agora a questão seria de resolver a situação dos sem-abrigo, que não passa apenas por habitação mas sim por emprego também. E nomeadamente um emprego que permita a habitação, porque emprego traz autonomia. Neste sentido, e achando altamente inóspito, se a Granja fosse repopularizada por população sem-abrigo, pós fase de re-inserção não acho necessariamente mau. Principalmente se este processo significasse que estas pessoas ganhassem condições de vida e que deixassem de facto de ser sem-abrigo, não só a nível habitacional mas também economicamente.

M.M. : Mas a questão é a seguinte, será que a estrategicamente o lugar da Granja interessa ser repovoado? Eu tenho muitas dúvidas.

F.P. : Também não sei, sinceramente. Mas também acho que o lugar para sobreviver em termos até simbólicos, paisagem e utilidade do território para as pessoas, é necessário ter um mínimo de densidade populacional e de dinâmicas e vínculos sociais. Apesar de tudo, as pessoas trarão não só dinâmicas sociais mas também relações de intercâmbio e se calhar algum tipo de comércio, são elementos que fazem diferença na qualidade de quem quer que lá viva.

M.M. : Isso é uma lógica qualitativa muito mais interessante, porque é assim eu diria que aqui o importante é dar condições de vida a quem lá vive. Portanto vamos reabilitar aquela comunidade no sentido de dar condições às casas. Casas centenárias ou casas em processos de clandestinidade. E por outro lado criar uma rota de transportes, estruturas básicas, zonas de reunião, espaços de convívio e sociabilidade. Uma intervenção na Granja a uma escala mais pequena quase como se fosse uma "aldeia".

F. P. : Concordo totalmente. Um plano ZIP, um plano de estratégia de políticas de habitação e territorial passa pela proposta desse tipo de equipamentos. Mas sobre a qualidade das habitações, a precariedade habitacional ou melhor a casa como improviso é mais habitual do que aquilo que nós pensamos. No caso do Porto e até em zonas mais densamente consolidadas, a improvisação habitacional também é regra. Basta atravessar o rio e ir a Gaia para percebemos essa realidade, é um pouco do contexto português. A habitação que não foi construída pelos grandes grupos económicos e da banca foram construído pelo suor e pelas mãos das próprias pessoas. Até acontece o caso de famílias que se foram reproduzindo no próprio lote e acrescentando elementos. A questão é que existiram políticas de habitação nos anos 70 e algures nos anos 80 e depois desaparece para dar a vez às políticas ligadas à banca e ao crédito. Houve talvez apenas um programa de erradicação das barracas mas que se concentrava na área metropolitana de Lisboa e ainda assim vemos totalmente incompleto.

E : Sim, o problema desse programa de erradicação das barracas é que depois as barracas eram destruídas e as pessoas ficavam na rua, ou alguns com "sorte" foi lhes concedido casa num bairro social.

F. P. : Sim, exatamente. Até nesta década de 20 temos isso a acontecer por exemplo na Amadora. Agora o que isto também significa é que há sempre muito a fazer, e se eventualmente essas habitações precárias, que apesar de tudo se é feita pelas próprias pessoas, a qualidade da habitação depende muito da disponibilidade material de casa família teve para construir a sua casa. Se durante 10 anos aqueles abrigos ou até casas poderiam funcionar, agora décadas depois começa ser mais complicado viver lá e tornar-se evidente a necessidade de um programa, não necessariamente governamental, mas sim de apoio a estas situações garantindo habitablidade nestes fogos. Permitindo que as famílias permaneçam ou se querem manter.

M.M. : Não destruindo os laços, as relações e as dinâmicas de sociabilidade. Um elemento importante até nesta questão dos sem-abrigo, estamos aqui a falar de pessoas que viram completamente destruídas as suas dinâmicas de sociabilidade. Que em maior parte dos casos tem de ser "reeducadar" a viver em sociedade e com se cria uma comunidade amiga neste sentido. Será só a questão da habitação que está adjacente ao sem-abrigo? O Fernando abocado falava de como o trabalho era importante, de como se sentir útil à sociedade é importante. Mas também perceber que no meio disto tudo há muito a ideia das questão relacionada com a psicologia dos espaços, por exemplo indo contra as minhas políticas ideológicas, até acredito que o Sr.Manuel se sentisse bem naquele viaduto. Ele era uma espécie de catador da sociedade, onde recolhia tudo e com esses objectos montando a sua casa. Algo como acontece no Campo Alegre quando de repente aparece a Câmara e limpa os viadutos, para no dia seguinte eles voltarem a recolher objectos para voltarem a criar as suas "casas". Um processo que já aconteceu variadíssimas vezes e irá continuar a acontecer.

E : Sim, a limpeza da Câmara é constante. Só nos ultimas semanas tendo vindo a perceber que as tais "estruturas efémeras" e apropriações de espaços que eu tinha vindo a fotografar e a mapear, estão a desaparecer. As limpezas aos sem-abrigos são constantes, feitas nas madrugadas quando a sociedade ainda está a dormir acabado assim por não existir grande noção da sua parte do que está a acontecer pela cidade. Só na minha zona da Trindade mais de 10 cidadãos em condição de sem-abrigo desapareceram e é assustador pensar no seu paradeiro e na técnica como a Câmara está a lidar com a situação. Não há uma tentativa de perceber o problema dos grandes poderes mas sim de esconder e livrar-se do "transtorno". Porque estes desaparecimento não tem final positivo, as pessoas não foram realojadas mas sim uma limpas da cidade.

M.M. : Um pensamento que aqui interessa pensar é na cidade do porto de pelo menos há cem anos atrás e como tem vendo a ser objecto destas limpezas sucessivas. Pelas mais variadas razões, mas provavelmente a primeira começou com a expulsão de determinadas classes sociais do dito centro histórico, pessoas que estavam habituadas a ruas estreitas e a compartilhar vidas, empurradas para bairros municipais na década de 30. Foram se criando na própria cidade muralhas peripécias através de bairros. Construindo de tal forma até ter chegar ao ponto do bairro S. João de Deus, atualmente demolido, que era um cancro enorme na cidade do Porto. Um gueto praticamente fechado, ninguém se atrevia a atravessar o bairro, onde viviam os excluídos dos excluídos. Uma tentativa de limpeza da imagem urbana que com o processo de gentrificação da cidade que atualmente, e se não fosse a pandemia, estaríamos a assistir a um processo muito semelhante com a expulsão das pessoas de rendas baixas que vivam na cidade e a sua substituição por alojamentos locais. Porque realmente dá mais lucro cobrar 100 euros por noite do que 25 por mês a inquilinos com 85 anos.

F. P. : Temos claro também a questão da celebridade e o grande argumento nos anos 20 e até 30, na relocação dessas pessoas era uma questão e programa de higienização. A hieginazação das ilhas do Porto, onde a cada duas casas era demolida uma com o contexto de ser criado ventilização e toda esta população realojada em terrenos mais baratos para estado. Como dito anteriormente, historicamente os programas de habitação em Portugal são isto, migalha para quem não tem outra forma se não de necessitar deste tipo de intervenção. O que contribui para para o seu estigma, não passa de migalhas distribuídas para os pombos mais necessitados digamos assim. Chamando assim à atenção para a armadilha da caridade. Se existiu em algum momento em Portugal políticas de habitação foi de facto o programa SAAL, mas porque? Porque um dos princípios era a auto-organização das populações.

A formação de uma associações e cooperativas para uma organização em conjunto e colectivos para lutar pelo direito à habitação. O que é totalmente diferente de uma política que assume de alguma forma a divisão de indivíduos da sociedade e tenta assim resolver os problemas pontualmente. O que também contribui para dinâmicas discriminatórias, de alienação e até discriminatórias.

M.M. : Por isso é que eu tenho muito medo, de soluções como e com toda a boa vontade e tentativa do Chalana em chamar pessoas do grupo Jerónimo Martins ligados à Fundação Francisco Manuel dos Santos, para ir lá ver o território e perceberem a potencialidade do local, para responderem "não." devido à sua proximidade com o Lagarteiro. A questão que se põe é, e se tivessem dito que sim? O que seria do território? Serão as lógicas de um grupo financeiro as melhores para o terreno, será que seriam assistencialistas e caritativas ou lógicas de solidariedade. A perfeita noção do grupo ao olhar para o terreno e saber que não teria qualquer tipo de lucro em construir no território da Granja. A aceitaram em fazer a casa do Sr. Manuel, mas apenas como migalha e a publicidade positiva, até porque sabemos que a casa foi construída com restos de uma obra em Paranhos.

E : Todos sabemos que muita gente ficou bonita na fotografia graças à casa do Sr.Manuel, desde a Mota-Engil até ao Presidente da República. Mas depois analisamos o projecto e percebemos que o "direito" à habitação que o engenheiro Rui Pedroto tanto defende apenas é possível caso seja um cliente comum, porque quando foi pedido soalho no chão da casa do Sr.Manuel disseram que não era possível porque não era um material que existia na obra de Paranhos.

F. P. : Mas por outro lado todos aqui percebemos o lado do Chalana, entre não fazer nada e tentar ajudar, algo foi feito e agora o Sr. Manuel tem um tecto. Claro que faz parte do problema que temos vindo a falar, as migalhas. Cada vez mais tudo o que chega ao tema da habitação acaba na expressão "ao menos", "ao menos foi feito" ou "ao menos agora tem".

M.M. : A história das migalhas é bastante interessante, é como dar migalhas aos pombos. De repente os pombos juntam-se em torno das migalhas que colocas e de repente aparece uma gaivota e leva tudo. Acabando assim por ficar com tudo quando nada merecia.

FIM

ENTREVISTA NA INTEGRA COM A ARQ. ANA JACINTA REIS, ARQ. NA JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ:

Entrevistador: Numa pequena apresentação consegues descrever o teu percurso? Como tiveste conhecimento do projecto "Habitar Porto" e subsequentemente a Junta de Freguesia de Campanhã.

Jacinta: O meu início nestes projectos começou ainda enquanto fazia a minha dissertação "Bairro do Aleixo - Processos de uma distopia". Sobre habitação, principalmente habitação na cidade do Porto, as suas políticas e os problemas sociais. Através deste tema fui conhecendo o projecto "Habitar Porto"* e seguindo os seus trabalhos enquanto ainda escrevia a minha dissertação. Um dia na faculdade questionaram-me se não queria participar no workshop "Arquitectos de Família"*, o projecto pareceu-me interessante e decidi inscrever-me.

Fui selecionada e entrei no projecto de reabilitação de uma ilha. O projecto consistia em juntar um grupo de 10 a 15 pessoas e mais tarde dividir entre micro e macro escala, a macro sendo a ilha inteira e a micro apenas uma das casas. A casa da D. Alice, esta inserida no projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada" com a parceria da junta de Freguesia do Bonfim.

Com o projecto da casa para a D. Alice o arquitecto Aitor Varea Oro do "Habitar Porto" achou interessante fazer um projecto para a ilha inteira, este estaria enquadrado no programa "1º Direito", um programa com maiores apoios financeiros a nível de reabilitações em grande escala. Com este workshop conheci melhor o "Habitar Porto" e assim afiliar-me ao projecto.

Entretanto após os processos burocráticos estarem concluídos a D. Alice não quis avançar com a reabilitação. A D. Alice não queria sair da sua casa e estava com receio que fossem partir a sua cristaleira com as mudanças. São problemas que por vezes não estamos a contar mas realmente existem, na altura a sensação foi como morrer na praia, o núcleo ficou um pouco desanimado, mas para mim foi uma dose de realidade.

Em 2019 entrego a minha dissertação, durante todo o período de escrita tentei sempre nunca perder o contacto com o "Habitar Porto", quando por fim conclui o mestrado aconteceu uma conversa entre mim e o arq. Aitor onde partilhei interesse em participar mais a fundo no projecto. O projecto precisava de mais arquitectos no entanto sem possibilidades de os pagar, aqui começa a parceria entre a Junta de Freguesia de Campanhã e o "Habitar Porto". A aliança entre os dois elementos resultou numa mais valia, enquanto eu trabalhava na Junta como arquitecta também conseguia continuar a ajudar o projecto "Habitar Porto".

Com esta coesão o meu papel como ponte entre os dois agentes começou por um reconhecimento do terreno. O reconhecimento das ilhas e a deslocação ao terreno, sinalizava o máximo possível e recolhia casos para mais tarde conseguir selecionar os mais graves e avançar com propostas. Com o reconhecimento dos casos a partir da Junta o próximo passo foi entrar em conversações com o programa "Domus Social". Uma empresa municipal da Câmara Municipal do Porto, esta gere o parque habitacional do município inclusive financia

materiais para projectos como a "Casa Reparada...Vida Melhorada".
Além disso começo a trabalhar com o assistente social o Dr. José António Pinto ou Chalana, a criação de uma equipa onde a nossa função era de reconhecimento de casos e criar diálogo com as comunidades. Com a sua experiência como assistente social o Chalana torna-se o mediador das conversas com a comunidade, muitas das vezes entre os proprietários e. Inquilinos das habitações que queremos reabilitar.

Com a pandemia e o teletrabalho acabei por me concentrar mais nos projectos da Junta mas sem nunca perder o contacto com o arq. Aitor e o "Habitar Porto".

E : Neste momento encontraste a trabalhar sozinha na Junta de Freguesia de Campanhã, como única arquitecta?

J : Sim, apesar de ainda me encontrar a fazer estágio para a ordem sou a única arquitecta a trabalhar na Junta.

E : No caso do Sr. Manuel, como é que o projecto foi parar às tuas mãos?

Jacinta: Desde o principio o caso do Sr. Manuel foi invulgar, como não era utente de Campanhã a construção da sua casa não fez parte da projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada", o processo foi um pouco diferente do habitual.

Através das reabilitações do projecto "Casa Reparada... Vida Melhorada" acabamos por conhecer vários proprietários da zona Oriental, mais precisamente os do lugar da Granja e Azevedo. Neste lugar conhecemos uma família de 4 herdeiros proprietários de imensas casas, incluindo a casa do Sr. Manuel e a adega que o projecto "PELE" está a reabilitar. Estas propriedades foram herdadas mas devido à falta de fundos dos proprietários para investir nas casas muitas acabaram por se degradar. São pessoas bastante prestáveis, foi uma parceria bastante positiva para a Junta, não são os típicos proprietários "sanguessugas" que acabam por muitas vezes dificultar os processos. São pessoas excepcionais e preocupam-se bastante com os seus inquilinos, mesmo antes de aceitarem as famílias perguntam sempre quanto podem pagar pela casa, pois não querem que as famílias passem fome para pagar as habitações.

(...)

Certo dia recebo uma chamada do Chalana a convidar-me para desenhar o projecto da casa com a construção à responsabilidade da Mota-Engil. A empresa ganha conhecimento do caso através da cobertura mediática que este teve na televisão, através da sua afiliação com o caso esta receberia publicidade social.

Eu fiz o projecto como voluntária e a Mota-Engil como suporte construtivo e financeiro, pois por normal este tipo de projectos cabia aos programas "Casa Reparada... Vida Melhorada", "Domus social" ou a Câmara do Porto como financiador. Como a empresa já estava a construir uma residência em Paranhos os materiais foram aproveitados para a residência do Sr. Manuel.

(...)

M. M: Sabendo que o Chalana voltou mais tarde ao terreno com os engenheiros da Mota-Engil, existia um suposto interesse por parte da empresa no terreno? Apesar de não ter dado em nada. Pensas que a reposta foi negativa devido à proximidade do terreno com o bairro do Lagarteiro?

J: Sim, eu estava presente. Essa reunião partiu da intenção do Chalana tentar trazer algum tipo de interesse imobiliária à zona, tendo em conta a sua grande área verde e terreno de características interessantes. A visita com o CEO e Engenheiro Rui Pedroto partiu da premissa da potencialidade do terreno, mas foi clara e rápida a apreciação negativa ao terreno, segundo ele não era uma zona viável de construção devido à questão periférica e proximidade com o bairro. Apesar de não ser uma zona de especulação imobiliária futura para eng. Rui Pedroto, contudo o seu discurso é bastante certeiro no que toca à habitação para todos, um direito e não um bem essencial que deveria ser especulado.

M.M : O que pensas sobre este assunto? Para uma empresa de especulação imobiliária que já se encontra com um histórico de apoio a iniciativas da área social, financiar este tipo de projectos seria uma excelente forma de dar corpo a um conjunto de projectos. Não seria uma mais valia aliar a empresa ao projecto

“Bairros saudáveis”?
J : Penso que sim, foi um pouco essa a intenção do Chalana desde o início. A visita à rua da Aldeia com o eng. Rui Pedroto partiu do princípio que poderia existir uma união de ambos os lados, no entanto ficamos rapidamente a perceber os parâmetros com que a Mota-Engil trabalha. Apenas trabalham com investimentos grandes, nunca abaixo dos 5 milhões. De facto dá para perceber que o eng. Rui Pedroto têm preocupações com o problema da habitação no entanto foi rápida a afirmação que a fundação não investiria naquela zona pela vista para o Bairro do Lagarteiro e isto acabou por limitar a aliança.

M. M. : A meu ver o elemento do bairro foi uma má desculpa. O bairro do Lagarteiro já não é o que era, a situação está bastante mais controlada. A meu ver foi apenas uma maneira de se afastarem do projecto ponto.
A questão fica na dúvida entre resolver o problema de habitação caso a caso entre famílias em necessidade ou resolver um problema de território?

J : Tratar da questão habitacional da zona de Campanhã está na base do meu trabalho na Junta, o reconhecimento de habitações e famílias para habitar a zona. A união de agentes um trabalho em conjunto com Chalana, onde o nosso objectivo tem por base entender todas as necessidades das famílias e estudar os casos prioritários de intervenção. Quando não é possível a reabilitação da habitação onde a família reside o próximo passo é agregar as famílias a outras habitações disponíveis tendo por base uma reabilitação consoante as suas necessidades.

Aqui a dificuldade seria sem dúvida a Mota-Engil alinhar neste processo de escolha, pelo que percebi pelo discurso a desculpa da proximidade com o bairro foi uma maneira de explicar a falta de interesse num envolvimento com a zona oriental. A casa do Sr. Manuel foi financiada e construída pela Mota-Engil apenas por duas razões, a sua fácil construção e o mediatismo do caso. A complexidade da casa era baixa e os materiais já vinham escolhidos das residências. Para não falar da útil e positiva publicidade que o caso estava a receber, principalmente com o envolvimento do presidente da república. Mas mesmo com a resposta negativa da fundação em relação ao seu interesse em investir na zona sabemos que podemos contar com ela num próximo.

E : Por norma o papel do arquitecto fica pela projecção da habitação, a sua interação com a família é bastante limitado ou por vezes nula após a construção. No teu caso tu continuas bastante presente na vida do Sr. Manuel, principalmente nesta nova e importante fase de reinserção à sociedade. Como arquitecta e agente de intervenção, como descreves o papel da habitação que tu projectaste na ajuda à reinserção do Sr. Manuel?

Jacinta: Com o caso do Sr. Manuel e outros utentes da Junta tenho vindo principalmente a aprender a lidar com aspectos sociais e psicológicos de comunidades em exclusão, personalidades fortes com anos de vivências complicadas. Existem sempre elementos bons e maus neste tipo de casos.

Por exemplo lidar com o Sr. Manuel por vezes é um pouco complicado devido ao seu difícil feitio. No meu acompanhamento um dos elementos de notória diferença na vida do Sr. Manuel foram as responsabilidades acrescidas com a habitação. Antes este senhor não tinha renda nem contas de água ou luz, cada vez notamos mais a sua revolta ou descontentamento acerca do assunto. Da última vez que o visitei queixou-se imenso e deixa-me um pouco triste e preocupada, a meu ver pensei que o seu sonho seria sair da rua e cada vez mais me pergunto se realmente o queria. Penso que talvez quando este dizia que queria uma casa não pensou nas responsabilidades acrescidas. Queixas como “faz mais frio nesta casa do que debaixo da ponte” ou “esta casa têm rios de água da humidade, isto não acontecia debaixo da ponte”, enfim. Para mim estas criticas por vezes tornam-se pesadas de ouvir, talvez não tenha o estofo emocional e a aprendizagem que o Chalana têm a nível social. Este sabe lidar muito melhor com estas queixas e sabe sempre dar a volta à situação, por vezes fico calada e sem saber o que dizer quando penso que se calhar o Sr. Manuel não é feliz ali. Mas o trabalho em equipa com o Chalana é fundamental, este alerta-me para o facto das queixas serem apenas ansiedade e preocupações tendo em conta as novas responsabilidades e o apertado a nível financeiro.

O Sr. Manuel esteve presente em várias etapas da construção e sempre gostou da casa, é bastante simples e pequeno o projecto não poderia variar muito das construção pré-existente. Mas por vezes as queixas vêm de pequenos assuntos, por exemplo “ah arranjaram-me uma cama e eu não gosto nada destas camas assim” ou o Chalana pergunta “gostou do cabaz que lhe trouxeram? Um cabaz com carne que espetáculo” e o Sr. Manuel responde com “mas ele vinha com umas bolachas e eu não gosto de bolachas,

não quero aquelas porcarias" por mais que se insista nas coisas positivas há sempre algo que não o agradou. São conversas deste género em que o agente social entra e usa os seus longos anos de trabalho em campo para a beneficie de apaziguar certas ansiedades minhas. Como está habituado a trabalhar com a comunidade em particular acaba muitas vezes por explicar certas atitudes e motivações como explicação de certas reacções da pessoa ou comunidade, aprendi bastante com o Chalana em relação a este tema nas nossas idas ao terreno.

Mas ocasionalmente o pensamento em relação ao Sr. Manuel é complicado, por vezes o que me absorve em relação ao assunto é o pensamento de "o seu sonho era ter uma casa e foi um sonho realizado. Mas se calhar não era assim tanto." Acabo muitas vezes por ficar só incomodada a pensar "se esta casa não serve para o Sr. Manuel concerteza que serviria para muitas outras pessoas. Porque ninguém é obrigado a estar ali". No entanto eu sei que isto faz parte de um processo de adaptação. No entanto o senhor já conseguiu tirar laços afetivos com o lugar e os vizinhos, conseguiu criar um ambiente acolhedor naquela zona e é uma questão de tempo até se tranquilizar.

E: Na minha dissertação um ponto importante de discussão é o papel do arquitecto como um dos vários agentes de intervenção, desde o psicólogo ao assistente social. A meu ver o arquitecto não está pronto a lidar com as ansiedades das comunidades.

Desde as mudanças que comecei a ouvir as queixas do Sr. Manuel e percebi que os problemas que ele apontava eram apenas ansiedades vindas da drástica mudança. Por exemplo quando ele me dizia "mas e agora como pago a luz? Eu não sei pagar a luz, tenho de ir ao banco?" e por mais que reafirmássemos o papel do Chalana como ajuda nesta nova fase a sua ansiedade era nítida. Resumindo esta fase de reinserção à sociedade por parte do Sr. Manuel pode demorar meses ou até anos, principalmente conhecendo a personalidade do indivíduo.

Aprender a lidar com estas inesperadas reacções é um elemento importante a meu ver, principalmente num trabalho social e em contacto com comunidades de exclusão social.

Jacinta: Para mim o início foi um desafio. Eu não sabia lidar muito bem com estas queixas e muitas das vezes ficava surpresa ou revoltada a pensar "se o Sr. Manuel não quiser viver aqui ele que volte" mas com o tempo fui compreendendo o processo e como é preciso ter calma e compreensão.

Lembro-me de uma fase inicial do projecto, quando falei com a Mota-Engil perguntei se a casa poderia ter capoto para um maior isolamento térmico e assisti à sua aplicação com interesse técnico. Certa altura da aplicação o Sr. Manuel bate na fachada e só diz "Isto aqui é papel! Isto não vale nada!" e eu tive de explicar "Não Sr. Manuel é isolamento térmico, é capoto! Assim a casa vai ser mais quente.", mas ainda hoje oiço queixas de como a casa é gelada e o capoto não resultou.

Depois certas lamentações acabam por me entristecer, por exemplo o chão ser de tijoleira e não madeira. Realmente não penso que a tijoleira seja o mais acolhedor para uma casa no entanto foram os materiais dispensados pela empresa para a casa por serem os mais resistentes, o que acaba por ser bom. Mas muitas vezes acabo por ficar sem palavras.

M.M: Se fosse um cliente "normal" numa relação arquitecto-cliente, qual seria o seu grau de participação? No acompanhamento do processo, na escolha dos materiais, na discussão e ideia para a casa, num cliente dito "normal"? E qual é a capacidade de um cliente como o Sr. Manuel, que não é bem um cliente é um utente, têm na selecção e escolha do projecto?

Visto que neste caso o resultado acabou por ser uma surpresa, uma surpresa que passou de um encantamento inicial a uma constatação de situações que não lhe agradam. Numa situação normal com um cliente isso seria discutido enquanto durante o tempo de obra e principalmente na fase inicial de projecto. Porque é que então um sem-abrigo é um cliente anormal?

Jacinta: Bem acerca da questão sobre a relação entre um arquitecto e o cliente "normal", não saberei responder, o meu percurso desde o início foi em contacto com as comunidades e projectos sociais, com o "Habitar Porto" e agora a Junta. No entanto daquilo que sei pelos meus colegas de profissão é que de facto os clientes fazem mais parte do processo, mas principalmente porque como são eles a pagaram é normal que tenham mais "escolha".

No entanto neste caso específico da Mota-Engil acerca da casa do Sr. Manuel o processo foi um pouco diferente, eu própria fui convidada a ir visitar a obra de Paranhos para escolher materiais e na verdade não escolhi materiais nenhuns. Quando cheguei ao terreno apenas me foram apresentados materiais já escolhidos e foi apenas questionado "está bem esta sanita?", não existia nenhuma escolha na verdade.

Não foi uma escolha mas sim uma apresentação do que eu teria de utilizar no projecto.
Perguntei se não tinham por exemplo chão flutuante, argumentei que este seria mais acolhedor mas foi negado, ou seja eu também não pude escolher nada. Foi um processo também complicado para mim, porque não me deu total prazer pelas suas limitações. Mesmo mantendo o Sr. Manuel sempre a par do processo e mostrado desenhos do projecto, muitas das vezes não é fácil fazer entender o que está ali desenhado a certos utentes. Não apenas no caso do Sr. Manuel mas em muitos outros casos que já tenho vindo a desenhar para a Junta. Por exemplo agora estamos a projectar a casa da D. Conceição e apesar de ir lá imensas vezes mostrar os desenhos e perguntar se gosta por vezes é complicado as pessoas conseguirem visualizar mesmo com desenhos, imagens ou explicações gestuais. Mas de facto quando é um projecto que cabe à Junta e ao programa "Casa Reparada... Vida Melhorada" os processos são diferentes e os clientes estão muito mais envolvidos nas escolhas e no desenho projectual.

Infelizmente o caso do Sr. Manuel foi diferente, para além de ter acontecido num mês, foi um processo bastante atípico, não é o que estamos habitados na Junta, a Mota-Engil simplesmente construiu da forma como quis. Eu própria tenho bastantes questionamentos sobre certos materiais utilizados, por exemplo os estores a meu ver não são práticos de todo, são elementos que eu própria não percebi mas não estava ao meu alcance.

Ou seja eu percebo a pergunta do Prof. Mário, pode parecer que os utentes não têm tanta escolha como um cliente dito normal, a meu ver a única diferença entre estes dois casos é o cliente dito "normal" ter o poder de comandar o processo na totalidade, "não quero essa tijoleira, quero aquela e ponto final" enquanto que estes utentes como não estão habituados a serem questionados por vezes falam com medo "ah mas e se em vez de ser assim pode ser de outra maneira?".

No caso do Sr. Manuel não existiu qualquer tipo de margem, nem para mim, para o Chalana ou para o principal elemento o Sr. Manuel. Por exemplo na escolha da cor da casa do Sr. Manuel, ela já era azul e foi perguntado ao Sr. Manuel se ela poderia continuar da mesma cor, apesar de brincar que a cor foi escolhida pelo seu boné azul na verdade não existiu grande escolha.

(...)

No programa "Casa Reparada... Vida Melhorada" os desenhos das habitações são pensadas paras as famílias ou indivíduos com base nas suas necessidades e elementos das antigas casas. Por exemplo vão manter o frigorífico então desenhamos uma cozinha com um espaço e medidas para aquele frigorífico encaixar. Quando acontece realojar agregados familiares ou indivíduos em casas que não foram pensadas para os mesmos o processo torna-se complicado, muitas das vezes as necessidades não são as mesmas da família original.

(...)

Um dos elementos importantes neste método de trabalho é o ensinamento mútuo, enquanto o Chalana me orienta com as comunidades eu explico como não se deve perpetuar a precariedade. Quando aparece um utente a explicar a sua situação por exemplo "Dr. Pinto preciso da minha casa com condições para ter as minhas crianças de volta", o primeiro passo é visitar a sua casa. Com a ida ao terreno por vezes deparamo-nos com condições de precariedade extremas, encontramos casas com apenas um quarto e interior para uma família de cinco. Casas que mesmo com reabilitações nunca seriam um espaço saudável, onde não existem zonas de refeições ou lazer. Elementos fundamentais para um ambiente familiar saudável, ou seja percebemos muitas vezes a solução ao problema está numa casa maior e não numa simples reabilitação.

Muitas vezes quando encontramos casos precários o pensamento comum de um agente não ligado à arquitectura acaba por ser "pronto reabilitamos e a família consegue continuar a viver aqui", cabe ao arquitecto explicar os problemas e a necessidade de encontrar espaços maiores para as famílias. Explicar que os problemas não são resolvidos com pinturas, retiro de humidade ou fechar buracos por onde a chuva entra. Demonstrar como quartos interiores não são saudáveis e a importância das áreas para um ambiente familiar adequado e não de sobrevivência. Mostrar como nem sempre a solução está na própria casa, um processo bastante importante, tentar mudar a visão de tudo é resolvido com obras.

Muitas vezes vamos visitar casas e no final o Chalana pergunta "Jacinta isto é fácil não é? Esta serve?", onde acabo a explicar "Dr. Pinto isto é impossível, esta casa é ilegal é um buraco. Têm uma janela 20 por 20 virada para uma fábrica, não vale a pena gastar dinheiro público nunca estrutura ilegal sem as mínimas condições". Portanto mais do que reabilitar as casas é importante não perpetuar certos problemas que existe na habitação social como falta de áreas ou a sobrelotação das casas.

Certa altura tive de baixa e o processo de uma casa avançou sem eu estar presente. Era a reabilitação de uma pequena casa, quando voltei ao trabalho pediram-me para ir à obra e lembro-me de chegar ao terreno e ficar bastante desiludida. Percebi que estavam a fazer o que não era suposto fazer, investir dinheiro público numa estrutura que não passava de um galinheiro ilegal. Uma estrutura sem as mínimas condições, cheio de problemas de infiltração e um quarto interior, a casa era completamente errada. Basicamente a importância do arquitecto presente uma casa é fácil ficar bonita, pintar as paredes, tapar os buracos e pronto a reabilitação fica feita mas e as condições?

A importância de passar valores que nos foram ensinados ao lado do curso de arquitectura, explicar os básicos essenciais e não deixar perpetuar este tipo condições nas famílias. Não deixar existir quartos interiores ou falta de quartos, muitas vezes encontramos famílias de 5 pessoas todas a dormir num quarto e a percebemos logo que a solução não está em reabilitar mas sim na procura de uma nova com uma possível reabilitação com base nas necessidades da família.

M.M. : Para concluir, a minha questão fica, vocês alunas da FAUP após assistirem ao facto de matérias como a habitação social não serem implementadas academicamente, principalmente em projecto. Não seria interessante pensar em situações de workshops? Por exemplo para alunos do quinto ano, os grupos de estudantes seriam convidados a estudar um território em perda ou falência de cidadania. Mas um um estudo aliado a empresas, grupos financeiros ou fundações com corpo e disposição suficiente para elevar estes estudos a um novo nível. Um projecto que saísse do papel e com o envolvimento dos alunos. Para jovens arquitetos à procura de estágios pouco convencionais e ligados a intervenções sociais, como no teu caso. A relação entre a escola e a sociedade, um elemento em falta.

Jacinta: A meu ver seria bastante importante esse tipo de pensar na faculdade, porque falta bastante uma dose de realidade. Para mim foi o "Habitar Porto" e workshops como "Arquitectos Família" para perceber realmente o que se passava. Por exemplo apesar de conhecer as ilhas e já as ter estudado em ambiente de faculdade, eu de facto não percebia nada e não fazia a mínima ideia como elas funcionavam. Foi necessário idas ao terreno e conhecer as comunidades que as habitavam.

Sem duvida que faz falta este tipo de abordagem real e social nas faculdade de arquitectura, neste caso a FAUP. Por exemplo até o slogan do programa "Arquitectos Família" faz sentido "aprendendo sendo úteis", faz falta aprender no terreno e ganhar consciência. Eu pude assistir a esta mudança de pensamento até com a minha dissertação, um estudo intenso e bastante sociológico sobre o Bairro do Aleixo, um bairro que ninguém perguntava a 800metros da faculdade.

M.M. : O mesmo com esta dissertação, o questionamento da Marta em relação aos dois senhores habitantes do viadutos a 5 metros da Faculdade. Questões complicadas que por vezes têm de ser os alunos da faculdade a levantar para serem ouvidas.

FIM

ENTREVISTA NA INTEGRA O ARQ. PEDRO BAGANHA, VEREADOR DO PELOURO DO URBANISMO DO MUNICÍPIO DO PORTO:

Vereador: Dentro da população em condição de sem-abrigo na cidade do porto, existirá sempre uma percentagem que será para sempre sem-abrigo, porque o quer. Vivemos numa sociedade livre e não podemos obrigar ninguém a sair da rua se este alguém não o quiser. Existe uma percentagem da população que não quer sair da rua, seja por problemas psíquicos, ou problemas de adição com o álcool em particular, ou enfim existem circunstâncias pessoais que os transformaram na condição de sem-abrigo e continuarão a sê-lo por mais oferta que exista para essa população.

(...)

No entanto a resposta para esta condição é multi-escalar, porque temos desde os indivíduos que querem e até aos que não conseguem sair da rua. Os que precisam de apoios momentâneos ou de emergência, por exemplo albergues, ou o recente reabilitado - Antigo Hospital Joaquim Urbano, até às acções de disponibilização das estações de metro como espaço emergencial para pernoitar. Existem respostas imediatas e emergências, depois é necessário uma resposta estruturada e consoante cada indivíduo. No meu ponte de vista, uma das soluções pode passar por várias tipologias habitacionais, como as ilhas ou bairros camarários.

Mas ainda existe uma terceira circunstância, os que são sem-abrigos importados para o município do Porto. Apesar de boa ou má, a resposta que o município do Porto têm perante a condição faz com que os concelhos envolventes "exportem" os seus sem-abrigo para o centro da cidade. Estes concelhos recomendam aos indivíduos a migração para o município do Porto com a permissão de "lá arranjam solução para ti".

Portanto eu diria que é um fenómeno com várias circunstâncias, e para cada circunstância é necessário uma resposta distinta e individual para cada caso. Desde uma resposta de contacto directo com indivíduos em fase crónica com a distribuição de alimentos, cuidados e roupa. Às respostas emergenciais para indivíduos com pela azares na vida e empurrados para a rua, estas disponibilizam assistência durante 3 ou 4 meses até o cidadão conseguir encontrar forma de se (re)inserir.

Uma população que não se vai conseguir (re)erguer sem algum tipo de ajuda permanente, para estes temos de arranjar tipologias habitacionais, onde apesar de tudo, estejam em segurança. Reparem que para alguma população sem-abrigo, esta encontra-se na condição porque quer ser livre, não digo que toda, pois seria lirismos.

Mas são para estes que se calhar temos de ter cuidado, com a apresentação de soluções habitacionais, no entanto é um assunto que necessita de ser introduzida com cuidado, porque se pegamos num indivíduo e os realojarmos num bairro como o Cerco, onde o indivíduo nunca teve contacto com a comunidade e o espaço, o mais provável é este voltar para a rua no dia seguinte.

É um trabalho de filigrana no meu ponto de vista, perceber as circunstâncias particulares do ser humano à nossa frente, o porque do seu estado condicional e quais as soluções que podemos oferecer.

Portanto não estamos só a falar de um número abstracto, são cerca de 1000 famílias em carência habitacional e em condições de habitações em rápida degradação. Estamos a falar de uma matéria que mais uma vez necessita de um trabalho de campo, tal como perceber cada exemplo, que o Sr. José tem um problema com adição de álcool e que não irá sair da rua, ou a Dona Maria com problemas psíquicos onde o município não a pode continuar a internar compulsivamente, vivemos num estado democrático onde os cidadãos tem o direito de ter os seus problemas, não é ilegal ser "louco". Tal como não é ilegal ser sem-abrigo.

Mas por vezes temos de perceber que existem famílias que tem azares na vida, por exemplo uma família de imigrantes que não está integrada na comunidade nacional e necessita de apoio, diria que a diversidade de soluções será o tipo de resposta ao fenómeno da precariedade habitacional.
Alguns passarão por uma resposta ao nível da construção habitacional, no entanto nós não estamos interessados em aumentar muito mais o stock do parque habitacional da cidade do porto, porque já temos uma oferta muito alargada. A anos de luz dos municípios envolventes, achamos que está na altura de dispersar por todo o território metropolitano este esforço de construção social. Resumindo, existe uma percentagem de carência habitacional, não só de indivíduos sem-abrigo, mas também de famílias ou indivíduos que habitam em "barracas" ou casas degradas. Para esses temos a clássica resposta, fogos de habitação social ou outras estruturas do género, para uma comunidade que precisa de apoios momentâneos, como uma caixa de correio e morada para a realização de uma entrevista de emprego.

Portanto não há uma só solução, há várias. Se isto passa tudo pela arquitectura? Diria que não, essa apenas aparece no fim da linha.

E: Sim, a necessidade de compreender formas de atenuação ou de encarar o fenómeno. Para além do estudo multidisciplinar, onde inserimos o arquitecto como um agente social, o seu trabalho em cooperação com outros agentes, poderá a meu ver, ser uma resposta futura para o fenómeno em crescimento. Em vez do pensamento comum sobre arquitecto, onde existe a falácia de estar no arquitecto a solução para a questão através das suas construções. A casa e a oferta de habitação não pode ser a solução para uma (re) inserção sem o acompanhamento especial de agentes sociais, mais uma vez, a solução não se encontra na construção mas em políticas.

V: Só diagnosticar e encarar o fenómeno através de políticas públicas, não há outra solução no meu ponto de vista. A arquitectura pura é uma das ferramentas, mas existem muitas mais circunstâncias que necessitam de ser cuidadas antes de entrar o papel da arquitectura, sem o pré estar resolvido e controlado, a arquitectura não consegue resolver coisa nenhuma.

Ou seja eu diria que o grande problema destas populações, repito, falando dos sem-abrigo que apenas o são circunstancialmente. Não referindo os indivíduos com problemas de adição ou psíquicos. O maior problema da condição é o sentimento de exclusão da sociedade, esta exclusão passa por não terem um sentimento de função, por exemplo emprego. Portanto a solução para alguns não passa por construir uma casa ou arranjar uma cama num albergue, uma solução física. Passa por, conseguirem voltar a ter um sentido de utilidade própria, por exemplo pagar um quarto, uma habitação, ou emprego, desde modo encontraram novamente um propósito, um sentido de utilidade. Portanto eu diria que não há uma solução, há várias e todas elas precisam de ser impostas, principalmente no domínio caso a caso das 300 pessoas em questão, as que vivem nas ruas da cidade. Ou seja existem cerca de 300 problemas individuais e 300 respostas para a condição em que estes indivíduos vivem.

Finalizando com a questão, o arquitecto não é o salvador do mundo, não podemos continuar a tentar resolver os problemas todos. Pois não temos meios suficientes para o conseguir, a arquitectura não resolve tudo. Neste fenómeno em particular a arquitectura é uma das últimas ferramentas, antes de chegarmos a esta há muito trabalho a ser feito.

E : Ao abrigo desta dissertação acompanho alguns projetos sociais tal como "Casa Reparada... Vida Melhorada" na Freguesia de Campanhã com o Assistente Social Dr. José Antonio Pinto. Ou agora mais recentemente uma das propostas ao concurso "Bairros Saudáveis", que foi uma das propostas vencedoras, no Lugar da Granja em Campanhã.

Como conclusão eu pretendo estudar este espaço, o lugar da Granja como uma ZIP zona de intervenção prioritária), onde através de um estudo urbanístico, de planeamento e interventivo, e com a comunidade envolvente a ajudar no projecto.

Será que esta zona de Campanhã, através de políticas, com o envolvimento da comunidade pré-existente e os inúmeros projectos de habitação social do Município do Porto, seria esta zona uma possível resposta para habitações de (re)inserção social?

Vereador: Nós estamos implementados no mundo ocidental, evoluído, somos do primeiro mundo. Estamos constantemente a partir para a solução de problemas. Um mundo ocidental com poder económico, para comprar casas e arranjar armas de resolver o que por vezes não pode ser resolvido. Muitas vezes apenas como forma de aliviar uma certa "consciência social".

Existe uma experiência que eu conheci muito interessante, e bastante inteligente em Cabo Verde na cidade de Mindelo, um projecto chamado "Outros Bairros" coordenado por um arquitecto do Porto, com uma política interessantíssima. A urbanização de Mindelo e das terras Cabo Verdianas, pelo menos das cidades maiores, é eu diria 30% formal e 70% informal. Estamos a falar de bairros de lata, desde bidões que se transformam em abrigos, o instinto inicial e básico. À medida que vão ganhando poder económico transformam a lata em tijolo e finalmente acabam por rebocar e pintar a casa. É uma auto-construção, eles organizam-se e criam um espaço público, um espaço anteriormente colonizado, os morros, as construções neste espaço são orgânicas e não planeadas. Este projecto "Outros Bairros" tem uma particularidade interessante porque não trata das habitações, que são auto-suficientes e de auto construção, mas sim do espaço público. O projecto traz a estes espaços pela primeira vez uma forma de rua, um desenho do espaço exterior. Espaços que não eram rua não eram nada, criam calçada, praças, arbonização, etc

Quem é que faz a obra? As próprias pessoas, que são pagas e contratadas para tratarem das necessárias obras. Mas portanto o próprio morador sabe o que vai ser construído porque é ele próprio conhece o projecto, utilizam materiais da zona como a pedra vulcânica, e são eles próprios que arranjando emprego ganham uma dignidade humana que não sentiam antes. Este projecto é muito inteligente, porque melhora as condições físicas como o estatuto social da pessoa. Estas pessoas sabem que tem trabalho e que precisam de ir para a obra no dia seguinte, uma razão de viver. O próprio trabalho tem significado, o indivíduo sente-se útil.

Eu diria que está tipo de projectos não aconteceria em países como Portugal ou Alemanha, porque há a necessidade de auto-construção, na ideia ocidental as respostas clássicas de habitação social são mais "convidativas" ao problema, pois são uma resposta (quase) imediata e mais convencional, onde o cidadão não é envolvido.